

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REVISTA DA GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS



ISSN 1982-4165
NÚMERO 3 - 2015



Revista Senso Comum

Publicação Bial da Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás

Missão: Divulgar e incentivar a produção acadêmica e científica da graduação; promover o intercâmbio de informações e experiências na graduação em um ambiente interdisciplinar no âmbito das Ciências Humanas.



Esta obra foi licenciada com uma Licença Creative Commons - [Atribuição - NãoComercial 3.0 Brasil](http://creativecommons.org/licenses/by-nc/3.0/br/).

Endereço:

Revista Senso Comum
Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Ciências Sociais
Campus II - Samambaia
74.001-970 - Goiânia - Goiás

E-mail: revistasensocomum@gmail.com

<http://sensocomum.xanta.org>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (GPT/BC/UFG)

R454 Revista Senso Comum: Revista da Graduação em Ciências Sociais / Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais, n.3 (2015). – Goiânia : UFG, 2015. v.: il.

Bial.

Descrição baseada em: n.1(2009)

ISSN: 1952-4165

ISSN (Eletrônico):

1. Ciências Sociais – Periódicos I. Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais.

CDU: 3(05)



Reitor
Orlando Afonso Valle do Amaral
Vice-Reitor
Manoel Rodrigues Chaves

Pró-Reitoria de Graduação
Pró-Reitor
Luiz Mello de Almeida Neto

Faculdade de Ciências Sociais
Diretor
Dijaci David de Oliveira
Vice-Diretora
Janine Helfst Leicht Collaço

Direção Geral da Revista Senso Comum
Deyvid Santos Morais

Editor Coordenador
Ariel David Ferreira

Editores Adjuntos
Bruno Pereira de Oliveira; Emília Guimarães Mota;
Fabiani da Costa Cavalcante; Lira Furtado Moreno;
Matheus Gonçalves França; Mylanne Marques
Mendonça; Samarone da Silva Nunes

Editores Consultivos
Elismennia Oliveira (PPGS/UFG); Matheus Guimarães
Mello (PPGS/UFG); Patrik Thames Franco (Unicamp);
Suzane de Alencar Vieira (Museu Nacional/UFRRJ)

Conselho Consultivo
Deis Elucy Siqueira (UnB); Eliane Gonçalves (UFG);
Gilberto Felisberto Vasconcellos (UFJF); Gustavo
Lins Ribeiro (UnB); Lourdes Maria Bandeira (UnB);
Luiz Mello de Almeida Neto (UFG); Paulo Calmon
(UnB); Pedro Demo (UnB); Renato Janine Ribeiro
(USP); Reginaldo Prandi (USP)

Avaliadores ad hoc
Aldo Duran Gil (UFU); Antônio Eduardo Alves de
Oliveira (UFRB); Aristeu Elisandro Machado Lopes
(UFPEL); Bruna Andrade Irineu (UFT); Dijaci David
de Oliveira (UFG); Eliane Gonçalves (UFG); Flávio
Munhoz Sofiati (UFG); Geraldine Rosas (PUC Mi-
nas); Lucas Milhomens Fonseca (UFAM); Lucieni
de Menezes Simão – (UCAM); Marcos Ribeiro de
Melo (UFS); Marcus Antônio Assis Lima (UESB);
Melissa Anjos (UERJ); Pedro Célio Alves Bor-
ges (UFG); Revalino Freitas (UFG); Rômulo Costa
Mattos (PUC SP); Samara Feitosa (UFPR); Sana
Gimenes A. Domingues (UENF); Wilson José F. de
Oliveira (UFS)

Suporte Técnico
Narriira Lemos de Souza

Projeto Gráfico
Luciana Fernandes

Diagramação
Ariel David Ferreira

Arte da Capa



Um novo número, novos impulsos

Mais uma vez, orgulhosos da trajetória deste periódico e dos caminhos que nos trazem a este momento de realização, apresentamos um novo número da Revista Senso Comum. Fruto do trabalho árduo, mas prazeroso, decorrente da persistência e dos esforços presenciais e virtuais das gerações que aqui estão e que por aqui passaram, a Senso Comum atravessa o tempo garantindo um lugar de destaque na trajetória da faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás. Construída de forma colaborativa por uma rede de discentes, apoiadores e simpatizantes, podemos com certeza afirmar que a Senso Comum se consolidou como um espaço legítimo para o conhecimento, apoio e troca de experiências na graduação.

Nosso terceiro número é o corolário de um ideal, renovado a cada ano, de que juntos, podemos fazer mais. Personifica aqui, uma corrente que aponta possibilidades para além dos horizontes mais formais da graduação e que envolve, dentre outros aspectos, a construção de uma atividade coletiva, o amadurecimento pessoal, o contato com novas bibliografias, narrativas e experiências.

Em dezembro de 2012, no lançamento do segundo número *Religiosidades*, recebemos em uma mesa redonda as integrantes da *Transas do Corpo*, uma organização histórica e referência nacional na promoção de ações em gênero, sexualidade e saúde. Na ocasião, lançamos a chamada de textos para o terceiro número da revista com o dossiê temático definido em movimentos sociais.

No entanto, não esperávamos tal tiro certo em uma escolha de dossiê, pois o ano que se iniciava mostrou fôlego inesperado à luta dos movimentos sociais e das demandas populares. O avanço do conservadorismo no congresso nacional, ameaçando os direitos civis de



cidadania LGBT, das mulheres e das populações negra, quilombola e indígena, seguido do aumento das passagens do transporte coletivo por todo país, levaram as ruas milhares de manifestantes, apresentando um vasto campo para a reflexão social, cultural e política.

Não obstante, nosso regozijo não está restrito ao dossiê temático e se estende também aos dossiês livre e bastidores. Novamente, essas duas seções, além da qualidade dos textos, expressam o quanto podemos alargar as discussões e acessar e incorporar de forma interdisciplinar novas temáticas às ciências sociais.

Mais uma vez, agradecemos aos autores, avaliadores e colaboradores pelo apoio e confiança em nosso trabalho. Destacamos que a Revista Senso Comum é um espaço aberto para todxs estudantes em Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás e aproveitamos o espaço para convidá-los a integrar nosso corpo editorial.

Conselho Editorial¹

1. Ariel David, Deyvid Morais, Emília Guimarães, Myllanne Mendonça e Samarone Nunes.





Dossiê Temático

Movimentos Sociais



Juventude militante e subversões políticas na internet

Shayana Busson¹

Palavras-chave: política, participação, jovens, internet.

Resumo: Este trabalho apresenta algumas reflexões acerca dos processos de (des)organização política da juventude brasileira na internet. Analisamos questões pertinentes à nova relação entre participação política, juventude e internet, considerando bibliografias sobre jovens, ciência política e processos comunicativos. Num primeiro momento, abordaremos a categoria juventude sobre a perspectiva teórica sociológica onde ora identifica ora recusa a ideia de um protagonismo jovem nas mudanças políticas da sociedade. Já na segunda parte, trazemos à tona as transformações históricas do paradigma tradicional de participação política lançadas por jovens na rede mundial de computadores, a partir de pesquisa direta realizada no mês de abril a junho de 2012.

1. Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), no momento de envio do artigo, em março de 2014.

E-mail: monteiro.anita@yahoo.com.br

Introdução

O estado da arte sobre ação política na internet veio sendo traçado, inicialmente, pelo autor Pierre Lévy desde o ano de 1999, que com uma visão otimista da expansão de novas tecnologias de informação e comunicação - NTICs enxergou nos jovens conectados o protagonismo em experiências inéditas de democracia e política, e na formação do que ele chamaria de cibercultura. De lá pra cá muitos autores, inclusive brasileiros, tem se debruçado sobre o tema considerando, sobretudo, o crescimento de processos de inclusão digital no Brasil e a participação de uma maioria jovem usuária da rede mundial de computadores.

Em termos de inclusão digital, pesquisa acerca das iniciativas públicas constam, em números, o surgimento de 31.594 mil pontos de inclusão digital no Brasil (IBICT, 2008), onde o Nordeste aparece em primeiro lugar com 37% dessas iniciativas, acima do Sudeste, com 36%.

Segundo os últimos dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE, nos últimos três meses do ano de 2011 constatou-se que 46,5% do total da população brasileira acessaram a internet, sendo que 42,4% desse total estão na faixa etária entre 15 e 29 anos de idade. Nesse âmbito, os jovens de 15 a 17 anos representam 10.1%; de 18 a 19 anos, 6.0%; de 20 a 24 anos, 13.7 %, e de 25 a 29 anos, 12.6 %.

A partir desse breve aporte estatístico tentamos formular alicerces teóricos sobre a crescente militância juvenil na rede virtual da internet, e assim nos deparamos com uma variedade de situações, visto a quantidade de circunstâncias em que relações políticas entre jovens são estabelecidas na internet. Num flash de diagnóstico identificamos atuações como: participar de fóruns de discussão online; integrar comunidades virtuais relacionadas a temas políticos; mobilizar protestos virtuais ou protestos presenciais, mas pela internet; propor demandas à candidatos ao parlamento; produzir e compartilhar





mensagens de escracho, humor, ou consciência política; fazer denúncias sobre instituições, marcas, empresas; solicitar assinaturas virtuais para que sejam encaminhadas às autoridades; incitar boicotes; realizar campanhas pró direitos humanos; monitorar crimes virtuais e protocolar denúncias ao poder judiciário. Enfim, são diferentes ações, que, com muita criatividade, têm constituído o que aqui se identifica como ciberativismo juvenil.

Visto tamanha diversidade de situações, este trabalho se atém a pincelar algumas práticas políticas de jovens na web, a partir de pesquisa direta realizada entre abril e junho de 2012. Por meio do programa *Facebook*, a partir de observação e coleta de dados, diagnosticamos diferentes situações em que grupos políticos liderados por jovens transitam no ciberespaço, como se relacionam, em que sentido inovam e/ou reproduzem a atividade política no dia-a-dia.

De antemão havemos, nesse curso, que debater a respeito do jovem pois o mesmo atravessa a discussão como personagem em destaque na política virtual e de tal modo salienta a necessidade de observar o comportamento juvenil e o que se concebe como pré-disposição política.

Cabe-nos dessa maneira ponderar sobre classificações que definem o jovem, sobretudo, como objeto de estudo, pois elas envolvem inúmeras teses polêmicas tais como: limites mínimos e máximos de idade, orientação psicológica, biológica, cultural, delinquência juvenil, comportamento desviante, jovens em situação de risco, juventude problema, juventude urbana e rural, transição ou geração, tutela ou liberdade, ser humano em formação, incompleto ou simplesmente ser humano, políticas públicas para jovens, trabalho e juventude, etc (CASTRO, 2009).

Como se vê, a construção de uma identidade jovem, mesmo no campo científico, é, além de controversa, bastante extensa, portanto, nosso esforço aqui se restringirá ao debate, não menos polêmico, sobre a associação entre juventude e seu papel de vanguarda,

transformador, questionador. Se o jovem em muitos casos é alvo de discussões em torno de “uma certa” performance característica em atuar como agente transformador, em outros casos, é ponto de partida para críticas que insistem em enxergar a juventude contemporânea como alienada politicamente. Dessas duas maneiras de pensar, pressupomos um consenso indireto na ideia de que o jovem tem como atributo predeterminado a função de transformar politicamente a sociedade, ainda que hoje em dia, se ressalte a diminuição ou desilusão com relação a esse papel.

Nesses termos, vimos a necessidade de lançar mão da análise sociológica do jovem contemporâneo para com isso precisarmos melhor a construção de um objeto que alie juventude, participação política e internet. Privilegiamos dados estatísticos sobre jovens internautas no Brasil da faixa etária de 15 à 29 anos, tal como apontam as matizes atuais formuladas pelo IBGE, porém, não deslegitimamos a constituição de outras matizes definidoras da faixa etária juvenil (ECA, UNESCO, IPEA, Convenção Iberoamericana da Juventude, Plano Nacional da Juventude), apenas, não nos debruçaremos sobre o debate, e assumimos o risco de utilizar uma categoria etária avaliada por muitos autores como universalizante do jovem, pois impõe a idade e não a cultura e experiência como única consideração para o sujeito definir-se enquanto jovem.

Juventude como foco acadêmico

No final do século XX e início do século XXI presenciamos um grande impulso na discussão em torno do tema juventude. O esforço acadêmico internacional remonta à década de 1960, havendo certa regularidade de produção nos anos que se seguem, com momentos de pico nas décadas de 1980 e 1990. Especificamente no Brasil, a produção do debate sobre jovens tornou-se mais evidente na década de 1990, quando, tanto as ciências sociais se empenharam em analisá-





-las, como muitas políticas públicas direcionaram seu foco ao público jovem.

O mapeamento das discussões científicas indica que no período de 1970 “movimentos políticos” foram colocados como cerne das discussões sobre juventude; já na década de 1980, ganhou peso os “meninos em situação de rua”, e em 1990, preponderaram os debates sobre “desemprego” e “a AIDS” na juventude brasileira.

De forma geral, as tendências de abordagens sobre jovens privilegiavam temas como delinquência, criminalidade, ou, segundo Pais (1993) as investigações apareciam sempre associadas a algum problema social que se queria dar solução e por isso investigar empiricamente. Carências sofridas por jovens, de acordo com essas abordagens, poderiam se converter numa fonte aguda de conflitos na sociedade, daí o imperativo do aprofundamento em pesquisas sobre jovens. Porém, no presente momento, os enfoques ganharam amplo nível de complexidade e envolvem uma intercessão de questões como raça, gênero, classe, sexualidade, localidade, relações de poder, culturas, microculturas, subculturas, estilos, tribos, cenas juvenis, drogas, educação, emprego.

Outra perspectiva em ascendência, muito destacada acerca da juventude enquanto categoria de análise se refere ao pressuposto metodológico que ora unifica, ora diversifica o sentido de “ser jovem”. Por exemplo, podemos acreditar numa aparente unidade quando nos referimos ao “ser jovem” em termos de fase de vida biológica e etária, bem como, enxergar grande diversidade quando nos referimos aos jovens que partilham experiências sociais completamente distintas, envolvimento às classes, localidade, estado civil, escolaridade e trabalho (PAIS, 1990; BOURDIEU, 1983).

Com efeito, não se faz apropriado tratar o assunto juventude de forma homogênea, bem como, não se faz adequado também tratá-lo de forma a relevar por completo a sua heterogeneidade, portanto, nesse estudo, temos de antemão a consciência de que o segmento jovem

internauta no Brasil é, em alto grau, diversificado, e reconhecemos consequentemente, a impossibilidade de lidar com essa diversidade, justo por ser o objetivo mais primário deste artigo. De forma alguma pensamos ser a internet um território fechado onde todos os jovens teriam um perfil de militância política semelhante; ao contrário, sabemos da imensa circulação de perfis juvenis pela rede, e por isso desenvolvemos este trabalho segundo uma acepção determinada de faixa etária juvenil e a partir do arcabouço teórico específico da discussão que posiciona e “disposiciona” o jovem da vanguarda das transformações políticas da sociedade, vejamos.



Jovem como agente transformador: manipulação sociológica ou experiência histórica?

Como protagonista de uma crise de valores e de uma crise de gerações situada sobre o terreno da ética e da cultura, o jovem da década de 1960 e 1970 passou a se manifestar em abundância, nas praças, avenidas e universidades brasileiras, levantando bandeiras como da solidariedade social, da diversidade sexual, contra opressão capitalista, entre outras. Em decorrência, problematizações históricas e sociológicas recaíram sobre a juventude, e, em alguns casos a criminalizou, e em outros, avistou-a como fundadora de atributos revolucionários. Surgiria daí a sistemática de algumas correntes de análise que correlacionam jovem com política.

Uma das correntes teóricas relacionadas ao assunto é a corrente “classista”. Nela, um aspecto preponderante mantém explicações cujo parâmetro apresenta-se pela feição da potencialidade revolucionária do jovem. Segundo Pais (1990), a cultura jovem, para os adeptos da corrente classista, se identifica de modo inerente com a cultura da resistência de classe, “mesmo os estilos mais exóticos de alguns comportamentos jovens (por exemplo, a maneira de vestir) são vistos



como uma forma de resistência, uma solução mágica às contradições de classe” (PAIS, 1990, p. 158). As culturas jovens e seus rituais teriam sempre um significado político, ou de capacidade política.

Uma tentativa parecida com a corrente classista foi apresentada e já criticada no trabalho de Becker (2008), e ficou conhecida como “sociologia do desvio”. Para os sociólogos dessa corrente seria possível a existência de algo intrínseco aos jovens sujeitos que infringem as normas, sejam essas normas políticas ou morais. Porém, tal comportamento de violação de regra estaria em contradição a um outro considerado apropriado e “normal”, também encontrado entre os jovens, daí o pouco sucesso dessa teoria, devendo-se em grande medida a compreensão da necessidade de se estudar fatores além dos ditos inerentemente prováveis à biologia juvenil.

Assim, a “sociologia do desvio”, se transportada para a questão do protagonismo político juvenil, incorrerá no mesmo erro que identifica o jovem como potencialmente delinquente ou problemático. Igualmente, não se apresentam estudos aceitáveis capazes de comprovar tal atributo a determinada categoria de pessoas, daí, tornar-se inútil a correlação entre “sociologia do desvio” e capacidade política que os jovens têm tido através da internet. Mesmo a internet decomposta em um celeiro de protestos políticos, graças, em sua maioria, aos jovens, é metodologicamente impossível confirmar que isso se deva a uma pré-determinação desviante da juventude, ainda que possam existir suspeitas.

Aliás, em 1961 o autor Mannheim já havia chamado atenção para as distintas conotações do papel da juventude nas diferentes sociedades. Para ele, há sociedades em que os jovens não exercem papel na mudança histórica, já em outras, seu papel é conservador e não progressista, como se poderia esperar. No entanto, mesmo refletindo criticamente sobre a relação “inseparável” entre juventude e revolta, Mannheim (1961) acredita numa “potencialidade pronta para qualquer oportunidade” (MANNHEIM, 1961, p. 41), deste modo, o “ser jovem”

teria mais propensão à comoção, visto um característico estado biológico e sociológico:

Ele penetra em um mundo em que os hábitos, costumes e sistema de valores são diferentes dos que até aí conhecera. O que para ele é uma novidade desafiadora, para o adulto é algo a que já está habituado e aceita com naturalidade. Por isso, esta penetração vinda de fora torna a juventude especialmente apta a solidarizar-se com movimentos sociais dinâmicos que, por razões bem diferentes das suas, estão insatisfeitos com o estado de coisas existentes [...] Esta é a explicação do fato peculiar de que em sua adolescência e no prolongamento desta, tantas pessoas são ardorosos revolucionários ou reformadores, enquanto muito comumente elas mesmas, logo que se instalam em um emprego e constituem família, passam para defensiva e intercedem em favor do status quo. (MANNHEIM, 1961, p. 42).

Diferentemente, MATZA (1968) ao estudar a cultura jovem dos boêmios, dos radicais e dos delinquentes (denominação dada pelo autor), encontrou resposta para seus comportamentos na própria sociedade, no que ele designou de “tradições ocultas da sociedade americana”. O autor verificou três perfis de jovens revolucionários - boêmios, radicais, e delinquentes - onde todos estariam vinculados à premissa oculta em dar uma resposta política à sociedade, ainda que essa resposta nem sempre fosse politicamente consciente (caso dos jovens delinquentes e boêmios) ou o fosse (caso dos radicais).

Isto é, para MATZA (1968) os fatores definidores de uma juventude como agente de transformação, estariam sendo estimulados pela própria sociedade capitalista, que ocasiona situações de opressão, exclusão e sofrimentos. Assim mesmo reforça a autora Diógenes (2008) em seu estudo sobre jovens

A juventude é o segmento que mais catalisa as tensões sociais como também as exterioriza; a juventude é a vitrine dos conflitos sociais [...] A condição de pobreza, o sentimento de exclusão, são experiências dolorosas e, embora atuem como anti-referentes, mobilizam a formação de turmas (DIÓGENES, 2008, p. 162-163). Mais um argumento admissível para a relação entre revolta juvenil e sociedade





opressora, seria a tendência acentuada das revoltas sociais ocorrerem em períodos de menor prosperidade econômica (MATZA, 1968).

LAPASSADE (1963) por sua vez discute a crise da juventude como uma crise da sociedade, e essa crise não é potência biológica, é sim o contragolpe juvenil a uma condição social opressora. O autor acrescenta que jovens mesmo de países ricos se manifestam, e que a pobreza nem sempre determina as subversões juvenis, pois em países de pleno emprego há jovens insubordinados recusando o conjunto do sistema social. Além disso, a identificação de grupos “revoltados sem causa” não demonstraria uma “ausência de causa” pela postura aparentemente apolítica desses jovens, e sim, uma manifestação de recusa à organização social que não encontrou outros meios de se manifestar, outros modos comunicativos. Nesse horizonte, cabe ao intelectual entender os sentidos do que Nietzsche postulou em sua teoria do niilismo, e P. Ricoeur identificou na juventude. Para Ricoeur *apud* Lapassade (1963) a juventude niilista é o encontro e o choque entre o indivíduo em formação e um mundo que não pode mais dar significado a vida. A descrença absoluta dos jovens, influenciados pelo *patus* niilista, segundo LAPASSADE (1963), seria uma forma de contestação “a sua maneira”: indiferente, hostil, e /ou violenta.

Para além das teorias que ora associam, ora desassociam juventude às potencialidades de luta e resistência, o caráter político da juventude, em muitos casos é visto sobre outros aspectos de interferência, como exemplo, o aspecto cultural dos grupos de jovens. Nesse contexto, uns dos pioneiros nas discussões sobre “subculturas de juventude”, o Centro de Estudos Culturais da Universidade de Birmingham - CCCS (Inglaterra) publicou edição exclusiva de sua revista em 1976 visando dar respostas ao crescente enfoque artístico que intelectuais vinham dando às novas culturas jovens: punks, mods, teds, rastafáris, skinheads e demais. Vistas como estilos de lazer, música e consumo, e exploradas publicitariamente como símbolos da modernidade e do prazer descomprometido, as culturas juvenis do pós-guerra europeu

foram taxativamente homogeneizada num corpo ilustrativo da imagem do consumo extraordinário do capitalismo, intimamente ligadas à indústria da moda.

Rechaçando tais julgamentos, o CCCS resgatou a necessidade de um olhar mais enraizado sobre as subculturas, olhar esse que não negligencie a importância de se decompor as raízes sociais e econômicas dos grupos culturais jovens, bem como os sinais políticos de suas manifestações (FILHO, 2005).

Porém, a década de 1990 é enfática e se volta novamente a criticar os sociólogos da CCCS, revelando como datado seus discursos a respeito das subculturas juvenis. Para os autores da década de 1990 os pressupostos metodológicos criados em 1970 foram todos suplantados, tendo como marco as obras: sociologia do gosto (Bourdieu, 1997); teoria da performatividade de Butler (1990, 1997); conceito de tribalismo (Maffesoli, 1988); sociedade do espetáculo e do consumo (Jameson e Baudrillard, 1985) (FILHO, 2005); depois dessas obras, aliar juventude e política ficou cada vez mais difícil, pois sobretudo se ressaltam as manifestações de jovens ligados à protagonismos artísticos e simbólicos.

Deste modo, os críticos do subculturalismo inglês ficaram conhecidos na década de 1990 como pós- subculturalistas e igualmente resgataram a relação entre jovens, consumo, mídia, estilo e identidade. Novas terminologias em substituição à subcultura também marcaram o panorama revisionista, tais como: canais, subcanais, comunidades emocionais, cenas, estilos jovens. O papel das resistências políticas juvenis, de seus potenciais subversivos foram deixados de lado, onde contradições de classes não eram de fato reconhecidas dentro das novas formações culturais dos jovens. O foco passou então a ser o individualismo dessas culturas, o cinismo, pessimismo, hedonismo, consumismo e a apatia política.

Baseados na ideia de que as instituições socializadoras da juventude não seriam mais a família, a escola e a igreja, pois foram desle-





gitimadas e estranhadas como instâncias de orientação, tendências musicais, a partir do surgimento do rock, estariam se tornando portos simbólicos da “vontade de afirmação” juvenil, dando conta da ausência daquelas instituições tradicionais. A crescente liberdade oferecida aos jovens estaria fazendo com que eles mesmos criassem suas referências, agora, enraizadas por orientações artísticas (DAYRELL, 1999).

Nesses tempos, a influência sobre a juventude seria demarcada pelos valores individualistas, que fazem o jovem se unir, e não por causas políticas e coletivas, e sim por satisfação pessoal, daí a inclinação por formações de grupos apenas como continuidade de uma afirmação e identificação do ego. Ademais, ressalta-se que a espetacularização da vida contemporânea estaria criando uma simulação para todas as instâncias do cotidiano, e a vida simbólica se faz cada vez mais importante para o jovem, daí seu desvio ao projeto político coletivo e seu apego às culturas de feitiço simbólico, musical, que compartilham sentimentos de pertencimento, reconhecimento e experiências cotidianas mediadas por estilos.

Em suma, as músicas expressam um conflito fundamental onde, de um lado, tenta-se a afirmação do ser, do ego, da liberdade individual. Por outro lado, quando o ego volta-se para dentro de si mesmo, mergulha numa absoluta falta de sentido, num vazio existencial que torna amarga a auto-definição” (DAYRELL, 1999, p. 355).

Embora uma avalanche de críticas, sociólogos da CCCS retrucaram e passaram também a apontar os problemas de uma visão preliminar que suplanta qualquer dimensão macropolítica e reduz todas as suas motivações de existência ao mero acúmulo de capital cultural “onde o prazer substitui a política e a noção de contracultura evoca mais o consumo e o shopping do que a resistência e o desvio” (FILHO, 2005, p. 148).

Um estudo de caso sobre comportamento e concepção dos novos grupos juvenis foi demonstrado no Brasil quando a chegada da cultura punk em 1980 denunciou os explorados e marginalizados pelo capi-

talismo. Sua revolta deu-se contra personalidades, sistemas de poder, e se manifestavam em passeatas, greves, quebras, invasão aos shoppings, e barricadas. Outras culturas juvenis surgem, e como salienta Filho (2005), não se confundem com gritos de desistência política ou de passividade, ao contrário aliam criatividade, prazer, ideologia, hedonismo e macropolítica.

Finalmente, dentro do panorama apresentado nesse tópico, advogamos a favor de uma concepção que mescle: o fundamento da investigação macropolítica, e fundamentos de razões culturalistas, simbolistas, cerebralistas, exotismos, motivos de pertença, gostos, novidades, capital cultural, sensorialismo, afinidades, espaços de deriva (FERREIRA, 2008).

Até mesmo as definições que pretendem amoldar os grupos juvenis atuais como “não grupo”, como o fim do “nós”, devido à intensa fragmentação estabelecida pelas relações sociais da atualidade, devem ser reconhecidas em suas “evidências históricas” mais transparentes à pesquisa científica. No caso característico dos jovens militantes virtuais, preferimos o estudo de uma sociabilidade direcionada às bandeiras políticas, porém, tal sociabilidade, ainda que inclinada a essas bandeiras, recusam inúmeras tendências tradicionais do que se espera de um comportamento politicamente aceitável, como veremos a seguir.

Politização juvenil no ciberespaço

Através da internet, os jovens do século XXI têm rompido formalidades cruciais relativas à linguagem pública, pois desrespeitam autoridades direcionando palavrões, falam com total liberdade de ideias, não se restringem por tempo de fala e escuta, não precisam, necessariamente, “assinar embaixo” do que dizem, misturam muito humor com realidade política, entram e saem quando e como quiserem das





discussões, procuram falar com o máximo recorte de imagens possíveis para obter maior número de compartilhamentos no *facebook*, por exemplo, pouco se preocupam em falar bem e serem convincentes.

Isto é, percebemos uma composição de jovens que não expressam sua demanda por política de forma e conteúdo tradicional, há muitos casos, inclusive, de membros de comunidades virtuais que nunca debateram sobre o assunto da comunidade, mas pertencem a ela, continuam indicando sua filiação à causa, como numa espécie de cidadania passiva, onde quer se mostrar adepto a causa, porém, sem necessariamente disputá-la ou defendê-la na rede. Portanto, uma análise sobre juventude militante deve levar em conta, sobretudo as novidades comportamentais trazidas pela sociabilidade virtual.

Consoante à defesa, por alguns autores, de uma potencialidade política típica da categoria jovem, privilegiamos, o eixo analítico que coloca o estímulo dos problemas da vida social à frente da predisposição biológica como indutora de culturas juvenis politizadas, pois, como vimos acima, poucos estudos empíricos operacionalizaram provas científicas dessa predisposição, daí a dificuldade em adequarmos tal concepção à realidade histórica, assim, de acordo com Filho (2005), a formação de culturas juvenis na pós-modernidade em muitos casos tem demonstrado afinidade com a luta política direta, e não somente com estabelecimento de estilos e modismos, pois os jovens já teriam a consciência dos riscos de serem absorvidos pela moda e o consumo, apregoados no capitalismo. Para o autor, a prosperidade do uso da comunicação baseada no computador, por exemplo, ao contrário de apenas promover o jovem no mercado global e/ou no fetichismo da mercadoria, serve agora de ferramenta na elaboração de estratégias contra hegemônicas.

A organização de atos de desobediência civil e ações políticas antiglobalização tem encontrado opositores, em sua maioria jovens, na rede mundial de computadores.

A internet oferece relatos, fotos, testemunhas e pontos de vista mais diversificados sobre As motivações e os desdobramentos dos carnavais antcapitalistas, em contraste com a cobertura da corrente central da mídia, que costuma enfatizar os “atos irracionais de desordem” o “caos no trânsito”, a “destruição do patrimônio público”, os “atentados contra propriedade privada”, minimizando a violência policial e silenciando e diluindo as perspectivas críticas dos insurgentes- afinal, como levar a sério as reivindicações de um bando de vândalos e lunáticos exóticos, contrários aos desígnios do mercado, este santuário da sensatez? (FILHO, 2005, p. 154).



Em geral os jovens internautas têm sido responsabilizados pelo desenvolvimento de uma contrainformação que viabiliza a produção de um cenário, considerado por DELEUZE (1999) como o único capaz de resistir às novas formas de manipulação e vigilância da atual superestrutura midiática capitalista. Para o autor, uma informação funciona como palavra de ordem, pois quando se informa pretende-se circular uma verdade que consequentemente se auto justifica no convencimento por parte da sociedade, deste modo, a contrainformação também funcionaria como meio de convencer, mas, a uma verdade do ponto de vista da própria sociedade, e não de um grupo exclusivo.

O “monopólio do poder de dizer” (LÉVY, 2002) vem assim sendo sufocado pelos fluxos comunicativos intensos lançados por jovens na internet que trocam e entrelaçam ações múltiplas e “fortalecem o instrumento do discurso e da persuasão como armas políticas” (BUS-SON, 2010).

Não faltam predicados inovadores para caracterizar a paisagem política que alia juventude e internet. No ciberespaço, presenciamos verdadeira quebra das noções de política dentro de determinada instituição; alimenta-se a ideia de que tanto no plano natural quanto no artificial, teria validade atuar na vida pública. Para muitos jovens do ciberespaço, o mundo político pode sofrer intervenção por problemas que seja, perto ou longe de uma localidade específica, fazendo muito sentido opinar, criticar, votar ou denunciar sobre questões políticas



universais.

A capacidade de interferir nas rotinas e sugerir condutas mais éticas, energéticas, reforçando direitos, criando polêmicas e alterando pontos de vista, salienta um desejo de participação bastante aflorado, onde assim nos faz pensar se a juventude está despolitizada de fato, ou encontra poucas oportunidades viáveis para participação e luta no campo presencial, ou pouco tempo, pouco dinheiro para mobilizar.

Uma outra característica das relações políticas dos jovens brasileiros na internet é a efemeridade com que muitas comunidades, campanhas, debates e ações são estabelecidas. Considerando a internet como o espaço paralelo de informação mais frequentado por jovens, até mesmo a produção intelectual do panorama político é muitas vezes marcado por um dinamismo ilimitado, instantâneo, e impaciente.

O nível de liberdade de expressão estimulado e vivenciado por esses jovens ampliam enormemente, e de maneira recíproca, a promoção de uma sociedade, ao menos no ciberespaço, sem vínculos padronizados de atuação política, sem correspondência à ordem burguesa de prática política democrática. De certa forma, as relações convencionais de poder são desmaterializadas, pois os jovens, utilizando-se da mediação do computador, transcendem às “normas de etiqueta” impostas pelo conjunto do imaginário político burguês.

É interessante a criação de um ambiente multiétnico, multinacional e multicultural, proporcionado não exatamente pela possibilidade técnica do computador e da internet, mas, sobretudo, pela intercessão de milhões de jovens preocupados em palpar, tensionar, ou simplesmente debater a coisa pública, e deste jeito expandir pluralidades para condição de ação.

A interatividade virtual faz com que as mobilizações sociais no interior da internet entrecruzem-se de maneiras diferentes, coligando centenas de demandas ao mesmo tempo, tornando difícil saber ao certo o ponto de partida e de chegada dessas mobilizações. Isso dá

origem a múltiplos conceitos de movimentos sociais, e assim percebemos a dificuldade de demarcação do conceito tradicional de militância juvenil, pois numa postulação mais rígida, um militante político virtual seria aquele que mais realizasse cliques de compartilhamento? Um militante político virtual seria aquele que mais sustentasse um debate na rede? Aquele que realizasse campanhas? Que planejasse ações para além da internet? Ultrapassar ou permanecer nos limites do mouse e do teclado?

Conclusão

Em diversos episódios históricos a juventude esteve à frente incitando transformações na sociedade, portanto, agora com a ferramenta da internet, continuamos a apostar na juventude, mais ainda encorajada a batalhar por seus direitos e a lutar por ideais igualitários, todavia, a forma pela qual os jovens estão buscando a afirmação desses direitos políticos no ciberespaço, também provoca interrogações constantes, pois, o que aqui chamamos de “politização no ciberespaço” aspira a ideia de “revolta confusa” citada por Bourdieu (1993). Na “revolta confusa” não se poderia falar em politização, pois são formas anômicas e anárquicas de revoltas que comumente estão acontecendo, e representam questionamentos vagos, mais gerais, que nada aprofundam, e, portanto, não é político no sentido estabelecido, mas que poderia sê-lo; é um esquerdismo espontâneo, “algo que se parece muito a certas formas de consciência política ao mesmo tempo cegas em relação a si mesmas, porque não acham seu discurso” (BOURDIEU, 1993, p. 7).

Com uma visão mais crítica e aproximada das revelações “politizadas” de jovens na internet, ressaltamos a possibilidade de também estarmos diante de meros artifícios simbólicos capazes de minimizar o papel da “verdadeira” luta política, capazes de até mesmo apaziguar os ânimos do combate e enfrentamento às empresas e governos,





com simples cliques de apoio ou repúdio a determinadas situações de opressão. Assim, a disposição em apenas trocar mensagens virtuais não estaria contribuindo para um esvaziamento do debate político e até certo ponto provocando comodismos exagerados posto que mais fácil do que confrontar e se fazer presente, é simplesmente teclar?

Se a internet aumenta ou não o estímulo à participação de jovens, dantes muitas vezes esquecidos do embate político, é a pergunta que, de maneira esparsa, tentou ser respondida. Na literatura sobre o tema, é possível se deparar com uma variedade de ângulos a partir dos quais o assunto tenta ser descortinado. Há autores que traçam diagnósticos pessimistas relativos à disposição da esfera civil em tomar parte no jogo político pela internet, e há os que, mais entusiastas, acreditam que na disputa entre forças políticas, vale a pena usar qualquer arma, inclusive a internet para estimular os cidadãos no envolvimento de arenas de discussão pública. Por fim, com o surgimento da tecnologia digital, o modo comunicacional político sofreu mudanças, assim como grande parte de seus locutores, jovens cidadãos, mas o desfecho dessa trajetória ainda se apresenta, em grande medida, de difícil apreensão.

Sabe-se, porém que a participação política de jovens através da internet no Brasil produziu modelos de ações coletivas bastante diferentes das vigentes até então, pois dentre as novidades práticas ocorridas estão: a ausência de lideranças, o imediatismo de propostas, a não aceitação de bandeiras de partidos e de alguns movimentos, a falta de uma organicidade pautada sobre bases tradicionais, certa investida política individual e ao mesmo tempo coletiva, com performances heterogêneas, humoradas, e muitas vezes violentas e ameaçadoras. Ainda é cedo para afirmar, mas talvez a partir de então tanto juventude quanto internet tomem o cenário acadêmico de discussões científicas que levem em conta novos paradigmas de transformação e participação social.

Referências

BECKER, Howard Saul. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Trad. Maria Luiza Borges. 1ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2008.

BOURDIEU, Pierre. *A “Juventude” é apenas uma palavra*. Entrevista. 1993.

BUSSON, Shayana. Representações sobre cidadania, participação e sexualidade: explorando o Orkut. *Revista Sociedade e Tecnologia*. Curitiba: Editora UTFPR n°. 10, 1º semestre 2010.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. *Rev. Latinoam.cienc. soc. Niñes juv* 7(1): 179-208, 2009.

DAYRELL, Juarez Tarcisio. Juventudes, grupos de estilo e identidade. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n 30, 1999.

DELEUZE, Gilles. O ato de criação. Trad. José Marcos Macedo. Em: *Folha de São Paulo, Caderno Mais!*, 27 de junho de 1999.

DIÓGENES, Glória. *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento Hip Hop*. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2008.

FERREIRA, Vitor Sérgio. Ondas, cenas e microculturas juvenis. Plural, *Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da USP*, São Paulo, v.15, p. 99- 128, 2008.

FILHO, João Freire. Das subculturas às pós subculturas juvenis: música, estilo e ativismo político. *Contemporânea*, Vol. 3, n 1, p. 138-166, 2005.





GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Ed. Loyola, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA- IBGE. *Dados sobre acesso a Internet*. 2005-2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA- IBGE. *Dados sobre acesso a Internet*. 2008-2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA- IBICT. Mapa da Inclusão Digital. 2008.

LAPASSADE, Georges. Os rebeldes sem causa. In: BRITTO, Sulamita (org). *Sociologia da Juventude*. Rio de Janeiro: Zahar, v. III, p. 113-123, 1968.

LÉVY, Pierre. *Cyberdemocracia*. Paris: Odile Jacob, 2002.

MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. In: *Diagnóstico do nosso tempo*. Rio e Janeiro: Zahar, p. 36-61, 1961.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. *Participação Política e Internet: meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo do caso do estado brasileiro*. Tese de doutorado. Universidade Federal da Bahia. 2008.

MATZA, David. As tradições ocultas da juventude. In: BRITTO, Sulamita (org). *Sociologia da Juventude*. Rio de Janeiro: Zahar, v. III, p. 81-106, 1968.

PAIS, José Machado. A transição para a vida adulta. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa as Moeda, p. 21-36, 1993.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. *Análise Social*, vol. XXV, p. 139-165, 1990.





“Somos todas vadias”: corpo, performance e representação no movimento marcha das vadias

Raquel Medeiros¹

Palavras-chave: mulher, feminino, corpo, linguagem, gênero.

Resumo: Realizada em diversas cidades brasileiras há três anos a Marcha das Vadias consiste em manifestos escritos ou performáticos que, dentro do escopo proposto, defendem a autonomia do corpo, a autodeterminação reprodutiva, a regulamentação da prostituição, a descriminalização do aborto, a causa LGBT e a garantia do Estado laico, entre outras reivindicações. Na tentativa de desconstruir a imagem de mulher que se julga propagada pela mídia e pela sociedade em geral, a Marcha se lança às ruas todos os anos, reunindo de mil a duas mil pessoas que, em sua maioria, se vestem de maneira irreverente e utilizam o nome “vadia” como atos simbólicos para dar voz às mulheres contra a repressão que se percebe querer encaixá-las em um ideal de feminilidade. O presente artigo analisa esse movimento em sua edição 2013, no Rio de Janeiro, envolvendo análise de discurso e antropologia da imagem, considerando as escritas do corpo e a corporificação das recordações, por meio de Aleida Assmann; (2) a linguagem e o poder performativo da autoatribuição como mulher, vadia e/ou homossexual, além de seu uso como forma de verbalizar e exteriorizar o desejo; e (3) a constituição do feminino e a viabilidade de sua representação, através de Judith Butler.

1. Doutoranda em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio), no momento de envio do artigo, em março de 2014.

E-mail: raq_medeiros@yahoo.com.br

Introdução

As "Slutwalks" surgiram em 2011, em Toronto, Canadá, na Escola de Direito Osgode Hall, espalhando-se rapidamente por diversos países, numa onda de protestos que dura até hoje, iniciada como forma de se opor ao discurso de um policial que, numa palestra sobre segurança pública, aconselhou as estudantes a terem determinadas condutas para que diminuíssem as chances de serem vítimas de violência sexual.

As orientações do policial acabaram reafirmando o discurso de atribuição de parcela de culpa às próprias vítimas, ressaltando que uma agressão sexual vinha da conduta, da vestimenta ou até mesmo do comportamento social da mulher. De acordo com o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim), o policial falou que "... as mulheres deviam evitar se vestir como vagabundas, para não se tornar vítimas..." (HASHIMOTO, 2011).

O primeiro protesto contou, assim, com aproximadamente três mil pessoas, discentes da universidade, difundindo-se por diversos países, através de movimentos feministas, se contrapondo não só à fala do policial, mas aos valores intrínsecos a essa fala: o discurso que se entende punir e violar a liberdade feminina e reprimir sua autonomia em relação ao próprio corpo, com isso procurando repensar as relações de poder que envolvem a mulher e seu papel social.

Em sua versão brasileira, a "Slutwalks" foi traduzida para "Marcha das Vadias". O termo "vadia", além de ser utilizado para a humilhação em uma agressão verbal direta, é, também, utilizado para substantivar mulheres que se comportam fora de determinados padrões estabelecidos socialmente. Seu surgimento no país se deu em Brasília, no dia 18 de junho de 2011, com aproximadamente seiscentos manifestantes, de diversas idades, sendo a maioria mulheres.

O movimento, em suas outras edições locais, acabou tendo mais repercussão na mídia por conta da fala de um apresentador de progra-





ma humorístico semanal, que, dentre outras afirmações, declarou que as mulheres feias que fossem estupradas² deveriam agradecer a seu estuprador. Outra característica própria é o caráter descentralizado de sua organização, divulgação e propagação, que se dá, massivamente, pela internet e pelas redes sociais.

Assim sendo, o presente artigo trata, sob a ótica da Memória Social, da edição de 2013 da Marcha das Vadias, no Rio de Janeiro, ocorrida no dia 27 de julho, analisando-a a partir das perspectivas do corpo, da linguagem e da representação da mulher que estão presentes nos protestos. Utilizam-se como referenciais metodológicos a análise do discurso e a antropologia da imagem. Essa análise que, no geral, procura-se antropológica, justifica-se pelo trabalho de campo feito, tendo sido percebidos, através de conversas com protestantes e observação dos usos de seus corpos durante o evento e usos diversos da linguagem e da imagem como expressão pública de oposição a um poder normativo.

Para alguns pontos específicos no tratamento da temática elegeram-se dois referenciais teóricos principais, de acordo com cada perspectiva de análise: (1) as escritas do corpo e a corporificação das recordações, através de Aleida Assmann; (2) a linguagem e o poder performativo da autoatribuição como mulher, vadia e/ou homossexual, além de seu uso como forma de verbalizar e exteriorizar o desejo; e (3) a constituição do feminino e a viabilidade de sua representação, através de Judith Butler.

“Não é só por 20 cm”: os usos do corpo na Marcha das Vadias

2 - Dentre outras reportagens que noticiaram tal polêmica, pode-se acessar, para mais informações: “Marcha das Vadias termina em protesto contra CQCs” (Jornal Folha de São Paulo, 04 jun. 2011) e “Marcha das Vadias ocorre no Rio: Rafinha Bastos é vaiado” (Jornal Folha de São Paulo, 02 jul. 2011).



As diversas lutas envolvendo a questão feminina, ao longo do tempo, tiveram em seu escopo a questão do corpo, desde o controle da fertilidade a políticas de aborto, violência sexual e outras formas de controle social sobre o corpo feminino, como as que envolvem a maneira de se vestir e alterações corporais marcadas pelo gênero ou relações de poder que definem os acessos geográficos permitidos às mulheres.

A transição da mulher entre o espaço da casa e o espaço público passou a refletir uma conduta que não mais se limita ao doméstico, mas que passa a ter um caráter político (HELENE, 2013). Antes do século XX, as ruas eram pouco utilizadas pelo público feminino, principalmente pela burguesia, sendo esse espaço ocupado pelas “mulheres da vida”.

Ao mesmo tempo em que a mulher galgava seu lugar no espaço público, outras formas de poder se impunham ao seu corpo: roupas, posturas e movimentos deveriam ser cuidadosamente revelados para que não se sofresse violência. A roupa e a conduta social seriam pontos para dividir, a partir desse momento, as mulheres de moral e as de “vida atirada” (RAGO, 1991). Iniciou-se a “cultura do estupro”, que atribuía à vítima uma parcela de culpa pela violência sofrida, justificada pelo seu modo de se vestir ou se portar socialmente.

Além de simbolizar o contato da mulher com os locais públicos de forma mais livre e menos taxativa, as protestantes de movimentos feministas passaram a atuar usando o próprio corpo como plataforma política, mostrando suas reivindicações através da performance individual ou coletiva – ritual. Uma dessas ferramentas é o *peitão*, onde passaram a colocar seus seios a mostra e pintar seus dorsos com vários dizeres e questionamentos, num ato simbólico de liberdade da mulher e do controle sobre seu próprio corpo, ou como forma de exteriorizar uma violência sofrida.

Na edição carioca de 2013 da Marcha das Vadias, esse ato ritual de pintura corporal deixou bastante clara a problemática do direito ao



aborto como tentativa de colocar a vida da mulher à frente da vida do feto (indo na direção oposta ao discurso pró-vida/antiaborto), da oposição à violência contra a mulher e do direito à liberdade corporal (escolha das roupas que se quer vestir sem julgamentos morais, isenção de padrões estéticos e direito de escolha do(a) parceiro(a) sexual são alguns exemplos). Frases de efeito, desenhos e pinturas estamparam diversos dorsos, não só femininos, como masculinos, também.

Performances também se fizeram presentes, desde aquelas que utilizavam só a voz, entoando mantras, até as teatrais. O conflito mais impactante e mais destacado pela mídia foi a performance de alguns manifestantes que quebraram imagens religiosas no momento em que estava acontecendo o evento religioso Jornada Mundial da Juventude (JMJ).

Apesar de o protesto estar marcado para acontecer em Copacabana com antecedência, de a organização ter mudado a direção do mesmo para o sentido contrário ao da Jornada a fim de evitar conflitos e de haver a presença de peregrinos também protestando, a opinião pública e a mídia destacaram o evento como uma afronta aos milhares de católicos que se dirigiram à praia depois de terem seu local original de reunião modificado pela prefeitura por conta das chuvas que assolaram a cidade do Rio de Janeiro.

Tal polêmica fez com que a organização da Marcha publicasse um pronunciamento em seu blog, atestando a legitimidade da manifestação e se posicionando contra o ocorrido, destacando que o posicionamento é pelo Estado laico e não contra nenhuma religião, exaltando o caráter simbólico das inúmeras performances que sempre aconteceram e que não tiveram teor violento³.

Tais atos simbólicos de usos corporais atuam como atitudes revoltosas contra a memória de vontade, identificada por Nietzsche, que historicamente foi inscrita no corpo da mulher por instituições de po-

3. O posicionamento se encontra no site <http://marchadasvadiasrio.blogspot.com.br/>.

der e pelo uso da violência. Surgem, assim, como oposição às inscrições culturais do corpo (disciplina pela violência e pelo poder normativo) que vinham sendo impostas até então. Os traumas transformam o corpo em local de gravação.

As feridas e cicatrizes sofridas pelas mulheres presentes, escritas duradouras do corpo, serviram como pano de fundo para compromissos políticos num movimento de tentativa de lidar com esses traumas vividos. Se o trauma é o limite da interpretação, o corpo estranho que carrega consigo a impossibilidade da narração, o corpo, nesse caso, passa a ser usado como um sinal de resistência a qualquer atribuição de sentido, por outros, a experiências traumáticas pessoais (ASSMANN, 2011).

Os usos do corpo nos protestos são onde o afeto se potencializa entre o armazenamento da recordação na memória como partes sem um todo e as micronarrativas dobradas e desconexas – vão em direção à “codificação simbólica”, tentativa de estabilização através da narrativa e da interpretação, na qual há a migração do afeto para a linguagem; corpos como trauma e símbolo nessa relação de exclusividade mútua: “impetuosidade física” e “senso construtivo” nos quais a recordação se movimenta (ASSMANN, 2011, p. 283).

Essa tentativa de narração tem tríplice função: a tentativa de dar sentido ao que se viveu, enquanto experiência traumática; aponta o intercâmbio de experiências, incorporando as coisas narradas às próprias experiências; e um intento de romper com a tradição e criar o novo, nesse jogo de fragmentação e descontinuidade que é próprio do ensaio de transformação de vivências – falta de sentido, de elaboração – em experiências (BENJAMIN, 1985), para uma nova realidade feminina.

Enquanto a violência imposta ao corpo da mulher serviu de forma a inscrever uma identidade feminina constituída de uma série de atributos, a escrita corporal do trauma, assim como o uso de corpos como tela de clamores políticos, podem servir como destruição dessa





imposição identitária.

“Sou uma puta... Uma puta mulher bem resolvida”: a linguagem como poder performativo

Se a língua é o estabilizador mais poderoso das recordações (ASS-MANN, 2011), a linguagem aparece não só como recurso da lembrança (lembramos do que verbalizamos), mas tem caráter performativo através da autoatribuição (BUTLER, 2004).

Paradoxalmente, o poder normativo, ao invés de fazer com que certos termos sejam menos pronunciáveis através de sua regulação, os faz serem cada vez mais pronunciados. A regulação de determinado termo, como homossexual, por exemplo, não se configura de um ato simples de censura ou forma de silenciar: a regulação redobra o termo que quer restringir e só pode restringi-lo mediante a esse redobramento (BUTLER, 2004).

A limitação de um ato verbal depende da formulação de um ato discursivo sobre o que se quer limitar – a própria fabricação do discurso carrega consigo essa limitação. A norma prescreve como performativos determinados atos de autoatribuição, como se sua enunciação fosse acompanhada pela realização do que se disse. A descrição de tais atos de fala é acompanhada pela produção desses mesmos enunciados pela norma, exercendo sua (de)limitação (BUTLER, 2004).

Dentro desse discurso normativo é que o poder performativo é produzido. A norma evoca um espectro performativo da autoatribuição – “um enunciado que realiza o ato” (BUTLER, 2004) – que pretende censurar, criando um ciclo vicioso de fabricação e censura e, assim como Butler (2004) identificou a visão do exército americano da declaração homossexual como algo contagioso e ofensivo, tratando do poder normativo e a fabricação do discurso paranóico de censura, algumas questões podem ser suscitadas em relação à autoatribuição

como "vadia".

O termo começou a ser enunciado como forma de destacar não apenas a desejada liberdade em relação ao corpo e à sexualidade, mas, também, como tentativa de garantir o direito de expressar o desejo sem ser vítima de violência. Essa expressão e manifestação pública são essenciais ao próprio desejo, que não pode se sustentar sem esta verbalização e exteriorização, de modo que o discurso é indissociável de uma prática (BUTLER, 2004).

É nessa vertente que surgiu o lema "Se ser livre é ser vadia, então somos todas vadias". Baseando-se em Butler (2004), pode-se extrair de tal autoatribuição uma forma de impor limites às construções socialmente aceitas do que seja mulher, tentando ampliá-las a referentes que não possam ser capturados, mas que se constituam como possibilidade linguística de rearticulação. A performatividade que é atribuída ao "ser vadia" não é um enunciado no qual se realiza a sexualidade ou um comportamento social, mas é através dessa enunciação que se transmite a sexualidade ou comportamento do qual se fala.

Com a afirmação do movimento, começou-se a propor uma mudança no discurso até então apregoadado em diversos segmentos sociais – "Cuidado para não ser estuprada" – em direção às reivindicações femininas – "Não estupe", propondo uma reflexão sobre a própria educação que a maioria dos homens e mulheres recebeu e que se julga incluí-los numa cultura heteronormativa e sexista desde sua infância.

As marchas foram sendo divulgadas na internet e rapidamente se popularizaram, alcançando, cada vez mais, novos adeptos. No entanto, a repercussão negativa também se fez presente, podendo-se identificá-la em comentários nos blogs, vídeos, álbuns de fotos e outras fontes de divulgação. Alguns se limitam a afirmar que os que aderem ao movimento não têm o que fazer, que deviam ir "para o fogão" ou "lavar uma louça" ou mesmo que os protestos fazem "as mulheres de verdade passarem vergonha" e que existem outras coisas (mais importantes) a serem feitas (HELENE, 2013).





Outras críticas são feitas também (mas não só) por segmentos feministas, que questionam o termo “vadia”, afirmando que tal autoatribuição ainda se insere no jogo de poder patriarcal, duvidando da apropriação de termos e caricaturas como uma das formas de acabar com a história de opressão (MEXY, 2011). Na edição carioca, frases como “Isso atrasa o progresso da nação” foram proferidas por membros da plateia que assistia o protesto, alguns horrorizados com os corpos e as falas das e dos manifestantes. Algumas críticas afirmam, ainda, que sair vestida com trajes próprios do que se julga “vadia” é reafirmar uma posição de privilégio, já que uma mulher pobre, que atua como prostituta, raramente reivindicaria continuar nesse nível de degradação, onde é vista com desprezo e ódio pela maior parte da sociedade (HELENE, 2013).

Outra crítica feita é a inclusão de mulheres pobres, negras e que sofrem outros tipos de marginalização, já que a experiência com a violência e a culpabilidade da vítima nestes grupos é quantitativa e qualitativamente diferente (WALIA, 2011). Genocídios contra mulheres negras, escravização de indígenas, políticas de esterilização de mulheres pobres (HELENE, 2013) e a própria inclusão de mulheres que não se localizam em eixo geográfico do centro são alguns pontos repensados pelas críticas feitas ao movimento como um todo.

“Vadia”, assim como “homossexual”, e o discurso que os sustenta trazem consigo uma série de relações ou vínculos que, dentre tantas formas de atuação, transforma a autoatribuição não só na representação de uma conduta ofensiva, mas na própria ofensa em si, sendo a própria afirmação uma forma de conduta. Ou seja, se para o poder normativo o ato de afirmar é uma conduta, a afirmação como vadia e/ou homossexual é interpretada como forma de atuar de forma promíscua e socialmente inaceitável, um modo ritual de falar que exerce o poder de ser o que se disse; não é uma representação, mas um ato e, portanto, uma ofensa.

"O feminismo é uma luta sem gênero"?

Quem confere à autoatribuição como "vadia" ou aos usos do corpo feminino nesses protestos um caráter tão perturbador? Por que essa atuação foge tanto à ideia de mulher estabelecida socialmente? Talvez seja possível pensar nessa questão voltando à problemática da representação feminina.

O ideário comum da teoria feminista mantém a categoria "mulher" como uma identidade definida, ao mesmo tempo em que mantém a representação da categoria em um discurso interno uno e sua representação política como aquela que fala em nome de um sujeito pré-definido. No entanto, repensar a mulher como sujeito instável e não permanente requer pensar a viabilidade dessa representatividade e a própria constituição da categoria (BUTLER, 2003).

Se, por um lado, é possível que a representação dê visibilidade e legitimidade no seio de determinado processo político, por outro, ela pode ter uma função normativa que distorce, ao invés de revelar, o universo do que seja ser mulher. É preciso lembrar, assim, que sistemas de representação, tal qual sistemas jurídicos, produzem o sujeito que se representa através da exclusão. O sujeito do feminismo, assim, é uma formação discursiva e efeito de uma versão da política representacional (BUTLER, 2003). Essa base universal na qual se apoiam as políticas representacionais é, nesse sentido, fictícia, marcando as mulheres de forma singular na hegemonia masculina e atribuindo a todas o mesmo tipo de violência sofrida.

Tais formas de representação não dão conta, assim, da fragmentação no interior do feminismo e da própria oposição feita a ele. A representação não deve ser, portanto, a única forma de atuação política da e para as mulheres, já que o sujeito do qual se está falando é uma construção fictícia que não considera a descontinuidade entre as ideias de corpos sexuais e gêneros construídos sexualmente. A produção discursiva de estabilidade interna nessa estrutura binária sexo x





gênero gera, em si, a necessidade de permanente debate e tentativas de ações concretas que não se baseiem mais na identidade (BUTLER, 2013).

Se, por um lado, o sexo biológico e o gênero culturalmente constituído dão ao sujeito a sensação de uma identidade de gênero, sua descontinuidade expressa um efeito na manifestação do desejo sexual. O gênero, segundo Butler (2003) é performativo, ou seja, produzido e imposto socialmente, herdado da metafísica da substância, que concebe a identidade como algo que é. No entanto, “não há identidade de gênero por trás do gênero; essa identidade é *performativamente* constituída” (BUTLER, 2003, p. 48). Sendo assim, ao invés de ser um efeito, o gênero enquanto performance produz efeitos e tanto o ser feminino quanto o ser masculino são ficções.

Encarar o gênero como algo performativo traz algumas possibilidades de atuação que poderiam fugir das categorias próprias da heteronormatividade e operarem como lugares de intervenção, denúncia e deslocamento de reificações (BUTLER, 2003). Sendo o corpo um conjunto de fronteiras individuais e sociais, usá-lo como forma de atuação política pode ser um modo de manifestação que vá além das ficções reguladoras.

A presença de grupos aparentemente divergentes das causas das “vadias”, como associações religiosas a favor do aborto; a presença masculina, que desafia a ficção do que é ser homem; a tentativa de exteriorização do trauma, o intercâmbio de experiências e o uso de bordões como forma de protesto; os cartazes e as escritas, pinturas e usos corporais como plataforma política podem se configurar em um caminho para uma agenda e uma atuação que vão além das “ilusões fundadoras da identidade” (BUTLER, 2003, p. 60).

Se para manter a coesão de um grupo é necessário um fundamento comum (HALBWACHS, 2006), no sentido de constituição de uma memória comum, é preciso lembrar que uma memória não se reduz a representações e é polissêmica, traduzindo o que se encontra em

constante movimento (GONDAR, 2005). Nesse sentido, se a “Marcha das Vadias”, por si só, não se constitui de movimento capaz de mudar as estruturas sociais, pode ser encarado como potência, na medida em que desnaturaliza o sexo e o gênero e promove discussões, confrontos capazes de criar o novo.

Referências

ASSMANN, Aleida. Espaços da recordação - Formas e transformações da memória cultural. Campinas: UNICAMP, 2011.

BENJAMIN, W. Experiência e Pobreza. In: BENJAMIN, W. Obras Escolhidas I. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BUTLER, Judith. Language, poder e identidad. Madri, Sintesis, 2004.

_____. Problemas de gênero. RJ: Civilização Brasileira, 2003.

GONDAR, J. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, J. e DODEBEI, V. (Org.) O que é memória social? Rio de Janeiro: Contracapa, 2005.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.

HELENE, Diana. A marcha das vadias – o corpo da mulher e a cidade. Revista Redobra, n. 11, ano 4, 2013, p. 68 – 79.

MEXY; JO. Slutwalk, Prostitutas e Nossas Apropriações. Krasis. 2011. Disponível em: <http://krasis.wordpress.com/2011/05/11/slutwalk-prostitutas-e-nossas-apropriacoes/> Acesso em 10 ago 2013.

WALIA, Harsha. “Slutwalk: To march or not to march” Rabble, 2011. Disponível em: <http://rabble.ca/news/2011/05/slutwalk-march-or-notmarch> Acesso em: 10 ago 2013.





A atuação da Irmandade Muçulmana na esfera Política e na sociedade civil Egípcia

Guilherme Di Lorenzo Pires¹

Palavras-chave: egito, movimentos islamistas, islã político.

Resumo: A Irmandade Muçulmana foi pioneira entre os movimentos islâmicos contemporâneos na concepção do Islã como um conjunto de doutrinas, valores e normas que servem de referência para as atividades sociais, políticas e culturais na modernidade. Refletindo esta concepção, a Irmandade Muçulmana se estruturou como um movimento atuante em diversas áreas no espaço público. Como consequência, o grupo comportou entendimentos díspares sobre o lugar que ela deveria ocupar na sociedade e na esfera política egípcia. O presente artigo estuda a trajetória histórica da Irmandade Muçulmana a fim de apreender como a atuação na sociedade civil egípcia condicionou a inserção da organização na esfera política a partir do regime político inaugurado com a Revolução de 1952 dos Oficiais Livres. Ao se observar a trajetória histórica da Irmandade Muçulmana, chega-se a conclusão que a organização passou por alterações profundas no que diz respeito a sua postura diante do espaço político. Diante dessas mudanças, é essencial destacar o papel do arranjo institucional introduzido pelos sucessivos governantes na demarcação da agenda política da organização.

1. Mestre em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, no momento de envio do artigo, em agosto de 2013. E-mail: guilherme740@gmail.com

Introdução

A Irmandade Muçulmana é um dos grupos islamistas mais importantes atualmente, possuindo ramificações em mais de 70 países além de ter sido inspiração para outros movimentos sociais e religiosos. A Irmandade Muçulmana foi pioneira entre os movimentos islâmicos contemporâneos na defesa do Islã como parte integrante da vida e como referência aos aspectos políticos, culturais, econômicos e sociais da experiência humana moderna (EL-AWAISI, 1998). Hassan al-Banna (1906-1949), o fundador da organização, definia a Irmandade Muçulmana como uma “mensagem Salafista, um método Sunita, uma verdade Sufista, uma organização política, um grupo atlético, uma união cultural-educacional, uma companhia econômica, e um ideal social”² (MITCHELL, 1969, p.14, tradução nossa). A consequência desta caracterização ampla foi que o grupo comportou visões de mundo dispare, o que contribuiu para uma relação oscilatória com a sociedade egípcia e a esfera política.

De fato, no momento em que fora fundada no Egito, em 1928, a Irmandade Muçulmana era uma organização com vocação limitada às atividades sociais e religiosas. Mas no decorrer do século XX, o grupo de al-Banna ganhou popularidade e converteu-se em um movimento social com ambições políticas e aspirações institucionais. O presente artigo estuda a maneira como a atuação na sociedade civil egípcia condicionou a inserção da Irmandade Muçulmana na esfera política a partir do regime político inaugurado com a Revolução de 1952 dos Oficiais Livres.

Uma das principais características que ajuda a compreender o sucesso da Irmandade Muçulmana é a estrutura federada de

2. Segundo Quintaneiro e Barbosa (2003, p. 112), “a elaboração de um instrumento que oriente o cientista social em sua busca de *conexões causais* é muito valiosa do ponto de vista heurístico”.





autoridade. Nesta estrutura, o centro político se localiza na capital egípcia a partir de onde se difunde uma rede de sedes administrativas em diversas cidades. Os líderes destas ramificações são responsáveis pela conexão entre os indivíduos e a administração e pela divulgação das decisões da cúpula aos diversos meios sociais (MUNSON, 2001). Esta formação permitiu a Irmandade Muçulmana sobreviver às perseguições promovidas pelo regime egípcio e, com isso, se tornar o movimento político de oposição mais bem estruturado no Egito. Além disso, o sistema federado de organização favoreceu a manifestação de ideias diversas, transformando a Irmandade num canal político de interesses distintos. Como consequência, a Irmandade Muçulmana ao longo de sua existência não apresentou uma ideologia consistente e homogênea, o que favoreceu a emergência de conflitos ideacionais entre as lideranças. Mas, por outro lado, esta ideologia difusa contribui para a atração de indivíduos provenientes de condições distintas, conferindo à organização uma amplitude social considerável (MUNSON, 2001).

Outro fator organizacional que explica o sucesso da Irmandade Muçulmana foi a estrutura de filiação, que pode ser dividida em três categoriais. O primeiro nível consiste nos “assistentes” e requer somente a assinatura e o pagamento da taxa de filiação. O segundo nível, por sua vez, requer o conhecimento dos fundamentos da organização, o comparecimento regular às reuniões e a sujeição às decisões da administração. E, por fim, há os membros “ativos” que são aqueles que dedicam a vida à organização e que possuem conhecimento dos ensinamentos corânicos (MITCHELL, 1969; MUNSON, 2001). Desta forma, a estrutura organizacional permite que a Irmandade Muçulmana incorpore integrantes com graus distintos de comprometimento. Além disso, esta categorização faz com que o envolvimento do membro com a organização seja gradual ao mesmo tempo em que fornece um público amplo predisposto às suas ideias.

O governo de Nasser: momento de marginalização da Irmandade Muçulmana



Dossiê Temático

Em julho de 1952, um grupo de jovens oficiais, sob a liderança do general Muhammad Naguib, derrubou o regime monárquico do rei Faruk I, visto pelos oficiais como um fantoche dos interesses britânicos no Egito. Após um período de disputa interna, o coronel Gamal Abd Al-Nasser despontou como a figura forte no grupo e assumiu a presidência, cargo que ocupou até a sua morte em 1970. Este foi o período mais crítico para a Irmandade Muçulmana. Durante os anos do governo de Nasser a liderança da Irmandade Muçulmana foi exercida por Hassan al-Hudaybi, que permaneceu no posto até a morte em 1973.

No decorrer deste período, a relação entre a Irmandade Muçulmana e o regime oscilou entre momentos diferentes (ASHOUR, 2009). Nos seis primeiros meses de governo, os Oficiais Livres almejavam manter uma relação pacífica com a Irmandade, por recearem a popularidade e a capacidade de mobilização da Irmandade Muçulmana. Por outro lado, o novo regime buscou cooptar figuras importantes a fim de obter maior suporte político. Por sua vez, a Irmandade Muçulmana apoiara a Revolução, pois compartilhava a postura crítica dos oficiais em relação às potências ocidentais e ao antigo regime monárquico. Além disso, a Irmandade endossava a concepção orgânica de Estado promovida pelos Oficiais Livres e a supressão do sistema partidário, visto como o causador da desunião nacional (MITCHELL, 1969). Neste cenário, o líder da Irmandade Muçulmana, Hassan al-Hudaybi se aproximou do então presidente Naguib, buscando garantir os direitos da organização, a libertação de alguns integrantes e a formulação de uma Constituição compatível com os princípios islâmicos.

A aproximação inicial entre a Irmandade Muçulmana e os Oficiais Livres foi interrompida quando Nasser sobe ao poder (GORDON, 1996). Nasser fundamentou a legitimidade de seu governo em políticas sociais e na defesa do nacionalismo árabe secular frente às po-



tências ocidentais. Evidenciava-se, assim, a incompatibilidade entre o projeto político dos Oficiais Livres e a da Irmandade Muçulmana, apesar do breve período de cooptação e aproximação. Mas apesar de seu discurso enfatizar a necessidade de desvincular a religião de seus aspectos políticos, segundo Malika Zeghal (1999), Nasser não pode ser caracterizado estritamente como anticlerical. Tanto a sua formação pessoal, quanto a tradição religiosa no Egito o levaram a adotar uma postura mais prudente em relação à instituição religiosa. Quando iniciou a repressão da oposição, inclusive da Irmandade Muçulmana, Nasser buscou cooptar uma instituição religiosa de prestígio, a universidade de Al-Azhar, que serviu como instrumento político de Nasser na promoção de sua liderança na região.

Nasser não se opôs imediatamente à Irmandade Muçulmana após a Revolução, mas precisou reorganizar as condições políticas para fazê-lo. Por sua vez, ainda que fosse um dos movimentos mais populares no Egito, a Irmandade Muçulmana não possuía uma estratégia consistente em relação à esfera política. A postura favorável e conciliatória de al-Hudaybi, que buscava a cooperação com o regime, contrastava com a crescente desconfiança dos integrantes mais jovens.

Apesar da desconfiança em relação a al-Hudaybi, Nasser tentou cooptar figuras importantes, oferecendo três ministérios a membros da Irmandade Muçulmana. Entretanto, a liderança recusou a oferta temendo a fragmentação interna em uma possível disputa pelo poder. Esta recusa por parte da Irmandade foi o primeiro desentendimento com o governo (ZOLLNER, 2009). Em 1954, após uma tentativa de assassinato de Nasser por um integrante da Irmandade, o governo passou o movimento para a ilegalidade. Nestes anos, a perseguição e a prisão dos líderes quase levaram ao desmantelamento da organização. Por outro lado, a crise de Suez em 1956, que transformara Nasser em herói nacional e regional, conferiu ao regime prestígio suficiente para sustentar a autoridade de Nasser frente aos movimentos de oposição.

A dissolução da Irmandade Muçulmana em 1954 marca uma nova

fase na relação entre a organização e o regime que durou até 1967, quando os países árabes perdem a guerra para Israel. Durante esses anos, a Irmandade foi obrigada a agir de forma clandestina. A Irmandade contava nestes anos com o auxílio de integrantes que estiveram no exílio e com o apoio de outras organizações similares. Atores externos, como a Arábia Saudita que rivalizava com o Egito pela liderança na região, se tornaram fontes de recursos financeiros para Irmandade. Evidências apontadas por Barbara Zollner (2009) mostra que a sobrevivência do grupo não se limitou a pequenos grupos no Cairo e em Alexandria, mas abarcava círculos que compreendiam outras partes do Egito. Esta observação contraria a ideia de que o ressurgimento do grupo se deu na prisão.

Após alguns anos de uma liberdade controlada, em Julho de 1965, o regime novamente intensificou as perseguições contra a Irmandade Muçulmana. Nasser condenara a Irmandade sob a justificativa de que integrantes da organização estavam arquitetando um ataque armado com o intuito de derrubar o governo. As cortes sentenciaram a pena de morte para diversos membros importantes, como Sayyid Qutb, célebre ideólogo do islamismo radical. Houve, então, uma intensificação da hostilidade da organização ao regime de Nasser, e surgiram interpretações mais radicais sobre o Islã Político.

Apesar de ter sido tão dura quanto a primeira perseguição, a nova onda de repressão não conseguiu impedir o ressurgimento da Irmandade, pois naquele momento, o movimento estava mais estabelecido e havia um sentimento mais claro da identidade coletiva entre os integrantes. Além disso, a perseguição ajudou a disseminar as ideias das facções mais radicais vinculadas à noção de mártir (ZOLLNER, 2009). Esta postura intransigente em relação ao governo e à sociedade foi rejeitada pelas lideranças mais tradicionais da organização, mas encontrou um terreno fértil entre os membros mais novos e mais militantes. Deste modo, al-Hudaybi acabou sendo isolado pela fração jovem mais radical da organização, e foi considerado na época uma





liderança fraca incapaz de guiar a Irmandade durante os anos de repressão (ZOLLNER, 2009).

Governo de Anwar Sadat: período de reconstrução da Irmandade Muçulmana

O final do governo de Nasser foi marcado pela quebra da coesão política em torno do nacionalismo árabe e pela derrota humilhante para Israel na guerra de 1967, o que causaram a emergência de diversos protestos contra o regime. Logo após a morte de Nasser em 1970, o vice-presidente Anwar Sadat, um dos líderes da Revolução de 1952, assumiu o cargo de presidente. Sadat assumiu o governo de um país fragmentado e desmoralizado com a derrota na guerra de 1967. Sem o carisma de Nasser, Sadat se tornou uma figura política distinta de seu antecessor, não somente no aspecto pessoal, mas na postura política adotada.

Após a guerra com Israel em Outubro de 1973, o Egito e a região do Oriente Médio passaram por diversas mudanças sociais, políticas e econômicas, as quais demandaram do líder egípcio novas políticas que respondessem aos desafios surgidos. De forma geral, a postura política de Sadat foi fundada por quatro eixos: abertura das políticas econômicas, aproximação com os Estados Unidos e afastamento da União Soviética, abertura política gradual e liberalização da formação de partidos políticos em 1976, e a normalização das relações com Israel após 1977 (IBRAHIM, 2002).

Durante o período de consolidação, Sadat buscou se desvincular dos nasseristas e dos partidos de esquerda, transformando a orientação política do governo. Entre 1971 e 1977, Sadat descartou nasseristas e socialistas do aparato governamental. Em 1973, o Egito iniciou a relativa bem sucedida guerra contra Israel, obtendo ganhos políticos e diplomáticos no andamento das negociações de paz apesar de ser

militarmente derrotado de última hora. Esses dois eventos fizeram com que o Egito reorientasse a política tanto no âmbito doméstico, quanto no âmbito regional e mundial. Se, por um lado, Nasser estabelecia sua legitimidade a partir do discurso de independência nacional, redistribuição de riqueza e defesa do nacionalismo árabe, Sadat utilizou a retórica do “Estado de Direito” e na abertura das instituições estatais como fundamentos de seu regime. Com isso, o regime consentiu uma abertura limitada aos oponentes do governo, mas ao mesmo tempo não permitia que eles tivessem acesso pleno ao poder. Nesse processo, o governo permitiu a criação de partidos alternativos para concorrer às eleições parlamentares de 1976. Todavia, o poder executivo do presidente suplantava as prerrogativas do legislativo e o governo acompanhava de perto a criação dos novos partidos. Por exemplo, não era permitida a criação de partidos baseados em afiliações religiosas, o que excluía a participação direta da Irmandade do poder (AYUBI, 1989).

Mas a despeito da proibição de partidos religiosos, a busca por legitimidade interna levou Sadat a enfatizar o caráter religioso do governo e da sua própria pessoa. Para isso, ele endossava a construção de um Estado baseado nos valores islâmicos – ainda que não um Estado teocrático propriamente dito – esse discurso ajudou a galvanizar a identidade islâmica do governo. Foi durante este período que o processo de “re-islamização” da sociedade egípcia ganhou força. Na tentativa de construir uma nova imagem pública, Sadat se apresentava como “o Presidente devoto”; seus discursos públicos continham versos do Corão; e, de maneira geral, manteve boas relações com os grupos islâmicos, libertando gradualmente islamistas que estavam na prisão. Além disso, os ulemás de Al-Azhar ganharam mais espaços nos programas das escolas, na mídia e nas universidades. A própria guerra de 1973, ao contrário da anterior, foi justificada por razões religiosas (AYUBI, 1980). Por fim, Sadat propôs uma emenda na Constituição prevendo que o Islã seria a religião de Estado (ainda que o significado





e a aplicação exata desse artigo permanecessem vagos). Não deixa de ser irônico que, a despeito desta aproximação dos movimentos islamistas, Sadat foi assassinado em outubro de 1981 por membros da Jihad Islâmica egípcia, consequência da insatisfação deste grupo com o acordo de paz com Israel.

Na busca por aliados no âmbito doméstico, Sadat se aproximou da Irmandade Muçulmana, mobilizando a memória compartilhada da luta contra o antigo regime monárquico. Mas, ao mesmo tempo, Sadat se empenhou na adoção de uma postura mais favorável aos Estados Unidos e às monarquias do Golfo, reorientando a inserção do Egito no Oriente Médio (ZOLLNER, 2009). Estes dois elementos não se harmonizariam facilmente no decorrer dos anos, o que constituiu um desafio para o governo de Sadat.

Foi nesse cenário que a Irmandade voltou a ser um ator importante no espaço público. Após a dissolução da organização em 1954 e a repressão de 1965, a Irmandade Muçulmana expandiu suas atividades nos anos após 1967. Em 1971, o Rei Faisal da Arábia Saudita mediou um encontro entre Sadat e líderes da Irmandade Muçulmana que se exilaram em países vizinhos durante o período de Nasser. Com a libertação de integrantes da Irmandade e a gradual abertura política, a Irmandade reconstruiu a organização e consolidou a sua presença no espaço público rejeitando a ideologia mais radical em defesa dos preceitos defendidos por al-Hudaybi, que previa uma relação pragmática com as lideranças políticas (SULLIVAN; ADEB-KOTOB, 1999).

Em 1973, Hassan al-Hudaybi faleceu, e então foi sucedido por Ummar al-Tilmisani, proveniente de uma família importante de proprietários de terra, que liderou a Irmandade durante o regime de Sadat, fase caracterizada em seu início pela relativa cooperação entre a organização e o Regime. Apesar de não ter sido um líder carismático, al-Hudaybi estabeleceu as orientações ideológicas que o grupo adotaria ao final da década de 1960, rejeitando os preceitos radicais e militantes. Al-Tilmisani, por sua vez, foi um líder mais pragmático e

buscou imputar um caráter político mais evidente à Irmandade Muçulmana, contrariando as lideranças tradicionais que defendiam uma atuação mais espiritual. A postura de Al-Tilmisani era coerente com a dinâmica institucional egípcia na época, pois ainda que o poder fosse exercido de fato pelo partido do governo, grupos da oposição acolheram a reforma política de Sadat com entusiasmo. E se por um lado, a Irmandade não poderia instituir um partido político, por outro, foi permitida à organização empregar outros meios para expor suas ideias no espaço público e atuar abertamente na sociedade. Desde então, um dos principais objetivos da Irmandade foi a busca do reconhecimento legal e institucional (AL-AWADI, 2004).



O governo de Hosni Mubarak: consolidação da Irmandade Muçulmana na sociedade civil

As relações entre a Irmandade Muçulmana e o governo de Mubarak podem ser divididas em duas fases: a primeira, que vai de 1981 a 1990, foi caracterizada pela acomodação do regime e relativa tolerância aos movimentos sociais, e o segundo período, de 1990 adiante, foi um período de confronto e repressão, e cuja dinâmica foi a busca de legitimidade por ambos os lados.

Em 1981, no início de seu governo, Hosni Mubarak implantou uma série de políticas que visava fortalecer a legitimidade do regime. Por um lado, reorientou a política externa do Egito, buscando se aproximar dos demais países árabes, e se distanciou das relações com Israel. Por outro, ele fortalece a noção do governo de Direito e abre mais espaço para imprensa. Porém, como mostra Hesham al-Awadi (2004), a prioridade imediata na década de 1980 para o povo egípcio era a melhora nas condições de vida, e não a implementação do estado de Direito.

Mubarak mostrou no início de seu governo um compromisso para



melhorar o setor público e a infraestrutura, entretanto, por causa da crise econômica que assolou a região em meados dos anos 1980, o regime não foi capaz de realizar completamente os projetos, o que alimentou o sentimento de frustração na população. E cinco anos após Mubarak ter assumido o governo, o Egito testemunhou a erupção de movimentos populares contra as forças armadas e a retomada da onda de violência cometida por grupos extremistas. Diante deste cenário, o regime se tornou apreensivo com a possibilidade de uma oposição islamista se consolidar no espaço político egípcio, assim como ocorrera nas eleições na Argélia em 1992 (BURGAT, 2005).

Temendo a intensificação da crise econômica e o alastramento dos movimentos populares insatisfeitos com as condições sociais, o governo buscou realizar reformas econômicas que visavam a liberalização do mercado, o que resultou na redução dos gastos com os serviços sociais. Isto agravou a situação do governo, pois a assistência social era uma das formas de legitimação do regime desde Nasser, e a redução dos gastos públicos gerou uma insatisfação popular generalizada que ameaçou a legitimidade e a sobrevivência do regime.

Examinando o desempenho econômico do regime durante a década de 1990 distinguem-se por um lado o esforço do regime para a reforma no nível macroeconômico, e por outro lado, a dimensão microeconômica que abrange a vida dos cidadãos egípcios. Mas o regime foi incapaz de traduzir o progresso econômico inicial em avanço no nível microeconômico, o qual está relacionado às condições de vida da população egípcia. Para conter possíveis ameaças, o regime reagiu restringindo os canais de acesso ao espaço político e aumentando a vigilância das organizações na sociedade civil. Como resultado, a maioria dos movimentos de oposição foi sufocada. A Irmandade Muçulmana, contudo, foi capaz de escapar da paralisação política devido a sua organização e à ampla atuação em diversas áreas da sociedade civil.

A crise econômica ganhou uma nova dimensão quando o governo buscou manipular as eleições e a formação da Assembleia de modo

que facilitasse a implantação das reformas econômicas. Em consequência de uma decisão da Suprema Corte Constitucional que considerara as eleições de 1987 inapropriadas, o governo dissolveu a Assembleia e convocou novas eleições para 1990. Esta postura do regime foi uma tentativa de mostrar à população e ao mundo que Egito caminhava rumo a um período “pós-autoritário”. Mas a oposição viu este movimento com receio, e a consequência deste impasse foi o boicote da oposição, incluindo a Irmandade Muçulmana (AL-AWADI, 2004).

Outro fator que contribuiu para o desgaste da imagem do regime foi o crescente confronto entre grupos radicais e as forças oficiais. A violência extremista religiosa, embora não podendo ser explicada inteiramente em termos econômicos, foi reflexo da frustração de setores da população em relação ao regime. O saldo foi um ciclo crescente de violência assinalada pelas agressões contra o Estado e as respostas brutais do regime (BURGAT, 2005).

Neste cenário de confrontos, havia duas opções para a Irmandade: ou o movimento recorria à violência e arriscava a sua credibilidade pública, ou conteria qualquer manifestação de violência preservando, na medida do possível, as redes que construía nas décadas anteriores. Diferente da década de 1940 e 1950, a Irmandade optou pelo caminho da prudência e da preservação da reputação pública. Com a ausência de plataformas políticas formais que possibilitassem expor seus interesses, o ativismo da Irmandade se concentrou em sindicatos e em universidades (AL-AWADI, 2004). Assim, a politização da organização nestes anos não seria tão intensa caso não tivesse uma base social de beneficiários para apoiar o movimento e uma organização administrativa forte.

Durante os cinco anos nos quais estiveram ausentes da Assembleia (de 1990 a 1995), a Irmandade priorizou os sindicatos e as oportunidades políticas que eles forneciam. Contudo, é errôneo reduzir a atividade da Irmandade dentro dos sindicatos à simples militância política. Houve um verdadeiro empenho para garantir aos trabalhadores me-





lhores condições, sobretudo naquilo que o governo não provia.

Al-Awadi (2004) destaca três elementos que explicam o sucesso da Irmandade Muçulmana no governo de Mubarak. Primeiro, a Irmandade utilizou os sindicatos como plataformas efetivas e como uma alternativa ao sistema político desigual que negava a sua participação. O segundo fator foi a capacidade da organização em representar os anseios e aspirações da baixa classe média. E o terceiro aspecto foi a maneira organizada que a Irmandade Muçulmana conduziu este processo. Com isso, pode-se dizer que a Irmandade Muçulmana buscou traduzir seu prestígio social em força política de oposição ao Regime.

A tendência em transformar a legitimidade social em legitimidade legal, e a mobilização envolvida no processo, foi manifesta também nas tentativas sem sucesso de estabelecer o partido *Hizb Al-Wasat*. Contra o cenário de repressão e debate político, uma grupo rompeu com a Irmandade Muçulmana para formar o *Hizb al-Wasat* no final de 1995. O partido, composto por uma geração mais nova que enfatiza uma leitura moderna da relação entre o Islã e política, buscou ser o elemento mediador entre as diversas forças sociais (NORTON, 2005). A liderança da Irmandade Muçulmana reagiu contra a formação deste partido, e condenou o *al-Wasat* de desvirtuarem o Islã. Mas por de trás desse discurso estava o intuito de evitar a fragmentação interna da organização (MURPHY, 2002).

O auge do conflito entre Mubarak e a Irmandade Muçulmana foi em 1995, quando o regime prendeu centenas de pessoas que tinham alguma ligação com a organização e os julgaram em cortes militares (AL-AWADI, 2004). Este enfrentamento registra uma mudança na relativa tolerância que caracterizou a postura do governo na década de 1980, evidenciando o resurgimento do autoritarismo característico do regime em 1965.

As eleições para o parlamento em 1995 tiveram um número maior candidatos pela oposição. Além dos representantes da Irmandade Muçulmana que pretendiam participar das eleições como candidatos

independentes, a Irmandade forjou aliança com outros partidos com ideologias diversas. Contudo, o fracasso do setor empresarial em satisfazer as expectativas do regime em aliviar o impacto social das reformas econômicas e das privatizações deixou o governo ainda mais sensível aos ataques da oposição. Com isso, as eleições de 1995 testemunharam uma interferência explícita e intransigente com o intuito de prevenir que a oposição assumisse cadeiras na Assembleia (KIENLE, 1998).

Deste modo, é possível apontar três elementos que criaram uma conjuntura política instável. Primeiro foi a tentativa de reforma econômica promovida pelo governo de Mubarak o qual beneficiou apenas uma fração pequena da sociedade egípcia. O segundo elemento foi o questionamento das eleições para a Assembleia, momento em que ficou evidente a crescente tensão entre governo e oposição. E, por fim, relacionado aos dois elementos anteriores, está o aumento dos protestos populares e da violência perpetuada por grupos extremistas.

Por outro lado, o programa político da Irmandade Muçulmana no fim da década de 1990 pode ser dividido, como propôs Sullivan e Abed-Kotob (1999), em três aspectos. O primeiro é a acomodação e mudança constitucional. Neste sentido, apesar do governo ter negado o pedido de reconhecimento legal, a Irmandade se aliou a partidos autorizados para ganhar acesso ao sistema político. Em 1984, o grupo formou aliança tática com o partido Wafd. Já em 1987 estabeleceu uma aliança tripartite com partidos liberais e trabalhadores. Esta ordenação com partidos díspares foi uma estratégia necessária para contornar as restrições legislativas. Com isso, esta aliança acabou ordenando grupos distintos.

O segundo aspecto é a difusão da mensagem. Para a Irmandade Muçulmana, o argumento nacionalista serve como fundamento para a defesa do interesse do grupo, muito embora não se trate de um interesse material. Trata-se da promoção de um interesse vinculado a dimensões simbólicas. E, por fim, o último aspecto é a afirmação da





não-violência. Ao contrário do pensamento radical da década de 1960, que hostilizava o compromisso nacional, atualmente a Irmandade Muçulmana tem ciência da importância da opinião pública egípcia e da participação na política institucional. Neste sentido, a Irmandade Muçulmana não apenas releva a opinião de um determinado segmento social, mas considera o julgamento de todos os indivíduos da comunidade nacional essencial para os seus interesses.

Conclusão

Ao se observar a trajetória histórica da Irmandade Muçulmana, chega-se a conclusão que a organização passou por alterações profundas no que diz respeito a sua postura diante do espaço político. Diante dessas mudanças pelas quais a organização passou, é importante destacar o papel do arranjo institucional introduzido com o novo regime, fundamental na demarcação da agenda política do grupo. No princípio, a Irmandade era um movimento social que abarcava um espectro amplo de ideias. Contudo, a realidade política do Egito obrigou a Irmandade Muçulmana a articular suas ideias de maneira que elas fizessem sentido politicamente. Talal Asad (1999), ao estudar a relação entre secularismo e religião no espaço político nacional, chama a atenção para o fato que, hoje, todo muçulmano habita um mundo diferente daquele vivido pelos fieis do período clássico.

Mesmo o mais conservador dos muçulmanos se ampara em experiências do mundo contemporâneo para dar consistência às suas interpretações teológicas. Talal Asad considera que os islamistas estão, de diversas maneiras, próximos aos nacionalistas, mesmo que a doutrina do nacionalismo não tenha um correspondente nas doutrinas teológicas clássicas. Para Talal Asad é exatamente o projeto “estadocêntrico” e não a fusão de religião e política que confere o caráter nacionalista aos grupos islamistas. Portanto, a preocupação dos islamistas com o

poder do Estado não é um comprometimento a priori com ideais nacionalistas, mas é uma resposta às delimitações colocadas pela reivindicação do Estado nacional moderno de constituir a arena e identidade social legítima (ASAD, 1999).

Desenvolvendo um argumento semelhante, Olivier Roy considera que o conteúdo “nacional” das agendas políticas dos movimentos islamistas é indício das mudanças sofridas por estes movimentos na contemporaneidade (ROY, 2012). Roy introduz o termo “pós-islamismo” para os grupos que abandonaram a ambição utópica de instaurar um “Estado Islâmico” diante dos imperativos das realidades sociais, políticas e geoestratégicas. Uma das opções para esses movimentos islamistas é a mudança do modelo de fraternidade para um partido político moderno. E isto implica a aceitação das regras institucionais do espaço político moderno. A outra opção é o alinhamento desses grupos a forças “contrarrevolucionárias” (ROY, 2012).

A partir da metade do século XX, devido ao contexto de descolonização e o fim da influência britânica, a Irmandade não mais se opunha a uma potência externa global, mas ao próprio estado egípcio. Esta mudança alterou o conteúdo da agenda política bem como a atuação da Irmandade Muçulmana. Diante deste cenário, a Irmandade teve duas reações distintas, uma que optou pelo radicalismo segmentário que não buscou coordenar nem mobilizar a comunidade egípcia como um todo. Neste caso o objetivo político se daria por meios diferentes do que o apelo à nação.

A liderança escolheu o caminho do compromisso com o povo egípcio como meio de garantir a reputação pública e a realização de seu projeto, muito embora este compromisso não se traduzisse em uma visão de mundo pluralista. A Irmandade é um exemplo de um movimento religioso que se integrou no jogo político, interiorizando as normas institucionais vigentes (ROY, 1999). O fato da Irmandade Muçulmana avaliar os seus potenciais eleitores na arena política levou à ampliação de seu eleitorado. Por outro lado, a Irmandade também





se aliou a outros partidos com ideologias e orientações políticas diferentes a fim de buscar o poder político.

Ao lado dos fatores institucionais, a dinâmica interna da Irmandade Muçulmana também contribuiu para a consolidação do movimento na sociedade civil. Zaid Munson (2001) argumenta que a compreensão da ascensão da Irmandade Muçulmana a partir da década de 1970 não foi apenas resultado das novas circunstâncias políticas e demográficas do Egito, mas também foi resultado das características organizacionais da Irmandade. O sistema de ramificações das sedes permitiu que a Irmandade mantivesse a sua capacidade organizacional durante o período de perseguição no governo de Nasser. Ao passo que a intervenção do regime na sociedade civil egípcia desestruturou grande parte dos movimentos sociais e políticos, a Irmandade permaneceu um ator relevante a despeito dos esforços do regime em suprimi-la.

Referências

CH AL-AWADI, Hesham. *In pursuit of legitimacy: The Muslim Brothers and Mubarak 1982-2000*. New York: Tauris Academic Studies, 2004.

ASAD, Talal. Religion, Nation-State, Secularism, In: VEER, Peter Van Der; LEHMANN, Harmut (Ed.). *Nation and religion: perspective on Europe and Asia*. Princeton: Princeton University Press, 1999.

ASHOUR, Omar. *The de-radicalisation of jihadists*. London: Routledge, 2009.

AYUBI, Nazi. The political revival of Islam: The case of Egypt. In: *International Journal of Middle East Studies*. v. 12, n.4, p. 481-499, dec. 1980.

AYUBI, Nazih. Government and the State in Egypt Today. In: TRIPP, C.; OWEN, R. (Ed.) *Egypt under Mubarak*. London: Routledge, 1989. p.1-21.

BURGAT, François. *Face to face with political Islam*. 2. ed. London: I. B. TAURIS, 2005.

EL-AWAISI, Abd al-Fattah. *The Muslim Brothers and the Palestine question 1928-1947*. London: I.B. Tauris, 1998.

GORDON, Joel. *Nasser's blessed movement*. Egypt's Free Officers and the July Revolution. Cairo: American University in Cairo Press, 1996.

IBRAHIM, Saad Eddin. *Egypt, Islam and democracy*. critical essays. Cairo: American University in Cairo Press, 2002.

KIENLE, Eberhard. More than a response to Islam: the political deliberalization of Egypt in the 1990s. In: *Middle East Journal*. v. 52, n. 2, p.234, 1998.

MITCHELL, Richard P. *The Society of the Muslim Brothers*. New York: Oxford University Press, 1969.

MUNSON, Ziad. Islamic mobilization: social movement theory and the Egyptian Muslim Brotherhood. In: *The Sociological Quarterly*. v. 42, p.487-510, 2001.

MURPHY, Caryle. *Passion for Islam*. shaping the Modern Middle East, the Egyptian experience. New York: Scribner, 2002.

NORTON, Augustus Richard. Thwarted Politics: The case of Egypt's Hizb Al-Wasat. In: HEFNER, Robert W. (Ed.) *Remaking Muslim politics*. pluralism, contestation, democratization. Princeton: Princeton University Press. 2005.

ROY, Olivier. Le post-Islamisme. In: *Revue du Monde Musulman et de la Méditerranée*. n. 95-86, p.11-30, 1999.





ROY, Olivier. The transformation of the Arab World. In: *Journal of Democracy*. v. 23, n. 3, julho 2012.

SULLIVAN, Denis Joseph; ABED-KOTOB, Sana. *Islam in contemporary Egypt: civil society Vs. the State*. Londres: L. Rienner Publishers, 1999.

ZEGHAL, Malika. Islamisme, réformisme et violence politique : comment interpréter l'histoire des Frères musulmans. In: *Archives des sciences sociales des religions*. v. 108, n. 108, p.25-28, 1999.

ZOLLNER, Barbara. 2009. *The Muslim Brotherhood*. Hasan al-Hudaybi and Ideology. New York: Routledge, 2009.





Dossiê Livre



A construção da identidade profissional dos mineradores de pedras ornamentais em Pirenópolis-GO

Maryelle Morais Ferreira¹

Palavras-chave: trabalho, reconhecimento social, identidade, precarização.

Resumo: O objeto investigativo desta pesquisa é o trabalho na mineração e o processo de construção da identidade social na trajetória de vida dos trabalhadores, com destaque na dimensão identitária laboral ou profissional. O foco empírico está nas atividades de trabalho dos mineradores de pedras ornamentais (quartzito) na cidade histórica em Pirenópolis – GO. A partir das formas de organização e das condições de trabalho dos mineradores e das interações no ambiente laboral, analisa-se sociologicamente o processo de construção da identidade desses trabalhadores. As análises sobre o modo de produção rudimentar e o não reconhecimento profissional refletiram na atribuição de uma identidade social dos mineradores.

1. Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás, no momento de envio do artigo, em agosto de 2013. E-mail: mary_id_@hotmail.com



O extrativismo mineral é uma forma de trabalho historicamente reconhecida pela precarização das relações de trabalho e regimes de contrato, que acarreta a desvalorização identitária e o não reconhecimento. Apesar da importância da mineração na história socioeconômica brasileira, há poucos estudos sociológicos sobre o setor e constata-se uma lacuna na pesquisa do reconhecimento social na construção identitária de mineradores, o que justifica a pesquisa realizada.

A construção desta pesquisa gira em torno de questões referentes ao trabalho de “pedreiros” de Pirenópolis. Na primeira parte do trabalho aborda-se a história da cidade de Pirenópolis e as características do setor extrativista no local. Em seguida examina-se o perfil social dos trabalhadores e suas vidas cotidianas.

Em outro momento o texto considera o conceito de identidade a partir da teoria da socialização de Claude Dubar, reconstruindo brevemente as etapas de construção social humana e as contribuições que o trabalho proporciona na constituição da personalidade das pessoas. Em seguida analisa-se a forma de trabalho na extração de quartzito com base em teorias sociológicas sobre identidade e trabalho.

Abordagem histórica de Pirenópolis e surgimento das pedreiras

De acordo com Palacin, Garcia e Amado (1995) o descobrimento do ouro em Goiás trouxe um grande fluxo migratório, alguns povoados na região. A cidade de Pirenópolis foi um desses povoados que surgiram por consequência da colonização e exploração do ouro.

Localizado a 120 quilômetros da capital Goiânia e a 150 quilômetros do Distrito Federal (Brasília), o povoado surgiu no século XVIII com o nome de “Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte” e, segundo CERQUEIRA (2008), foi em 1890 que o município ganhou



o nome de Pirenópolis, devido “sua proximidade com a serra dos Pireneus”. Com a chegada dos colonizadores iniciou-se a atividade garimpeira aurífera, que abriu espaço para migrações e surgimento de grandes fazendas coloniais. A extração de pedras ornamentais é remanescente da exploração do ouro e durante muito tempo permaneceu como a base do setor econômico de Pirenópolis. Seu destaque deu-se no início do século XX após o enfraquecimento do comércio de algodão. Hoje, com o reconhecimento do processo de construção histórica e a exploração das paisagens naturais, novas formas de emprego e economia ganharam espaço em Pirenópolis, por intermédio do turismo. De acordo com Cerqueira a economia turística está relacionada à estrutura física e histórica construídas no século do ouro, e que hoje é reconhecida como patrimônio histórico:

A princípio a vocação turística do município era ligada ao seu patrimônio histórico arquitetônico ligado à exploração aurífera. Assim como o próprio estado de Goiás, Pirenópolis teve início no século XIII, quando afluíram cá diversas pessoas interessadas em explorar o potencial aurífero da região. (CERQUEIRA, 2008, p. 5)

É evidente que o turismo, apesar de competir economicamente com extração de quartzito, seu desenvolvimento só foi possível devido ao processo histórico que a cidade passou graças à exploração mineira. Atualmente formas alternativas de exploração em torno do turismo ganharam força na cidade, como por exemplo, o ecoturismo que, por outro lado, é ameaçado pela extração de pedras ornamentais, devido a seus impactos ambientais.

Como vimos, a exploração de quartzito em Pirenópolis consolidou-se após o ciclo do ouro e aparece como uma forte base econômica para cidade, sendo fundamental em construções e habitações. Designada como “pedreiras”, as lavras de pedras se intensificaram em uma determinada região, em meados do século XIX e início do século XX. Mais tarde outras regiões da cidade foram ganhando ênfase exploratória. Mais conhecida como Pedreiras da Prefeitura localizada no leste

goiano foi doada por dono particular ao município, e hoje abriga o maior fluxo de extração. Segundo CARVALHO:

No final do século ocorreram as primeiras lavras de pedras, divididas em lotes denominados “pias”. Ao longo do tempo, as pias foram sendo concebidas pela Prefeitura e tinham a sai exploração baseada na mão de obra familiar. (CARVALHO 2001 p. 92)

A extração do quartzito teve início para o calçamento das ruas da cidade Meia Ponte², em seguida a exploração se intensificou para o manejo de construções e calcamentos locais. Com a proximidade de Brasília e Goiânia, Pirenópolis se torna reconhecida pela exportação da matéria prima para a construção civil. De acordo com Carvalho (2001), entre a década de 1930 a 1950 o setor de construção nas duas capitais contribuiu fortemente para a demanda do quartzito, o que gerou uma intensificação no processo produtivo.

Hoje a Pedreira da Prefeitura comporta um fluxo intenso de exportação para outros estados e até fora do país. A comercialização da pedra de Pirenópolis deu visibilidade econômica para cidade e contando com todas as suas etapas no processo de produção, ela pode gerar centenas de empregos diretos e indiretos. A pedreira da Prefeitura está situada a 4 quilômetros a nordeste da localização urbana de Pirenópolis, é visualmente conhecida pelo seu método de extração a céu aberto e uso de mão-de-obra familiar. A pedreira corresponde à maior porcentagem da produção, com 53 pias³ cadastradas, 20 empresas atuando dentro e fora das pedreiras e 32 produtores autônomos, de acordo com os dados da pesquisa feita em 2002, notificada por MATTOS et

2 - “Quanto ao nome Meia-Ponte, Curado (1978, p. 67) declara que “[...] os primitivos moradores construíram sobre o Rio das Almas uma ponte feita com duas peças de madeira, sendo que uma delas foi arrastada pelas águas, ficando assim a outra metade e o nome de Meia Ponte ao povoado” (CONCEIÇÃO, LUANA et al., 2009, p.80).

3 - A palavra “pia” é utilizada para designar as frentes de lavra que são exploradas de forma independente.





al. Os dados e os relatos de entrevistados nos indicam que dessas 53 pias, 40 pertencem a produtores autônomos, e boa parte desses produtores são arrendatários⁴ de empresas maiores.

Apesar das formas precárias de contratação a maioria das empresas está cadastrada na junta comercial da prefeitura de Pirenópolis. Entretanto, MATTOS et al (2002) declara que apenas 60% estão pré-cadastradas no Departamento Nacional de Produção Mineral. De acordo com o levantamento realizado nos microdados do censo de 2010, havia 385 homens trabalhando diretamente na extração em pedreiras. Esses dados registrados acima são confirmados pela fundação BRANDIT, após o período de legalização da exploração mineira na região e criação, pelos empresários, da associação dos Mineradores de Pirenópolis. Foram entrevistados alguns pedreiros e todos afirmaram haver apenas quatro empresas que empregavam trabalhadores de carteira assinada. No entanto, trabalhadores autônomos e arrendatários não oferecem serviços com regularidades. Suas remunerações são baseadas na produção por mês ou por quinzena; em sua maioria disseram ganhar o que conseguem retirar e vender:

Quando eu trabalhava lá de carteira assinada era por produção. Mas na carteira tinha um salário. No decorrer do mês se eu não tivesse feito nada eu ganhava um salário. Sempre a produção atinge mais que um salário. O salário hoje é 640 reais. (Felildo⁵).

Pesquisador - A pia é de alguém?

Informante - Do Valmir Ferreira. Eu arrendo dele e 40% do que eu faço pra ele e eu fico com 60%. Despesa que gasto na pia gasta na minha conta. Explosão essas coisas, ele pega o 40% dele livre. (Felildo)

Contudo, percebemos que a cidade de Pirenópolis tem como prin-

4. Os trabalhadores arrendatários atuam por meio de um contrato com os MPEs (Micro e pequenas empresas). Eles exercem a extração em uma frente de lavra, de modo que uma porcentagem da produção é destinada ao proprietário. O contrato determina o tempo de atuação e a porcentagem produtiva.

5. Todos os nomes descritos nas entrevistas são nomes fictícios.



cipal atrativo econômico a extração de quartzito, por apresentar um grande número de empregados e diversas formas de trabalho. De outro lado, o turismo aparece como uma alternativa recente e também economicamente valorativa, graças à estrutura arquitetônica, festas tradicionais e as naturalidades ecológicas da cidade. Entrevistados afirmaram que a pedreira é responsável por outras atividades de comercialização. Segundo os trabalhadores a quantidade de postos de combustível dentro da cidade está fortemente relacionada com a demanda de exportação das pedreiras, devido o fluxo intenso de caminhões de pedras fez-se necessário um número de postos maior do que a população precisa.

Em sentido oposto, a atividade extrativista na cidade de Pirenópolis é bastante questionada, devido os seus impactos ambientais. A forma de extração por meio de explosões e escavações impacta no relevo do local, além de propiciar um impacto visual no bioma da cidade e agir de forma poluente nos rios com despejos de rejeitos⁶. Alguns estudos geológicos realizados sobre a Pedreira colocam em evidência este ponto negativo que o método de extração utilizado proporciona:

Tais operações impactam diretamente a vegetação e a hidrografia local, ou mesmo regional, podendo causar modificações no equilíbrio ecológico repercutindo no relevo, na biota, na qualidade do ar e da águas, ou seja, sobre todo o ambiente. A poluição da água e do ar são impactos extremamente importantes de serem diagnosticados e avaliados, uma vez que afetam diretamente a população local. A poluição do ar ocorre principalmente nas etapas de lavra, através dos desmontes, transporte de materiais e beneficiamento. A remoção da cobertura vegetal, o desenvolvimento da mina a céu aberto e a disposição dos rejeitos causam grandes impactos na paisagem. (FALEIRO; LOPES, 2010, p.150).

Outro aspecto importante para esta pesquisa é considerar esse

6. Rejeitos, segundo mineradores, são os restos e lascas de pedras que não são aproveitados para a comercialização.



lado negativo da extração de pedras ornamentais em Pirenópolis, sobre os impactos sociais na vida dos trabalhadores e os problemas físicos que a forma de trabalho não racionalizada pode causar nos mineiros de quartzito. Serão expostas algumas reflexões sobre o perfil dos trabalhadores e os relacionando com estudos acerca do trabalho.

Perfil dos trabalhadores

Genericamente tratados como “pedreiros”, os trabalhadores da Pedreira da Prefeitura são distintivamente classificados de acordo com suas formas de contratação. Pesquisas realizadas anteriormente por autores (e.g. MATTOS et al, 2002) atestam que centenas de trabalhadores predominantemente homens estão diretamente envolvidos com o trabalho de extração, dentre eles: extratores, operadores de máquinas e chapas⁷. No interior da classe de extratores estão os pedreiros autônomos, que são os que trabalham sem nenhum vínculo empregatício legal. Dentre esses autônomos estão aqueles em que a pia é de sua propriedade e os chamados arrendatários, que arrendam o terreno de empresas que detêm o maior fluxo de extrações. Algumas empresas empregam trabalhadores no âmbito regular de carteira assinada. Entretanto, em sua maioria atuam de forma precarizada sem garantir aos empregados qualquer possibilidade de direitos trabalhistas. A tabela 1 expressa o percentual dos regulados e não-regulados⁸.

Grande parte dos empregados autônomos trabalha tanto com a extração, como também com a comercialização. Portanto seus rendimentos são baseados na quantidade de vendas, o que indica que não

7. Chapas de acordo com as informações das entrevistas, são motoristas dos caminhões contratados pelas empresas proprietárias das “pias”, em função de carregamento e descarregamento de pedras.

8. Fonte: tabela elaborada pela própria autora com base nos dados do censo Pirenópolis em 2010.

possuem renda fixa.

Tabela 1 - Frequência e porcentual de empregados regularizados e não regularizados. Pirenópolis - 2010

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Acumulada
Empregado com carteira de trabalho assinada	84	21,8	21,8
Empregado sem carteira de trabalho assinada	207	53,8	75,6
Conta própria	94	24,4	100
Total	385	100	-

Fonte: microdados do censo 2010, MTE. Construção da autora.

De acordo com os dados do censo de 2010 a faixa etária de idade dos pedreiros extratores em Pirenópolis é em média 36 anos, e boa parte dos entrevistados nesta pesquisa disseram ter iniciado suas trajetórias ocupacionais no campo, trabalhando com lavouras e atividade agropecuária.

Nota-se que em uma determinada época houve um fluxo grandioso de migrações do campo para ao centro urbano. Muitos desses mineradores migraram para o povoado de Pirenópolis em busca de melhores rentabilidades, uma vez que a cidade começara a crescer economicamente tanto com a extração do quartzito quanto nos atrativos turísticos. Uma visita a casa de um dos pedreiros, ele nos conta sua trajetória migratória no âmbito do trabalho:

Quando eu comecei a trabalhar mesmo eu era bem novo, a gente fazia era tocar roça na fazenda dos outros. Ai a gente pegava, tipo na terça, ai a gente tocava a roça. Só que a roça era assim: dava dinheiro só na época das colheitas. Ai quando a gente tinha tempo, ai a gente





ia trabalhar por dia para os outros, de empreita: pegava pasto para roçar. Depois nós viemos para cidade, e foi mexer com as pedreiras. (Crecildo)

Trabalhava na fazenda do meu pai, eu morava lá, meu pai morava na fazenda. Trabalhava em roça, lavoura, aí nós mudamos pra cá, e alternativa que tinha era a pedreira. Fomos para a pedreira. (Felildo)

É notório que a atividade agrícola esteve presente na trajetória ocupacional da maioria dos trabalhadores entrevistados. O garimpo justifica o êxodo rural para os centros urbanos em busca de melhoria de qualidade de vida. Pesquisas anteriores sobre a mineração, também marcaram esse vínculo entre agricultura e mineração na trajetória de garimpeiros. Primeiro nome Nóbrega (2012), por exemplo, analisa a trajetória agrícola e mineradora na vida de outros trabalhadores no campo extração, no município de Seridó.

Por meio de observações do cotidiano desses mineradores notamos que o fluxo intensivo começa logo cedo no caminho para a Pedreira. Os pedreiros afirmaram não terem horários fixos de entrada e saída; porém, a movimentação se inicia por volta de 6 horas da manhã. Há várias formas alternativas de deslocarem para o trabalho, muitos vão de bicicleta, outros vão de moto, há também os que vão a pé. Alguns disseram ir para o trevo esperarem os caminhões de carregamento de pedras e pegarem carona até o trabalho. Este cenário de movimentação acontece no bairro do Alto do Bonfim, sendo este o bairro mais próximo do anel viário da cidade e onde se inicia o caminho mais utilizado para chagar até as pedreiras, até o Parque dos Pireneus e as cachoeiras. Essa jornada é comum a todos, e se repete de segunda a sexta no início da manhã e no final da tarde, e às vezes aos sábados.

O processo de produção rudimentar que é realizado pelos pedreiros é manual, com o uso de ferramentas simples. Tudo se inicia

com a explosão de dinamites que irão afrouxar os tocos⁹. Após este processo, os extratores iniciam a quebra das rochas através das ferramentas. Eles extraírem os tocos e com a marreta, a cunha¹⁰ e o ponteiro¹¹, vão quebrando e modelando em tamanhos menores. À medida que quebram, eles agrupam os montes de pedras dentro da pia, classificados de acordo com a utilidade da pedra, para que os caminhões passem por ali e iniciem a comercialização:

Faz os montes separados. Revestimento de parede, piso, pra fazer alicerço, base de casa sustento. Tudo separado. A pessoa chega e compra. Às vezes a pessoa chega e quer comprar sustento a base, alicerço da casa. Mas as vezes já chega e quer revestimento de parede e outro já quer pra piso de casa. Então cada um compra é de um jeito. (Felildo)

O processo de comercialização, no caso dos pedreiros autônomos/arrendatários, é executado por eles próprios no momento da negociação com os compradores. No carregamento dos caminhões eles medem e notificam a metragem de pedras sobre o valor da qualidade daquela pedra. De acordo com relatos, para aqueles em que a pia é arrendada de outras empresas, a parte da produção que cabe aos donos ficam separadas em outros montes e eles próprios buscam para comercializar. Essa parte vai de 40 a 30%, dependendo da quantidade que fora estabelecida no ato do contrato. No caso dos empregados que recebem por produção, os donos e patrões vendem os montes de pedras erguidos pelos empregados e, no meio ou final do mês, acertam seus rendimentos de acordo com a produção vendida. Os trabalhadores nos informaram que a metragem é feita pelo tamanho do caminhão e somada após o caminhão coberto.

9. Toco é nome técnico que os pedreiros definem as pedras no geral, antes de serem modeladas no tamanho de uso.

10. "As cunhas são feita também de mola de caminhão, as molas que quebram e não utilizam mais nos caminhões, faz a ponta dela e trabalha com ela" (Felildo)

11. "Ponteiro que é feito de mola de fusca, a gente usa para abrir as pedras" (Crecildo)





Lá na pedreira não utiliza o metro pra medir, mede sempre no caminhão (...). Lá na pedreira tem ela de 17, e 20, reais o metro. Já essas outras pedras é medida pelo caminhão e aí arruma na carroceria do caminhão, forra todinho e pega a metragem do caminhão. Soma a metragem que dá aquele forro todinho, se você põe quatro, cinco camadas soma quanto deu cada camada, soma as camadas. (Felildo)

Assim, como já mencionado, a renda dos mineradores está relativamente ligada ao nível de produção, uma vez que não havendo produção não há remuneração. Deste modo, muitos empregados buscam o complemento da renda em outras ocupações.

Quanto à questão da segurança, a pedreira aparentemente representa um lugar de perigo, pois seus paredões alto de rochas formam buracos profundos devido ao fluxo de extração. O fato de trabalhar com pedras enormes e a céu aberto também os deixa propensos a acidentes. Os entrevistados tratam os equipamentos de segurança como algo recente.

Anteriormente, segundo eles, antes das fiscalizações¹² incidindo nas empresas, não se utilizava material de proteção. São poucas as empresas que fornecem material de proteção; porém, boa parte do material de segurança é de responsabilidade de cada trabalhador. Luvas, camisetas de manga comprida, óculos, botinas especiais e chapéus compõem o traje de alguns mineradores. Os equipamentos não parecem ser algo de obrigatoriedade dos empregadores não formais, que não estabelecem contratos de fornecimento. O uso dos objetos de proteção cabe, indevidamente ao trabalhador, depende dele querer usar ou não. Alguns declaram não usar porque se sentirem incomodados, enquanto outros utilizam por acreditarem que a pedreira os deixa

12. Até 2002 a mineração nas pedreiras do Arranjo Produtivo Local era ilegal, tanto do ponto de vista da legislação mineral quanto ambiental, o que, aliado a precariedade técnica das condições de produção levou a autuação e até a interdição das atividades por diversas vezes. (PLANO DE DESENVOLVIMENTO, 2006, p.4)



vulneráveis a qualquer tipo de acidente.

Ao considerarmos o nível educacional, é preponderante o ensino fundamental, o que se justifica pela trajetória advinda do campo e a inserção na atividade extrativista desde jovem. Relatos dos entrevistados denotam que Pirenópolis não possui ampla possibilidade de renda para aqueles cujo nível escolar é baixo, de modo que os resta o campo da extração para garantirem às famílias alguma qualidade de vida. Os mineradores se inseriram nesta atividade em busca de melhores alternativas de renda, já que não possuem alto nível escolar e por outro lado a trajetória desses trabalhadores está ligada com o campo de extração, uma vez que todos afirmam que foram levados ao garimpo por seus parentes ou pais que já trabalhavam. Segundo um entrevistado:

Pesquisador - Se você não trabalhasse nas pedreiras o que você gostaria de fazer? Informante – Eu acho que se não tivesse serviço nas pedreiras para mim eu trabalharia em fazenda. Se eu tivesse estudo que queria um outro tipo de serviço, né?. Qualquer outra empresa, no mercado mesmo, se tiver um estudo você tem capacidade de trabalhar. Isso depende muito do estudo, porque se não tiver estudo não tem jeito. (Crecildo)

Tabela 2 - Frequência e porcentual do nível de instrução

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem acumulada
Sem instrução e fundamental incompleto	345	89,5	89,5
Fundamental completo e médio incompleto	19	5	94,5
Médio completo e superior incompleto	21	5,5	100
Total	385	100	-

Fonte: Microdados do Censo 2010, MTE. Construção da autora.



Resultados

O trabalho extrativista é caracterizado pela falta de reconhecimento profissional tanto no aspecto social como também nas relações empregatícias. Propõe-se analisar sociologicamente os trabalhadores mineiros na cidade de Pirenópolis e contrapor essa categoria as classificações do meio produtivo que vêm delineando ao longo da história o mundo do trabalho.

A partir de vários estudos e reflexões sobre as transformações no capitalismo algumas análises sobre os vários modos de produção e formas de trabalho reiteram que em cada época há uma diferente busca pela máxima produtividade. Diversos estudos destacam que após o período do trabalho manufatureiro e artesanal, surgem as configurações capitalistas desenvolvendo uma forma de produção em que se desumanizava a classe operária por meio da exploração exacerbada da mais-valia (ANDRADE, 2011). O chamado fordismo não se limita em substituir seus trabalhadores por máquinas e fragmentar o processo produtivo. Através da super produção, a lógica da produção em massa explorava a classe operária e ao mesmo tempo hierarquizava as relações de produção. O declínio do modelo fordista é marcado pela “substituição da lógica da produção em massa, altamente padronizada, pela lógica da produção variável, voltada às exigências do mercado, o que imporia uma importante necessidade de flexibilização do processo produtivo” (LEITE, 2002, p. 13).

A autora afirma que a lógica capitalista que perdura na sociedade contemporânea é a lógica da produção flexível. Ainda voltada para o crescimento da produtividade a produção flexível inova ao des-hierarquizar as relações de trabalho. Nesse contexto, o trabalhador deverá ter um conhecimento sistematizado sobre o seu trabalho. Acompanhando a contextualização de Andrade,

Nesse contexto de crise do padrão de acumulação taylorista/fordista, surge o toytismo ou a era da acumulação flexível, como denomina Harvey, com o objetivo de flexibilizar as formas de organização do

trabalho e a gestão da produção. No que diz respeito aos trabalhadores, ao contrário da rigidez fordista, a concepção toyotista exige deles não só o esforço físico como também a energia mental; privilegia o trabalho em grupo; diminui a hierarquização do trabalho (ANDRADE,

2011, p. 13-14)



Tendo como base as considerações prévias sobre a história do mundo do trabalho, ao analisar os mineiros da Pedreira deparamos com várias formas precárias de contratação e a proliferação do trabalho manual bruto. A partir dessas características, propõe-se caracterizar essa categoria ocupacional, na situação de seu emprego em Pirenópolis, como uma forma atípica de trabalho. Como já se destacou, a extração na Pedreira da Prefeitura representa um forte fator econômico na cidade de Pirenópolis e contribui de forma favorável para o PIB da cidade. Ainda que adaptada a uma lógica de mercado que contribui para o desenvolvimento, a forma de produção extrativista do quartzito em Pirenópolis não acompanha o caráter de flexibilização dos tempos atuais. Ainda assim, constata-se a exploração do pedreiro enquanto trabalhador e a desvalorização de sua identidade ocupacional.

O trabalho na mineração em Pirenópolis pode ser identificado por meio da produção extrativista - produz insumos para a indústria de pisos e revestimentos - onde os próprios trabalhadores têm autonomia no processo da extração e muitos deles também comercializam a produção. O procedimento é realizado apenas por suas ferramentas manuais; o uso de máquinas é incorporado somente para limpeza e carregamento. Os trabalhadores são responsáveis por todo o processo produtivo, indicando, portanto, que não há relações hierarquizadas entre os trabalhadores. Apesar de envolver centenas de pessoas, os mineradores relatam que a diferenciação existente não tem relação com as funções executadas, mas, diríamos empregando o vocabulário sociológico, está entre proprietários dos meios de produção (a pia, os explosivos, meios de transporte etc.) e arrendatários autônomos ou empregados.



Quem trabalha nas pedreiras é isso mesmo: começa tirando lixo, depois passa a tirar pedras. (Crecildo)

Onde eu trabalho mesmo é dele. Ele começou lá. Ele falou que queria caçar jeito de melhorar de vida, e conseguiu. Então hoje ele é um dos empresários lá dentro. Como diz, “não veio nada de mão beijada” pra ele, ele adquiriu lá dentro. (João).

Em termos de contratação, os trabalhadores declaram que não são cobrados ou fiscalizados em termos de carga horária. Muitos deles disseram trabalhar nas pedreiras pela flexibilidade de horários. Eles estão condicionados a produzir o máximo, já que seus rendimentos estão vinculados à quantidade produzida. Assim, a jornada de trabalho é definida por eles próprios, de modo que produzam o suficiente para sobreviver, levando a conta a porcentagem de produção destinada ao dono empresário ou patrão.

Não tem hora não. Geralmente chega lá 7:30 no máximo 8:00 chega lá. Eu vou de moto e gasto uns cinco minutos e vou devagarzinho. (José Alberto).

Não tem horário certo de entrar, depende da hora que a gente chega lá. Saio de casa aqui umas 5:30 / 5:40 varia, mas até 7:00 já começou o serviço lá. O serviço da pedreira mesmo é das 7:00 às 16:00h, depois tem explosão de tiro e ninguém pode estar lá. (Felildo).

Pesquisador – Você tem horário de almoço?

Informante – Tenho às 11:00. Mas é por conta própria. Se você quiser almoçar a qualquer hora pode almoçar. Eu almoço às 11:00 e às 12:00 já estou no serviço. (Chico).

Portanto, o que cabe avaliar é se os pedreiros vivenciam uma depreciação de suas condições de trabalho. As formas de contratos não dão importância a questões físicas ou até mesmo de à segurança dos trabalhadores. Em sua maioria, estão condicionados ao cumprimento da porcentagem produtiva; a seguridade social, a saúde e a proteção contra acidentes, na maioria dos casos, cabe aos próprios empregados ou autônomos. . No geral todos estão expostos e trabalham a céu aberto, sem qualquer saneamento no local: não há água tratada nem banheiros. Cada trabalhador deve levar de casa água e alimentação. O

ambiente não favorece para melhores condições de trabalho. Segundo um entrevistado:

O ambiente é a gente chegando lá cedo e começa a trabalhar. Higiene não tem porque você come no meio das pedras e vem chuva, vêm ventos, vem sol e você está lá, e não tem como você fugir daquele ambiente. Não tem uma água limpa, não tem nada, se você quiser tomar água tem que levar de casa e você não tem um banheiro. Se você quiser fazer uma necessidade você tem que sair fora. Andar até 1500 metros pra você fazer alguma coisa. (Chico)

Faz-se necessário lembrar que a desvalorização e o descaso com o trabalho nas pedreiras são fatores preponderantes e que acarretam para o próprio não reconhecimento e comodidade em relação as suas condições. A falta de motivação para se organizarem em sindicatos corresponde à conformidade com a situação de não reconhecidos. Essa problemática é trazida para destacar o estado de não representatividade e precariedade nas condições de trabalho remetendo a uma forma atípica de trabalho. É importante ressaltar que o trabalho dos pedreiros pode ser categorizado como braçal, extrativista sem qualquer representatividade sindical e sugerindo uma caracterização, considerado historicamente como pré-capitalista.

Todo este contexto de precarização remete ao pensamento deste trabalhador enquanto agente social e profissional. A precarização do trabalho e falta de representatividade sindical reflete na subjetividade dos mineradores fomentando um reconhecimento negativo de si próprio.

Ao pensar a categoria profissional enquanto contribuinte da identidade social a partir do autor Claude Dubar, considera-se que o processo de constituição das identidades abarca as diversas relações e trajetórias ao longo da vida. A família, a escola e o trabalho são instituições que influenciam os *habitus* sociais na formação da individualidade. Ao discutir sobre a socialização Dubar (2005) defende que esta tenha início no indivíduo desde a infância em sua primeira interação





com a família. Dentro das estruturas familiares inicia-se a cooptação de valores e ações. Em seguida o indivíduo entra em contato com outros grupos e sua interação com eles começa a dar expressões sobre a formação da identidade. Ao longo da vida, o ser humano depara com uma multiplicidade de grupos. As relações, a linguagem e as regras de cada grupo impõem comportamentos aos indivíduos, que caberão a eles interiorizar ou não formando o seu próprio papel socializado (DUBAR, 2005).

Partindo do pressuposto de que a identidade dos indivíduos é formada por sua socialização com outros grupos e sua representação social dentro das instituições, o cerne da individualização humana está nas estruturas comunicativas, que por sua vez se efetiva através da linguagem. Nesse sentido, para Dubar (2005) o trabalho enquanto campo projetor de interação aparece como uma estrutura de interação, quando cada indivíduo remonta o seu papel e se faz reconhecer pelo outros através dele. Digamos que o reconhecimento profissional é interiorizado pelos agentes em função de favorecer ou não suas identidades: os julgamentos das pessoas (STRAUSS, 2002), as relações no trabalho, o status se convergem para formação identitária. Outros autores também discutem a questão da interação para a formação de identidade. Anselm Strauss (1999) destaca em sua obra que é a partir da interação que ocorre a avaliação do eu (*self*). É na esfera do trabalho que os homens buscam seu reconhecimento através de sua capacidade de transformação da natureza e o papel social representado no interior do grupo.

As análises trazidas até aqui sobre o setor de mineração refletem imediatamente a perspectiva do trabalho como categoria de construção da identidade. De acordo com a noção de que o trabalho é destinado ao reconhecimento de si, de acordo com Dubar (2005), pode-se dizer que o desqualificado, o não valorizado torna-se uma provocação à autoestima e, portanto, infere na constituição da identidade. Pensando o estado de precariedade em que vivem os mineradores da pedrei-

ra de Pirenópolis, a situação de descaso nas condições de trabalho conduz a afirmar que esses trabalhadores não estruturam mais suas vidas e seus valores coletivos em torno de sua profissão. Dubar dirá que quando isso ocorre tem-se uma crise das identidades de ofício: “os aspectos mais dramáticos desta crise identitária: a impossibilidade de transmitir aos seus filhos os saberes e os valores dum ofício reconhecido e valorizado” (DUBAR, 2005, p.103). Veja o depoimento de um dos mineradores entrevistado:

Pesquisadora - Você vê a pedreira como possibilidade de emprego para o seu filho?

Informante – Agora para o meu filho não. Porque no meu caso tem que ser é braçal não tenho estudo. Agora para o meu filho não, eu peço a Deus para ele estudar, e arrumar para ele um serviço melhor. Até porque às pedreira está ficando um serviço mais difícil: primeiro era melhor de produção; agora está custoso de ter pia boa lá, que produz bom. E o meu filho, às vezes Deus ajuda que não precisa dele ir. Está ficando difícil, porque as pias estão acabando, os “Tocos” bons estão acabando (Crecildo).

Percebe-se que há um reconhecimento negativo do próprio trabalho, a degradação das condições de trabalho e o estado de instabilidade que a pedreira proporciona, faz com que seus trabalhadores depositem a esperança de um trabalho valorativo para seus filhos. Ao mesmo tempo nota-se uma situação de comodidade deste trabalhador, ao afirmar que o trabalho desqualificado é destinado a pessoas que possuem baixo nível escolar.

Os entrevistados reconhecem sua ocupação como forma de trabalho digno; entretanto, todos disseram que não vão exercer a atividade a vida toda. Outros até alegaram estarem procurando outras formas de emprego. Nesse sentido a identidade visada (Dubar, 2005) dos mineradores também permanece em um estado de crise. Muitos depoimentos demonstram uma situação de comodidade e relatam que não conseguem vislumbrar outras atividades devido ao baixo nível escolar. “Eu acho que se não tivesse serviço nas pedreiras para mim eu traba-





lharia em fazenda. Se eu tivesse estudo que queria um outro tipo de serviço, né.”. Sempre pensando na condição escolar: “Se eu fosse mais novo tinha muita coisa que eu tinha arrumado. Mas tem que estudar pra poder ser, se eu fosse mais novo eu estudava para entrar pra medicina, eu queria ser médico. (risos)” (Felildo).

Os empregados aceitam a condição de serviço braçal que a pedreira oferece, eles reconhecem que não há o que melhorar no modo produtivo. Contudo se sentem desvalorizados diante das condições precárias no ambiente de trabalho e até nas formas contingentes de contratações. A insatisfação com o trabalho rotineiro e mecanizado é suprida pelo argumento do rendimento, a renda mensal, de acordo com os relatos, é proporcionalmente acima do que eles poderiam ganhar em outros serviços desqualificados, ou que ganhavam em serviços anteriores. Pode-se afirmar que o trabalho na mineração é entendido mais propriamente como uma necessidade econômica.

A questão da identidade atribuída está, de acordo com Dubar (2005) preponderantemente relacionada ao institucional. Nesse caso, como vimos, a ocupação não possui escola de formação e não possui capacitação institucional, trata-se da reprodução de um trabalho desqualificado que permanece sobre as camadas desprivilegiadas do município. A única identidade atribuída é a nomeação empregada pelo social, o nome pedreiro foi conferido pela população para classificar aquele que extrai pedras. A palavra se constituiu pelo fato da atividade com a pedra. Pedreiro é derivado de pedra, e quem extrai pedra é considerado em Pirenópolis como um pedreiro. Mas os trabalhadores não se consideram pedreiros, eles declaram como mineradores ou garimpeiros. “O povo fala pedreiro, mas não é pedreiro, porque pedreiro é de construção. Lá é garimpeiro. Mas lá por conta de ser pedreira de pedra e fala pedreiro. Mas é garimpeiro”.

As identidades a serem construídas no campo do trabalho são implicadas pela legitimidade que essa ocupação possui. Diante das precariedades nos contratos e no ambiente laboral, os pedreiros – como

são chamados – sustentam que não pretendem ficar naquele trabalho a vida toda. Eles desejam, e até buscam, outras realidades profissionais para o futuro, o que implica que ainda estão em busca de reconhecimento e possibilidades de ascensão social. Ainda buscam a construção de suas identidades através do trabalho, da realização econômica e pessoal. A busca por uma realização profissional faz parte do que Dubar (2005) chamou de identidade narrativa.

Em outro horizonte de análise, constatou-se que os mineradores são despertados por vários pontos positivos no trabalho precarizado e desqualificado. Muitos afirmaram continuarem nas pedreiras pela não necessidade de cumprir horários, e como foi mencionado por acharem que não ganham mal diante de um trabalho desvalorizado e braçal. Além disso, um ponto que me chamou atenção foi a importância que os trabalhadores dão as relações de amizades adquiridas dentro do ambiente laboral. Devido ao grande fluxo de empregados exercendo a mesma atividade, declaram que as relações entre eles os proporcionam prazeres no momento de trabalho. Eles se consideram bastante comunitários e estão sempre compartilhando com os outros, questões de suas vidas pessoais. As relações de intimidade provêm de um eu com sentimento de “nós”:

(...) lá eu tenho muitos amigos, igual na onde eu trabalho, nós somos três em uma pia só. É, são as que mais converso, a gente trabalha juntos lá. (Crecildo)

Normalmente é brincando o dia inteiro, relação muito boa. Uma relação de amizade, todo mundo é amigo um do outro. Às vezes, se alguém machuca e precisa de ajuda e o outro vai corre na hora. As pessoas são muito amigas. (Felildo)

Pontos positivos: você tem bastante amizade, você pode confiar nas pessoas junto ao seu ambiente. Lá é tipo assim: se mexeu com alguma pessoa mexeu com todo mundo. Todo mundo é um grupo, quem trabalha lá todo mundo é amigo. Sempre tem o pessoal que trabalha perto é mais convivido, todo mundo conversa e é amigo, mas em geral todo mundo é amigo, é uma população só, todo mundo é unido (Chico).





Considerações finais

A partir das trajetórias ocupacionais dos mineradores em Pirenópolis pode-se trazer algumas considerações finais acerca desta pesquisa que servirão como ponto de partida para um aprofundamento de investigações futuras.

A questão da identidade é mais considerada em seus pontos negativos do que positivos. A atividade laboral é marginalizada e suas representações são majoritariamente negativas, suas identidades de ofício estão relativamente em crise, por não desejarem a mesma vivência ocupacional para seus filhos. O trabalho em mineração geralmente é mal reconhecido devido as suas dificuldades nas condições de trabalho, extração a céu aberto nas pedreiras deixa os mineradores expostos ao sol e propensos a acidentes e envelhecimento precoce, de modo que os olhares externos são de descriminalização. O que consequentemente reforça o não desejo da profissão para os filhos e o não reconhecimento como uma possibilidade de emprego atrativo pela geração atual.

Como ocorre em qualquer ocupação, a atividade possui aspectos positivos e negativos, eles se intercalam e às vezes são confundidos. Percebe-se que há uma ambiguidade de aspectos: a questão do rendimento, da falta de hierarquização, a flexibilidade de horários e os laços relacionais construídos entre os trabalhadores revigoram o lado positivo de trabalhar nas pedreiras. Não obstante, a falta de segurança, de proteção a saúde, seguridade social, a precarização das condições de trabalho e de contratação. O trabalho nas pedreiras é conhecido pela impossibilidade de crescimento profissional, e o fato de não exigir de seus trabalhadores um conhecimento intelectual os deixa em situação de comodidade e impossibilidade.

Não tem muito que aprender. Igual você pega toco para abrir e você pega a marreta e a cunha bate nele e reabre ele é repetitivo nesse gesto. O dia todo você faz esse movimento. Muitas vezes dá problema

de coluna por conta disso é muito repetitivo o movimento que você faz é quase o dia todo. Se você vai socar um toco aí você muda o movimento um pouquinho, mas o movimento é repetitivo o tempo todo na maior parte do dia. Se você trabalha oito horas do dia, trabalha seis repetindo o movimento (Felildo)



O não reconhecimento externo e o descaso os deixam mais propensos à subalternidade. Todos esses fatores contribuem para um reconhecimento negativo da própria ocupação. A identidade profissional formada pela construção do papel social no trabalho (DUBAR, 2005) encontra-se em situação de crise.

Em síntese, procurou-se analisar alguns elementos que constituem a identidade, com base nas condições arcaicas do trabalho de mineradores da pedreira. Seus modos rudimentares de extração, as formas de contratação descritas propiciam desvalorização e não reconhecimento, o que nos conduz a atribuir-lhes uma parcela de identidade negativa (DUBAR, 2005). De outro lado, as formas de socialização no trabalho e convivência profissional trazem uma identidade social positiva que denota uma forma de prazer no trabalho: as descontrações e amizades como meio de motivação nas atividades ocupacionais.

Referências

ANDRADE, Daniel. *Projetos Identitários de trabalhadores da mineração no contexto da produção flexível*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação e Tecnologia) - CEFET-MG.

CERQUEIRA, Alessandra Tenório. *O guia de turismo em Pirenópolis-GO: A construção de uma identidade*. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais.

CONCEIÇÃO, Luana F. et, al. Geologia e Turismo: perspectivas para geoconservação e a promoção do geoturismo no município



de Pirenópolis-GO. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 3, n. 8, dez. 2009. <www.revistas.ufg.br. Data de acesso: 07/08/2013.

DUBAR, Claude. *A crise das identidades*. A interpretação de uma mutação. Porto: Afrontamento, 2006.

_____. *A socialização*. Construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FALEIRO, F.; LOPES, L. M. Aspectos da mineração e impactos da exploração de quartzito em Pirenópolis-GO. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 4, n. 11, agos. 2010 <www.revistas.ufg.br. Data de acesso: 07/08/2013.

LEITE, M. P. *Trabalho e sociedade em transformação*. Mudanças produtivas e atores sociais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2003.

MATTOS, Regina C. et al. Aspectos socioambientais da extração de pedras em Pirenópolis. *Estudos*, Goiânia, v.34, n.9/10, p. 765-782, setembro/outubro 2007.

NOBREGA, J A. S. Entre o trabalho agrícola e a extração mineral: o caso dos garimpeiros de caulim na Região do Seridó no Estado da Paraíba. *36º Encontro anual da ANPOCS*, 2012, Águas Lindoia-SP. p. 1-21.

PALACIN, Luis; GARCIA, Ledonias Franco; AMADO, Janaina. *História de Goiás em documentos*, I - Colônia. Goiânia: Ed. UFG, 1995.

PLANO de desenvolvimento. *Plano de desenvolvimento Provisório do Arranjo Produtivo local APL do Quartzito em Pirenópolis*. 2006. p. 3-33.

ROCHA, Maria Isabel. *Trabalho e Gênero*. São Paulo: Editora 34, 2000.

A construção da identidade profissional de mineradores...

STRAUSS, Anselm. *Espelhos e máscaras*. São Paulo: Edusp.1999.



Dossiê livre



O fim do Partido Comunista Italiano: políticas próprias e Guerra Fria

Rodrigo Ismael Maia¹

Palavras-chave: partido comunista italiano, união europeia, URSS, guerra fria.

Resumo: Neste artigo buscamos apresentar alguns elementos políticos que levaram à derrocada do maior partido comunista europeu, o Partido Comunista Italiano. Diferentes táticas, objetivos e concepções foram permeando as atuações do PCI, tendo em seus principais dirigentes as sínteses das ações e pensamentos políticos. Abordamos bibliograficamente como o PCI se adapta às transformações no mundo do trabalho, passando a viver dentro da ordem imperialista na formação da União Europeia e também dentro do âmbito da Guerra Fria e da derrota dos socialismos de Estados deformados, buscando tomar o período que vai do fim da II Guerra ao esfacelamento do PCI no início dos anos 90. Assim, as posições que o PCI tinha a respeito do movimento comunista internacional são de relevância, pois o partido buscou assumir um próprio modo de fazer política, alegadamente dentro dos limites que a Itália possuía na ordem capitalista, lançando o eurocomunismo, o compromisso histórico e a alternativa democrática como políticas de transformação interna e para evitar o isolamento. Entendemos que as políticas assumidas gangrenaram o PCI, levando-o ao desmanche, o que agravou o problema da organização das classes trabalhadoras.

1. Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), no momento de envio do artigo, em julho de 2013. Email: rodrigomaiaacs@yahoo.com

Aportes sobre o contexto europeu

A União Europeia, bloco político e econômico em uma dura consolidação há décadas, passa hoje por uma profunda crise, assolando milhares, milhões nas classes trabalhadoras, sem que a esquerda comunista consiga apresentar uma alternativa aos ataques, que tornam o nome de austeridade. Assim, buscamos tratar aqui de um momento que perpassa o período de construção do bloco europeu, que possui especificidades já em 1947 com a divulgação do Plano Marshall, até o início dos anos 1990, em que a resistência socialista contra a construção da União Europeia (UE) deveria ser o foco dos comunistas, afinal, conhecidamente era uma integração com vistas a liberalização do mercado e a transformação da divisão internacional do trabalho, mas os problemas internos e a influência do dismantelo soviético parecem ter colocado como urgente a necessidade de uma avaliação interna, bem como uma transformação formal que ajustasse mudanças de conteúdo e concepção de longa data com o nome, métodos e objetivos do Partido. Essa pode ser uma rápida interpretação do caso ocorrido com o Partido Comunista Italiano, o PCI, que após seus 70 anos de existência deixa a luta pelo socialismo, bem como deixa o campo aberto para as novas forças que emergiam na Itália no começo dos anos 1990 em torno de ideologias liberais.

O capitalismo tende à expansão, à exploração, ao lucro e às guerras (LÊNIN, 1984). No contexto que tomamos, o capital financeiro se tornou o baluarte das expansões, e consequentemente o carro chefe das crises capitalistas. Mas sua configuração tempo-espacial foi, ainda é, complexa, difícil. A reestruturação produtiva na Europa, ou a mais conhecida flexibilização do trabalho e da produção, foi combinada com as mudanças na esfera da racionalidade política das relações entre os países europeus, de modo que as barreiras fossem rompidas, permitindo que diferentes capitais avançassem sem precisar de visto de entrada, afinal, o capitalismo é orientado para o crescimento, à exploração e controle do trabalho, à inovação, sendo que o contrário significa crise





(HARVEY, 1994).

No âmbito do processo de integração regional da Europa, se concretiza o Ato Único Europeu, em 1986, em que os países-membros do bloco aderiam ao mercado comum impulsionando a Comunidade Econômica Europeia (CEE). A flexibilização do trabalho é chave nesse tratado, que busca alterar o funcionamento das instituições e governos de modo a adequá-los ao livre comércio, que deveria ser pleno em 1992. Já no início dos anos 1990, o Tratado da União Europeia (TUE), ou de Maastrich, assenta as bases da Comunidade Europeia, numa cooperação em segurança e justiça. Segundo o TUE, o colapso do comunismo foi um fator que estimulou a CEE a firmar uma posição internacional, e em 1988 se preparava a Europa para a União Monetária (UEM). Após a reunificação da Alemanha se iniciava uma tentativa de união no campo político, ainda que com a recém unificada Alemanha assumindo a dianteira desse processo (TELO, 1999; CHACON, 1993).

Consta no TUE, que:

A Comunidade tem como missão, através da criação de um mercado comum e de uma União Econômica e Monetária e da aplicação das políticas ou ações comuns (...), promover, em toda a Comunidade, o desenvolvimento harmonioso e equilibrado das atividades econômicas, um crescimento sustentável e não inflacionista que respeite o ambiente, um alto grau de convergência dos comportamentos das economias, um elevado nível de emprego e de proteção social, o aumento do nível e da qualidade de vida, a coesão econômica e social e a solidariedade entre os Estados-membros (UNIÃO EUROPEIA, 1992, art. 2º: 8).

Porém, a ampla flexibilização do trabalho que ocorre desde os países nórdicos, passando pelos centrais, atingindo os do eixo sul-mediterrâneo, destrói décadas de conquistas e concessões aos trabalhadores, retirando direitos, alterando contratos, minando as organizações políticas, acarretando justamente o contrário do Tratado europeu, sem que os principais partidos da esquerda conseguissem responder à altura das transformações. O fim do *welfare state* está diretamente ligado com as novas formas produtivas que permitem, ademais a degradação da vida

e do trabalho, uma superacumulação (HARVEY, 1994).

O comunismo na Europa vivia também uma mudança interna, que impedia qualquer reação frente o avanço do capital na forma de uma União Europeia. Em outro contexto, escrevia Lênin que “a criação de uma “Europa Central” é ainda coisa do futuro e nasce por meio de uma luta desesperada. De momento, o traço característico de toda a Europa é o fracionamento político” (LÊNIN, 1984: 97). Mas o pós-II Guerra busca evitar a continuidade dos conflitos no âmbito da Europa, afinal, as alianças feitas durante a guerra entre os países capitalistas e o poder socialista não continua, permanecendo a Europa como uma região a ser disputada pelas principais forças que saem vitoriosas da Guerra (HOBBS-BAWM, 1994: 228).

Nesse sentido, retomando alguns poucos aspectos da origem da integração, o Plano Marshall² foi essencial para assegurar o domínio capitalista na Europa logo após o fim da II Guerra. Dentro do quadro da Guerra Fria – uma guerra por diferentes meios em que a própria possibilidade de Guerra era um instrumento político (CLAUSEWITZ, 1979: 89) - é importante observar que a edificação da UE é decorrente da intervenção dos EUA na Europa destruída pela guerra, e em oposição à URSS.

It is already evident that, before the United States Government can proceed much further in its efforts to alleviate the situation and help start the European world on its way to recovery, there must be some agreement among the countries of Europe as to the requirements of the situation and the part those countries themselves will take in order to give proper effect to whatever action might be undertaken by this Government (MARSHALL PLAN SPEECH, 1947: 2).

A manutenção da paz e a reconstrução da Europa são alguns dos principais elementos que fomentam a ajuda que os EUA fornecem, através de empréstimos, doações, etc. Mas, visto como um processo,

2. Ou o European Recovery Program (ERP).



a União dos principais países da Europa estava ainda sob os termos de “cooperação”, nas áreas técnicas, políticas e econômicas. Enfraquecidos pela Guerra, os países europeus poderiam aderir ao Plano Marshall, consequentemente assumindo uma postura diante do iminente avanço soviético sobre a Europa ocidental.

Diversos tratados e acordos perpassam a história do pós-II Guerra no âmbito da cooperação e integração europeia, abrangendo os temas da defesa mútua, da produtividade, da ciência, etc. Vários tratados envolveram os EUA, como o Tratado de Washington, em que é criada a NATO, em 1949, ou a Conferência de Helsinque, de 1975, para discussão sobre segurança e direitos humanos junto dos EUA e URSS³; a Itália, saída do fascismo pós-II Guerra é um país que assumiu todos os acordos supracitados, bem como suas forças internas colaboram para a adesão italiana aos programas ocidentais.

A cooperação entre os países da Europa, ocidental, é impulsionada num primeiro momento pela ajuda norte-americana, mas o rápido crescimento dos principais países europeus alimenta a via de uma Europa “independente” dos EUA (HOBSBAWM, 1994: 237). Nesse sentido está a busca da formação de um exército de defesa próprio e a formação de um bloco econômico forte capaz de competir internacionalmente com as potências da Guerra Fria. Assim, a unificação da Europa não se resume a uma aglutinação das forças regionais, mas também é um ato político com ambições claras de se colocar *pari passu* diante do poderio econômico dos EUA e Japão, de modo que a construção de uma organização internacional, como é a UE, ofereceria uma ferrenha concorrência aos impérios japonês e norte-americano, assentada no “princípio de uma economia de mercado aberto e de livre concorrência” em seu

3. Outros tratados mais específicos são feitos no âmbito europeu, como o Tratado de Roma (1957), em que são criadas a CEE e Euratom, com vistas à união aduaneira e a produção de energia; mais recentemente, os Tratados de Maastrich, Amsterdam e Nice, além do último, de Lisboa (2007).

âmbito interno (UNIÃO EUROPEIA, 1992, Art.3º: 9).

A Itália é, hoje, um dos países mais afetados pela crise econômica da UE, com altas taxas de desemprego, elevando o nível da miséria social. Além disso, na política a instabilidade é a rotina no Estado italiano, e a mobilização das classes trabalhadoras não é efetiva a muitos anos.

Passado esse breve histórico a respeito da formação da UE no âmbito da Guerra Fria, buscamos então ver como foram debatidos o desenvolvimento político do PCI no âmbito da Itália e do contexto internacional por diversos autores das tradições comunistas. A adesão da Itália ao espaço da cooperação, da União da Europa Ocidental (UEO), data de 1954, junto da entrada da Alemanha Ocidental. Nesse momento, a alternativa socialista levada pela União Soviética não oferecia risco aos países sob hegemonia dos EUA, até pelo fato de que a URSS estava enfraquecida, ficando muito difícil avançar sobre países distantes da órbita do Exército Vermelho (HOBSBAWM, 1994: 230).

O PCI e seu *modo próprio* de política no contexto da Guerra Fria

Destruída pela Guerra e abatida internamente pelos anos de fascismo, a Itália adere ao âmbito da UEO, do Plano Marshall e da NATO, como formas de fomentar a reconstrução do país e possuir espaço nas decisões internacionais. Nesse espaço social, o anticomunismo era promovido pelas potências capitalistas, como um mal a ser combatido. Então o mundo ficava dividido a partir das principais áreas de dominação em Washington e Moscou. Rapidamente os países da UEO se reconstróem e dão início aos anos dourados, que são caracterizados pelo crescimento econômico e pela promoção do bem-estar social.

Nesse momento, o PCI se encontra em reconstrução, saído da ilegalidade posta pelo fascismo e apoiando o governo de unidade anti-





fascista, porém, durante o crescimento glorioso do pós-guerra e após o período de redemocratização, de 1946 a 1948, a Democracia Cristã (DC) rompe com os partidos de esquerda, o Partido Socialista Italiano (PSI) e o PCI, assumindo a frente do governo junto da burguesia italiana (AGOSTI, 1999). O cenário de atuação do PCI não era dos melhores, já que desde o início da Guerra Fria a Itália é claramente um país que buscava se manter dentro do ocidente e contrário ao oriente socialista, principalmente após as denúncias dos crimes de Stálin, por Khrushchev, em 1956, e o avanço soviético por alguns países da Europa oriental⁴.

Embora as especificidades internas sejam fundamentais, como as transformações ocorridas pela migração interna, crescimento das indústrias, etc., o contexto externo contribuiu muito para que os países realizassem alianças e, na esfera de influência imperialista, estava retirada a possibilidade dos comunistas participarem dos governos.

Diferindo de vários partidos que seguiam as direções soviéticas e a tradição marxista, o PCI parece ter buscado um modo próprio de inserção política e na política ao longo de sua trajetória. Grandes expoentes do marxismo ocidental tiveram atividades militantes no PCI, como Antônio Gramsci e Palmiro Togliatti. Esse último elabora a necessidade do PCI se construir como um “partido novo”, uma força nacional na luta antifascista. Fora essa circunstância interna, o PCI também deveria se posicionar diante da política que a URSS lançava aos PCs de todo mundo, sendo que a Guerra Fria deixava o PCI com uma margem de manobra ainda menor, pois “deveria” escolher uma posição.

Desde logo, o PCI se diferencia da política desenhada pelos soviéticos, como no caso da aceitação do Plano Marshall para a Itália; também discorda da posição da URSS em não construir uma nova Internacional, dando apenas “tarefas” aos PCs e buscando controlar o PCI e o PCF. Assim, diante da dificuldade de atuação no espaço Europa-EUA, o PCI lança a *via italiana ao socialismo*, o que ocorreria não sem deixar lacu-

4. O que implicou um rápido afastamento do PSI da orientação socialista (AGOSTI, 1999).

nas dentro do partido, como nas tentativas de retomar Marx, ou mesmo de seguir a concepção de partido a partir da experiência de Gramsci (a partir de Conselhos). Nesse contexto particular de “via ao socialismo”, o PCI fará alianças com o Partido Socialista Italiano (PSI) e com a Democracia Cristã (DC), embora não chegue a constituir governos propriamente (AGOSTI, 1999).

O PCI sempre foi excluído da política governamental, por conta dos pactos internos dos partidos, ou seja, pela posição que o imperialismo norte-americano impunha a partir do Plano Marshall. Resistiu por muito tempo aos ataques fascistas que eram desferidos mesmo após o fim da II guerra. Nesse âmbito da resistência e de que modo se colocar na política nacional, adota uma linha de defesa dos direitos dos trabalhadores e da democracia, sendo essa sua via de contato com o proletariado (DEL ROIO, 2005: 5). Essa tática comunista estaria incluída na estratégia de conquista da democracia, no sentido de uma “democracia progressiva” a partir de um “partido novo”. Assim, desenvolve suas ditas “próprias” maneiras de chegar ao socialismo.

Mesmo se encontrando afastado dos governos, às vezes isolado⁵, o PCI tinha uma vitalidade, afinal, era expoente da resistência antifascista, e por carregar o fardo histórico de ser um Partido Comunista. O isolamento prossegue, quando o PCI decide não apoiar a política italiana de adentrar no âmbito da possível guerra nuclear levada pela NATO contra a URSS. Assim, Democracia Cristã (DC) e Partido Socialista Italiano (PSI) buscam manter o PCI à margem política, mas as relações entre PSI, DC e PCI são conturbadas e repletas de idas e vindas.

Os anos de crescimento foram baseados numa maior cobrança e controle do trabalho, ocasionando conflitos entre as classes sociais. A complicação interna se agudiza nas lutas da FIAT, em 1955, e depois, com a declaração de Nikita Khrushchev sobre os crimes de Stálin, já em 1956. Fato esse que deixou a base do partido comunista desorientada

5. Em 1949, até a Igreja decreta a excomunhão daqueles que pregam o comunismo.





e a liderança sem saber como realizar um balanço histórico. A posição dos comunistas italianos será defensiva, indicando que os comunistas italianos seguiam uma linha própria. O líder Palmiro Togliatti ira se pronunciar acusando as denúncias dos crimes de serem superficiais e espetaculares, acentuando o caráter personalista da burocracia soviética. Era de interesse que o debate sobre stalinismo não superasse certos limites, e nem colocasse a imagem do PCI em perigo, no que diz respeito a sua identidade como partido comunista (AGOSTI, 1999).

A estrutura política do movimento comunista havia mudado, essa era a conclusão que o PCI tirou dos eventos, de modo que o “modelo” soviético não poderia mais ser obrigatório. O sistema socialista deixava de ser monocêntrico, e mostrava sua complexidade policêntrica, além de que, na Europa, as denúncias dos atos stalinistas geraram um sentimento anticomunista por um longo período. Mas o PCI sabe aproveitar essa situação para articular ainda mais uma política defensiva da “autonomia de partidos comunistas”, buscando manter-se à margem dos direcionamentos soviéticos.

Durante os movimentos insurgentes dos estudantes, em 1968, o PCI busca através da democracia de Estado dar vazão às demandas do movimento, não podendo então se colocar como vanguarda do movimento, afinal, era uma política que não apenas não representava os estudantes, mas ia contra o sentido da ação subalterna, pois buscava na via institucional caminhos para solucionar as carências sociais. Contudo, o período de radicalização das massas na Itália trouxe um acúmulo político ao PC italiano, que conseguiu ampliar suas fileiras militantes diante das contraofensivas burguesas⁶.

Já nessa época, novos dirigentes se formavam, como Enrico Berlinguer, que seria mais tarde uma das grandes lideranças do PCI. É uma época de mudança social, alteração dos costumes, e estilos, na abertura

6. Os ocorridos de 1956 levariam também o PSI a redefinir sua posição sobre o socialismo, afastando-se ainda mais dos comunistas italianos.

para a flexibilização, para a pós-modernidade, além de ser uma viagem e uma quebra dos padrões de acumulação do pós-II Guerra. É justamente o momento em que a Itália começa a sofrer as reestruturações, embora o movimento operário buscasse uma reforma no welfare, aprofundando-o, tal como também concebiam os comunistas italianos do PCI.

A democracia como a forma social do Estado, os tempos do grande crescimento, acesso ao mercado, a internacionalização e reestruturação do capitalismo, entre outros fatores, foram fundamentais para que os partidos aderissem à ordem construída, abrindo mão da luta política.

Quanto aos partidos socialistas e movimentos trabalhistas que tanto se destacaram na Europa após a guerra, enquadraram-se prontamente no novo capitalismo reformado, porque para fins práticos não tinham política econômica própria, a não ser os comunistas, cuja política consistia em adquirir poder e depois seguir o modelo da URSS (HOBSBAWM, 1994: 267).

Divergências internas se abrem a respeito das políticas que o Partido deveria adotar diante do novo cenário. Uma esquerda e uma direita surgiram no PCI, lideradas por Pietro Ingrao e Giorgio Amendola, respectivamente. Amendola buscava estabelecer alianças com a classe operária e outras forças políticas, sustentando uma reforma estrutural do Estado e a criação de novas formas de controle democrático (“programação democrática”). Ingrao se mostrava preocupado com o sucesso da política neocapitalista e, para combatê-la, indicava que só a classe operária unida e independente poderia ser o núcleo de um novo bloco social capaz de combater o reformismo da centro-esquerda, e as lutas de massas seria o terreno onde esse projeto poderia avançar.

Quando os debates sobre a construção de uma unidade europeia perpassam a Itália⁷, o PCI começa a observar de modo diferente a construção da Europa, vendo nela um instrumento de ruptura entre

7. Em 1957, ocorre a assinatura do Tratado de Roma, em que são criadas a CEE e a Euratom, com vistas a união aduaneira e a produção de energia.





os blocos opostos, e vendo no processo de integração supranacional uma perspectiva socialista que estava em consonância com os próprios caminhos que o partido vinha construindo, no sentido da democracia parlamentar. A tática da esquerda europeia era superar a divisão do movimento operário reforçando e democratizando os organismos comunitários; o PCI foi o primeiro partido comunista a ter representação no Parlamento, em Estrasburgo (1969). Nos anos 70:

In questo compito un contributo significativo venne dall'evoluzione nella posizione del PCI che accettò pienamente gli obiettivi della costruzione europea e cominciò a inserirsi nelle dinamiche comunitarie (VARSORI, 2004: 162).

A atuação comunista, nesse momento, está pautada no âmbito da crise internacional que acaba afetando a Itália, fazendo movimentos de extrema direita atacar diante dos problemas de inflação (ABSE, 1996). É uma fase de crise interna, ameaças, cortes sobre os setores mais precarizados. Assim, o PCI evita atravancar a política italiana diante do choque do petróleo de 73, apoiando as políticas de recuperação para conter a inflação, que eram baseadas nos sacrifícios dos setores mais débeis da sociedade. O fim do welfare estava de encontro com o distanciamento que os partidos comunistas na Europa fizeram em relação a estratégia da revolução socialista, pois o bem-estar social seria a realização, em partes, do programa por uma democracia plena.

Em 78, Aldo Moro, líder da DC, é assassinado, o qual defendia a presença do PCI na cena política nacional. O PCI fazia parte do ministério Andreotti, o da “solidariedade nacional”, um governo da defesa da legalidade republicana. Apenas ao final de 79, Berlinguer anuncia a saída do PCI desse governo de maioria, oficializando a crise da “solidariedade nacional”. Se abre uma densa fase de problemas, embora quantitativamente o PCI tenha aumentado nos anos 70, absorvendo inclusive os novos setores produtivos, como empregados, técnicos e estudantes, e diminuindo o número de agricultores.

Já nos 1980 e 90, praticamente dois partidos governaram a Itália, o Partido Socialista Italiano (PSI) e a Democracia Cristã (DC), sendo que a presença da extrema esquerda e da extrema direita fascista eram vivas na política de massas e na eleitoral. Mas o PCI via possibilidades de se ligar aos dois partidos mais evidentes no governo, oscilando entre um e outro conforme adotassem políticas mais populares. Contudo, contrariando os caminhos adotados pelo PCI, num outro contexto já se sabia que “não se deve considerar a social-democracia como ala direita do movimento operário, mas como ala esquerda da burguesia” (GRAMSCI, 2004: 344). A presença da social-democracia nos governos era algo relativamente comum na Europa, e o PCI prefere não romper com os partidos do governo, e sua política de alianças o mantém vinculado ao PSI ou a DC (VARSORI, 2004).

Em 1975, o dirigente Enrico Berlinguer também assume que o socialismo italiano era de *novo tipo*⁸, e que as vias que o PCI assumia para o comunismo eram independentes da URSS, assentando bases do *eurocomunismo*, ao mesmo tempo em que indicava a superação do bloco capitalista como algo gradual (DEL ROIO, 1986). “A via para o socialismo, segundo as ideias eurocomunistas, se daria por meios pacíficos e democráticos”, embora a ocidentalização da estratégia comunista possa ter significado uma submissão às condições existentes em cada país (BRAZ, 2006: 282).

O lançamento do eurocomunismo significava uma compreensão de que havia possibilidade de um avanço democrático ao socialismo, com a efetivação plena da democracia; a essência do eurocomunismo estava na ideia de “terceira via”, aparentemente diversa tanto das experiências do leste europeu, como também da social democracia. As respostas que

8. “Esse longo caminho para a utopia não significa construir o socialismo a curto prazo, contudo, “é evidente que isto implica sair da lógica do capitalismo, movendo-se na direção de um desenvolvimento econômico, social e política de novo tipo, orientado para o socialismo” (BERLINGUER, op cit, DEL ROIO, 1986: 74)





a alternativa eurocomunista procurava dar eram não-ortodoxas, pois dentro da Europa o comunismo foi expurgado. O campo do eurocomunismo é o espaço nacional, articulando as demandas sociais com a expansão das alianças para ampliação do papel do partido. As reformas e os avanços graduais passaram a ser vistos como momentos do processo revolucionário⁹ (BRAZ, 2006).

A relação do PCI com a URSS foi de distanciamento constante, desde as denúncias dos crimes de Stálin, em 1956, a intervenção soviética na Tchecoslováquia, em 1968, até a invasão soviética no Afeganistão, em 1980. Embora uma parte dirigente do partido tenha se formado na tradição da III Internacional, até mesmo nos períodos mais degenerados do stalinismo, o PCI se limitava no intercâmbio com a URSS, mantendo a linha de “partido novo”, lançada desde Togliatti (DEL ROIO, 2005). Assim, A crise do comunismo colocou o próprio comunismo italiano em crise irreversível. A resposta dos comunistas italianos era “manter uma identidade diversa”, nem comparável com os soviéticos e nem com a social-democracia (PONS, 2004: 229).

Compromisso histórico e alternativa democrática

A fórmula italiana de governo de centro-esquerda se exauriu, forçando as eleições a serem antecipadas, confirmando a força da DC que recuperava votos da direita (permitindo também que os neofascistas conseguissem quase 9% dos votos). O PCI ficava então com 27%, exigindo que o PCI saísse do “Imobilismo”. Diante do golpe de Estado no

9. As ideias presentes no Manifesto Comunista de 1848, que por muito tempo foram sínteses da estratégia comunista, são abandonadas. (MARX, 2008).

Chile¹⁰, ocorreu a “forte” ideia com Berlinguer (que assumiu o lugar de Longo) de *compromisso histórico* entre as forças interessadas na defesa da democracia. Esse acordo seria necessário para tranquilizar a sociedade, isolando a direita, criando um “governo de emergência” com os partidos democráticos; o compromisso histórico era em sua essência a via parlamentar (ABSE, 1996).

O Compromisso histórico tomou forma, portanto, como um regime convencional da Democracia Cristã. De clientelismo e deflação. A “solidariedade nacional” eliminou da política parlamentar toda divergência ou oposição substanciais. (...) Nenhuma reforma significativa resultou desse arranjo. Como se dizia, a divisão de trabalho era evidente: os democratas-cristãos faziam a história, os comunistas faziam o compromisso (ABSE, 1996: 81).

A política não era apenas de grande aliança social, mas também de determinadas relações políticas entre as forças democráticas e populares em busca de alianças políticas entre si. Essa política do compromisso era defensiva, buscando idealmente uma luta coletiva, com intento de gradual superação do capitalismo, com inserção de elementos socialistas na economia. Porém, o PCI seguia as políticas de alianças de acordo com as necessidades de estabilidade eleitoral na centro-esquerda.

A proposta tinha a tática de colocar o PCI no centro da cena política numa sociedade em profunda transformação. Numa sociedade em que as massas se transformavam, entre o *welfare* e a insurgência, mas sem que o poder político deixasse de ser sólido e conservador por décadas. Por exemplo, na questão do divórcio, em que a direita e a DC buscavam cancelar o referendo (que mais era um ataque à família), e que o PCI via como uma difícil questão para se posicionar, pois causava grandes polarizações religiosas no país, e se esforçou por não tomar parte no

10. Em 1973, a presidência de Salvador Allende é derrubada através de um golpe organizado por forças militares chilenas, com apoio dos EUA, lideradas pela figura de Augusto Pinochet, sendo parte de uma das mais terríveis ditaduras que assolaram a América Latina.





referendo – 60% dos eleitores se pronunciaram a favor do divórcio. A função de governo era de colaboração do PCI com o PSI, tendo a DC na oposição.

Depois da crise dos anos 1970, especialmente a partir de 1980 o crescimento econômico italiano diminui, e o PSI consegue se alçar, fazendo o PCI mudar sua política de isolamento sobre o PSI. O PCI foi reduzido a uma posição subalterna na esquerda, e passa a se posicionar como uma *alternativa democrática* no quadro das disputas eleitorais. Ao mesmo tempo, o governo socialista, tal como o de Mitterrand na França, obtinha grandes taxas de crescimento e desenvolvimento de diferentes regiões, pois levantavam política de defesa do bem estar social em momentos em que os direitos eram retirados dos trabalhadores (ABSE, 1996).

Mas o cenário de crise dos anos 80 abriu espaço para o PSI ascender com Craxi e para Berlinguer mudar a política do PCI. A política de coalizão do PCI sobre o governo muda, deixando de fazer parte da “solidariedade nacional” para ser oposição – mas também para se aproximar novamente do PSI, após anos de exclusão. Todavia, o ressentimento do PSI existia. O PSI se torna o que o PCI sempre quis: o parceiro da DC. Após romper com o governo depois de muita conciliação, o PCI tenta se construir como alternativa democrática em contraposição à DC e ao PSI, resultando no fim da política do “compromisso histórico” (DEL ROIO, 1986)¹¹. E numa ação de autocrítica passa a dar mais atenção aos novos movimentos, como o ecológico, os jovens e mulheres (DEL ROIO, 1986).

Em 1984, nas eleições para o Parlamento Europeu, o PCI obtém mais de 33% dos votos, ultrapassando até mesmo a DC que fica com uma margem um pouco menor (LIGUORI, 2009: 50). Era um processo de renovação, revisão da linha política do partido diante da falta de al-

11. Alla fine degli anni ottanta l'evoluzione politica e culturale del Pci era giunta a un punto tale che esso non poteva più essere considerato um partito comunista (VACCA, 1997).

temativas. O PCI passa a defender a escala móvel de salários numa luta da FIAT, em '80; se opõe a presença da NATO na Itália; enfim, o PCI tenta adequar as mudanças sociais em sua estrutura (precarização dos contratos combinado com aumento salarial, aumento do consumo, dos postos de trabalho, etc.), observando que o marxismo, e o marxismo não dogmático de Gramsci, não tinham todas as respostas aos problemas da sociedade pós-industrial.

Posteriormente à morte do dirigente Enrico Berlinguer se abrem divisões ideológicas internas antes contidas. A nova liderança de Alessandro Natta dura pouco, devido os fracassos do partido nas eleições de 1988, assumindo Achille Occhetto (LIGUORI, 2009). A situação nesse momento ou era se tornar submisso ao PSI ou ver as advertências de isolamento na esquerda se tornarem realidade. Occhetto propõe o chamado *nuovo corso*, em que a unidade se manteria no partido em busca de manter um espaço no cenário eleitoral, mas considerando agora outras questões, como as ecológicas, de gênero, assinalando positivamente às reformas de Gorbachev, abandonando o centralismo democrático, elucidando um novo momento em que a direita do partido abandona ideias políticas de Berlinguer para aceitação da lógica de mercado e de empresa (LIGUORI, 2009: 37).

Desde o XVII Congresso do PCI de 1986, havia uma estagnação teórica e um desvio nas políticas tomadas desde Berlinguer. E, no Congresso de 1989, o XVIII, novas políticas são adotadas, num teórico abandono da centralidade do trabalho e dos trabalhadores, e a tomada com mais rigor do trinômio democracia-liberdade-direitos. Após o Congresso de 1989, o redesenhado partido se lança à política internacional, especialmente à *eurosinistra* e aos círculos progressistas dos EUA (LIGUORI, 2009).

O cenário internacional indicava também as mudanças internas que o comunismo sofria e o PCI foi passível de profundas alterações revisionistas (LIGUORI, 2009). A crise do comunismo colocou o próprio comunismo italiano em crise irreversível. A resposta dos comunistas





italianos era “manter uma identidade diversa”, nem comparável com os soviéticos e nem com a socialdemocracia, ou seja, o PCI fica no isolamento (PONS, 2004).

O sucessor de Berlinguer, Natta, não impede o movimento de separação do PCI do movimento internacional, bem como da aproximação com a social democracia, em 1988, se demite. O novo sucessor, Achille Occhetto, representava uma mudança de gerações, se pôs a definir um novo projeto de partido, identificando a única saída uma ruptura com o sistema de associativismo, invocando um sistema de independência da DC. Buscava substituir a identidade comunista, que estava já num processo de mudança. A separação definitiva com o movimento comunista internacional virá com a aceitação do pleno mercado, na revisão dos postulados classistas, na adesão à esquerda europeia, no suporte à perestroika, na emancipação do partido dos resíduos leninistas. Em consonância com o despertar dos novos movimentos sociais, o ecologismo, o feminismo, a não violência, os comunistas italianos assumem novos discursos, que de fundo representam uma bem sucedida tentativa de evasão do campo do comunismo.

O contexto de colapso da União Soviética marca os sucessivos Congressos e realinhamentos internos do PCI, como no de 1990, em que Occhetto expressa que a globalização é um:

Spazi inediti al processo di emancipazione dei popoli” e “la prospettive di una cooperazione tra diversi stati, fino a delineare vere e proprie forme di governo mondiale (LIGUROI, 2009: 151).

Embora seja essa a perspectiva do secretariado do partido, outras posições internas existiam, como as que propunham um retorno às origens, mas também aquelas que chamavam ao abandono do centralismo democrático e viam a alternativa de governo no lugar da ideia de alternativa de sistema social, ou seja, internamente diversas correntes de pensamento se expressavam, forçando as mudanças tanto à direita do partido como também à esquerda. No âmbito de se colocar como

uma alternativa, as questões democráticas eram essenciais, como a defesa dos direitos civis, defesa do meio ambiente, etc; porém em que medida essas lutas estariam separadas da centralidade da classe operária e da estratégia socialista?



Riformismo forte

A Itália possui uma particularidade própria nos limites da luta da esquerda comunista no pós-guerra. Sua história registra movimentos vindos de baixo muito fortes e governos tão conservadores e de longa duração, numa combinação entre insurgência social e imobilidade política (ABSE, 1996). O declínio do PCI deve ser remetido ao seu histórico pós-guerra, especialmente no momento de ataques às organizações de trabalhadores, em especial, a partir da década de 80, quando a Europa passa a viver uma profunda reorganização do trabalho, das instituições, da cultura, alterando as bases de um *welfare* que não chega a ser pleno no plano concreto, mas que está em consonância com a redução dos programas dos partidos comunistas em programas mínimos de caráter democrático e reformista, ao mesmo tempo em que a ideia da revolução e do socialismo se afastava sempre mais, e até mesmo se distanciando do “marxismo leninismo”, ou stalinismo (HOXHA, 1983).

Na década de 90, os efeitos da flexibilização do trabalho já é muito presente na vida das pessoas, sendo que os países membros da UE passam a voltar os olhos para aqueles que futuramente viriam a fazer parte do bloco imperialista, após o fim da URSS, fomentando ainda mais as desigualdades internas e a divisão social do trabalho (HARVEY, 1994).

O PCI passa então a ter que dialogar com os novos movimentos sociais, alguns oriundos da fragmentação de lutas, do individualismo, do dito “fim da classe trabalhadora”. Cada vez mais o PCI se deslocava rumo à social-democracia. Mas a social-democracia não



pode oferecer as bases da luta socialista, ao contrário, seu terreno é o institucionalismo democrático burguês, ainda mais na Europa, em que o socialismo rumava para sua derrocada geral. Geograficamente próximo, a URSS também vivia seus momentos de reformas, levadas por Gorbachev, visando retirar o campo soviético da estagnação e implementando a desintegração política e econômica nos diversos países e territórios da união soviética.

O fim dos anos 80 e o início dos 90 marca o fim da chamada Primeira República na Itália, marca o fim da política originada no pós-guerra. Escândalos financeiros degradavam muitos políticos e a elite empresarial da Itália, consagrando enormes esquemas de corrupção e violências – é o momento da crise do velho regime. O parasitismo no Estado contribuiu para que a dívida pública chegasse a ser 109% do PNB, na época do Tratado de Maastrich (ABSE, 1996). O enriquecimento pessoal estava atrelado ao envolvimento de todos os partidos do governo, no chamado *pentapartito*¹². Mas diante da crise e do processo de união política e econômica acenando para uma integração ainda mais forte, a possibilidade de mais acúmulo para alguns setores da burguesia italiana na zona euro dependia do fim das relações clientelistas, e a partir desse momento partidos neoliberais assumem o governo na Itália.

O XX e último congresso do PCI ocorre em 1991, mesmo ano de assinatura do TUE, num cenário de mudanças da política italiana, como a reforma eleitoral, e de um questionamento sobre o “che fare” do destino do PCI. Deste último congresso, realizado em Rimini, resulta a formação do PDS (Partito Democratico della Sinistra) e também da RC (Rifondazione Comunista), consagrando o desmembramento do PCI. “Il comunismo italiano faceva fronte alla crisi finale del comunismo mondiale” (AGOSTI, 1999: 125). Assim, Occhetto aproveitou o

12. O pentapartito, ou pentapartido, consistia de uma coalizão de governo, que dura de 1980 até 1992, e era composto por: DC, PSI, PSDI, PRI e PLI.

momento de declínio e mutação para pronunciar mudanças que deslocavam o partido do mundo do trabalho para o mundo da cidadania, como a pretensão da mudança do Partido, que passaria a ser PDS, porém não sem enfrentar oposição, a RC, causando revolta na base do PDS¹³. Os resultados eleitorais entre 1992 e 1994 são inferiores aos anteriores, demonstrando o fracasso da transformação planejada, consagrando inclusive a decadência de toda a esquerda, não apenas a comunista.



Considerações finais

Apontamos alguns elementos que relacionam o fim do PCI com o contexto de Guerra Fria e emergência da União Europeia. O fim da antiga organização comunista na Itália deixou o terreno da política e da ideologia aberto à direita neoliberal, de origem fascista. A crise orgânica e o fim do PCI se deu com o fim dos comunismos degenerados na Europa e URSS, e com a impulsão da UE e seu livre mercado. Em diversas tentativas políticas de se manter no espaço do Estado, o PCI buscou seu próprio modo de articulação, não considerando as diretrizes da URSS, ou a perspectiva da revolução socialista que foi, aliás, abandonada.

A capacidade de atrair o eleitorado era essencial para manutenção desses partidos no espaço da disputa parlamentar (ABSE, 1996). Assim, o compromisso histórico se tornou uma política que buscou conciliar os conflitos de classe na Itália, após anos de crescimento, revoltas, imobilidade política no Estado e adequação da economia italiana às exigências Europeias, numa articulação de forças que cada vez mais eram repelentes, mas também semelhantes quanto as políticas.

13. Enquanto o PCI tinha mais de 1,4 milhão de membros, o PDS, em 1991 contava com pouco mais de 400 mil.



O PCI alcança seu pico histórico na década de 1970 e início de 1980, sendo que o PCI isolava aqueles que estavam mais à sua esquerda, se associando aos democratas-cristãos, e logo em seguida adentra no desmanche. Porém, a tática parlamentar não foi suficiente para que o PCI se construísse como uma força nacional, inviabilizando o objetivo da “via italiana” ao socialismo.

Após a queda do muro de Berlin, Occhetto lança uma época de “fase constituinte” destinada a chegar numa nova formação política, em meio aos debates sobre o avanço da democracia sobre o regime soviético que era imediatamente identificado com o comunismo. Certamente uma consistente oposição surge desses debates, exigindo a necessidade de manutenção do Partido com a ideologia do comunismo, mas a proposta de Occhetto vence com 67%, e avança o processo de criação de uma nova “coisa”, de tendência mais democrática e próxima da “realidade” europeia. O desmantelamento do socialismo no leste também irá causar efeitos sobre a base do PCI; as eleições de 1990 irão demarcar o declínio acelerado do partido. Mas não só deste, pois em diversos países os PCs passariam por mudanças e enfrentariam os mesmos debates, com diferentes saídas propostas e feitas em cada local, como no caso do PC brasileiro.

Os debates que a construção da UE gerava, pareciam ir ao encontro do que o PCI buscava, pois a UE aparecia como alternativa democrática entre o Imperialismo norte-americano e os socialismos de Estados deformados, em consonância com o eurocomunismo.

Negli anni Ottanta, la separazione dal movimento comunista internazionale aveva indotto il Pci a porre sempre più l'accento sulla propria diversità (l'eurocomunismo). D'altro canto, la partecipazione sempre più piena alla nuova ricerca dell'europeismo socialista imponeva il superamento dell'orizzonte nazionale. Alla fine degli anni ottanta l'evoluzione politica e culturale del Pci era giunta a un punto tale che esso non poteva più essere considerato un partito comunista (VACCA, 1997: 46).

Essa citação, de um antigo dirigente do PCI, demonstra o que as

atitudes tomadas significavam. As diversas alianças feitas pelo PCI durante o pós-guerra (compromisso histórico, governo de salvação nacional, etc) significaram não apenas uma política parlamentarista, mas também um abandono da estratégia socialista, pois o gradualismo democrático se sobrepõe à revolução socialista. O desmanche teórico-ideológico é também um desmanche prático, um esvaziamento da organização de trabalhadores, abrindo espaço para a ofensiva capitalista que se deu com a ascensão da direita italiana, representada em Berlusconi, após a decisão de transformação do PCI.

No último congresso, em Rimini no ano de 1991, nasce o Partido Democrático da Esquerda, ou o PDS (Partito Democratico della Sinistra), num contexto de renovação da esquerda italiana. Essa escolha liderada por Occhetto foi apoiada por ampla parte do aparato do velho partido, e se revelou menos dolorosa que o previsto, afinal, a mutação não foi repentina, sendo mais uma adequação e reconhecimento formal das mudanças políticas que o PCI realizou a partir do pós-II Guerra. Uma outra ala com Armando Cossutta, Sergio Garavini, Lúcio Libertini, abandonou o congresso, criando a Rifondazione Comunista (RC). O PCI se dilui, passando a ser um partido de ideologia mais ampla, de “esquerda”.

Houve os que ainda seguiram alguns ideais comunistas, como no caso dos fundadores da Rifondazione Comunista. Os comunistas italianos, a principal força de esquerda no país e na Europa, esteve por muito tempo excluído do poder em Roma e, em vez de dar poder à esquerda, como acreditavam os comunistas em 1993, a segunda república italiana deu poder à direita radical. Os descendentes de Gramsci e Togliatti não são hoje os ministros, mas sim os descendentes de Mussolini (como Sérgio Berlusconi) (ABSE, 1996).





Referências

ABSE, T. Itália, Uma Nova Agenda. in: *Um Mapa da Esquerda na Europa Ocidental*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

AGOSTI, A. *Storia del PCI*. Roma: Editori Laterza, 1999.

_____. Balanço dos Comunismos Europeus. in: *Corações Vermelhos*. Org. MAZZEO, A. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

ANDERSON, P. *Um Mapa da Esquerda na Europa Ocidental*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BERLINGUER, E. *A questão comunista*. Lisboa: Edições Setenta, 1976.

_____. *Do compromisso histórico ao eurocomunismo*. Lisboa: Antídoto, 1977.

BLACKBURN, R (org.). *Depois da Queda: o Fracasso do Comunismo e o Futuro do Socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

CHACON, V. *A Unificação da Europa*. São Paulo: Editora Scipione, 1993.

CLAUDIN, F. *Eurocomunismo y socialismo*. México: Siglo XXI Editores, 1977.

CLAUZEWTIS, C. *Da Guerra*. Martins. Fontes: São Paulo, 1979.

DEL ROIO, J. L. *Enrico Berlinguer e a Evolução Política do PCI*. São Paulo: Novos Rumos, 1986.

DEL ROIO, M. O movimento socialista do século XXI: a experiência italiana da refundação comunista. In: Galvão, A. (Org.). *Marxismo e socialismo do século XXI*. São Paulo: Xamã, 2005, v. , p. 71-86.

FREDERICO, C. *Crise do Socialismo e Movimento Operário*. São Paulo: Editora Cortez, 1994.

GRAMSCI, A. *Quaderni Del Carcere*. Giuli Einaudi Editore, Torino: 1975

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1994.

HOBSBAWM, E. *Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LÊNIN, V. *O Imperialismo – Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo: Editora Centauro, 2008

LIGUORI, G. *La Morte del PCI*. Roma: Manifestolibri, 2009.

MARSHALL PLAN SPEECH. *Marshall Foundation Archives*. Harvard University: 1947

MAZZEO, A.C. *Sinfonia Inacabada*. São Paulo: Boitempo, 1999.

TORTORELLA, A. Appunti sulla fine del Pci. *Rivista Critica Marxista* (Itália). num 2, 1998.

UNIÃO EUROPEIA. *Tratado da União Europeia*. Maastrich, 1992. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/new-2-48.htm>>. Acesso em 13/05/2013.

VACCA, G. *Vent'anni dopo: la sinistra fra mutamenti e revisioni*. Torino: Einaudi Editori, 1997.

VARSORI, A. L'Italia e l'integrazione europea: l'occasione perduta? In: *Gli Anni Ottanta Come Storia*. Soveria Mannelli: Rubbettino, 2004.

VIEZZI, R. Le Prospettive della CEE. *Rivista Critica Marxista*. n6, ano 18. Roma, 1980.



A luz do Lampião dobrou a esquina: as múltiplas vozes se um nanico no Brasil da abertura (1978-1981)

Elvio Antônio Rossi¹

Palavras-chave: Lampião da Esquina, imprensa alternativa, abertura política, movimento homossexual.

Resumo: O presente artigo trata da história do jornal LAMPIÃO da Esquina, publicação direcionada ao público homossexual, que circulou no Brasil entre abril de 1978 a junho de 1981, com periodicidade mensal e tiragem média de vinte mil exemplares. O periódico deu voz não somente aos homossexuais, mas também a diversos outros grupos marginalizados e/ou minoritários, como as mulheres, os negros e os índios e contribuiu à sua maneira para as diversas lutas das mesmas, e principalmente, para sua visibilidade e maior aceitação na sociedade. O objetivo é demonstrar a importância desse “nanico” naquele período específico da história brasileira, num momento de abertura política, porém ainda fortemente marcado pela ditadura do regime militar. No decorrer do texto, procuramos contextualizar fazendo um breve relato da situação política no Brasil e das transformações culturais que estavam acontecendo naquele momento, e falamos sobre a imprensa alternativa e a “homossexual”, dando destaque ao jornal LAMPIÃO da Esquina.

1. Licenciado e bacharel em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no momento de envio do artigo, em junho de 2013. E-mail: elvioar@gmail.com

Os anos da “abertura”

No Brasil, os anos finais da década de setenta foram marcados por várias transformações sociais. O país passava por uma grave crise econômica e ainda se encontrava sob um governo militar ditatorial, dentro do qual se iniciava um processo de abertura política, no qual, porém, alguns instrumentos da ditadura, como a censura, ainda exerciam plenamente seu poder². Mesmo assim, surgiram, em todo país, primeiro timidamente, depois nem tanto, pequenas manifestações e alguns movimentos que procuravam, de alguma maneira, questionar o sistema vigente. Essas reações ocorreram em todos os setores da sociedade, entre empresários, trabalhadores, intelectuais, artistas e estudantes.

Segundo Kucinski (1982), a transição “lenta, gradual e segura” levou quinze anos para ser completada, desde sua primeira formulação em fins de 1973. Durou mais tempo que a própria ditadura e foi a mais lenta de todas as transições das ditaduras latino-americanas. Apesar de alguns momentos de risco, como o das greves do ABC e da campanha das Diretas Já, as elites dominantes e seus aliados militares nunca perderam o controle do processo de abertura. Segundo o autor: “a abertura reafirmou a tradição política brasileira da conciliação entre as elites” (Kucinski, 1982, p. 139). Vamos voltar um pouco no tempo para entender melhor.

O processo da abertura política no Brasil iniciou em 1973, com o colapso do milagre econômico ocasionado, em grande parte, pela crise do petróleo. O combustível, devido à guerra no Oriente Médio que provocou a suspensão das exportações pelos países árabes, triplicou de preço, o qual não baixou após o término da guerra. Aliado a isso, na época, havia desinteresse em buscar petróleo no nosso próprio ter-

2. A censura prévia foi suspensa oficialmente em junho de 1978, porém continuou a existir de forma extraoficialmente, de forma velada ou não.





ritório. A crise se agravou em 1974, pois os custos de conservação do parque industrial brasileiro aumentaram demais, ocasionando uma elevação da dívida externa brasileira, cujos rombos eram cobertos com novos empréstimos. Segundo Kucinski (1982), o déficit da conta corrente do Brasil saltou de 1,5 bilhões de dólares em 1972 para 6,7 bilhões em 1974, e a dívida externa passou de 5,3 bilhões em 1972 para 12 bilhões em 1974.

Naquele mesmo ano (1974), nas eleições para o Senado, houve uma vitória dos candidatos de oposição, enfraquecendo as alianças entre os empresários e os militares. A Igreja (ou pelo menos, grande parcela dela), que havia sido uma importante aliada do regime militar, voltou-se aos poucos para os pobres e oprimidos, operários e trabalhadores, comandando movimentos a favor dos direitos humanos em todo o Brasil.

Outro fator que enfraqueceu a ditadura militar foi a crise da própria instituição, com as divergências entre as diversas correntes dentro do regime. Ernesto Geisel sofria pressões da linha-dura do exército, que mantinha muito da sua força. Por outro lado, ele desejava controlar o ritmo da abertura, evitando que a oposição chegasse muito cedo ao poder. Assim, “a abertura foi lenta, gradual e insegura, pois a linha-dura se manteve como uma contínua ameaça de retrocesso até o fim do governo Figueiredo” (Fausto, 2002, p. 490). A crise atingiu seu auge nas vésperas da sucessão de Geisel³.

Em 1977, o presidente Ernesto Geisel fechou o Congresso Nacional e cassou parlamentares, prevendo nova vitória da oposição nas

3. Para maiores detalhes sobre este ponto, sugerimos a leitura de GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.



eleições seguintes⁴. No mês de novembro, foi aprovada a polêmica lei do divórcio. Também durante aquele ano, houve manifestações estudantis em todo o território nacional, condenando a ditadura militar. Porém, o principal marco de todos os movimentos de protesto foi a greve dos metalúrgicos do ABC paulista, deflagrada em maio de 1978, contra a política econômica do governo, exigindo melhores salários e condições de trabalho. O protesto se estendeu por dois anos até ser efetivamente controlado e abriu caminho para vários outros movimentos, além de provocar mudanças na política salarial e na lei de greve.

Geisel, em junho de 1978, anunciou algumas reformas políticas, entre elas: a eliminação dos atos de exceção (incluindo o AI-5⁵), o restabelecimento do habeas-corpus para crimes políticos, o fim do direito do presidente de fechar o Congresso e de outros poderes arbitrários, como os de remoção de juízes e aposentadoria compulsória de funcionários públicos. As medidas que entraram em vigor em janeiro de 1979.

Conforme Kucinski (1982), o que a emenda eliminou foram algumas incoerências, porém não a própria legislação autoritária que atingia todos os domínios da vida pública. A emenda determinou que certos atos não fossem mais cometidos, mas mantinha todos os abusos praticados anteriormente. A reforma compensou a perda do AI-5 com a criação do Estado de Emergência que conferia ao presidente poderes para fazer praticamente tudo aquilo que antes lhe era permitido pelo ato de exceção.

Ainda em 1978, o general João Baptista de Figueiredo (chefe do

4. Na época existiam apenas dois partidos políticos: a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), de situação e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), de oposição. O governo Geisel havia liberado a propaganda política no rádio e na televisão como uma medida de abertura política, a fim de ganhar o apoio da população, o que possibilitou a vitória do partido de oposição nas eleições parlamentares.

5. Ato Institucional nº 5, decreto governamental de 13 de dezembro de 1968, assinado pelo presidente Costa e Silva suspendendo garantias constitucionais e fortalecendo a repressão aos que se opunham ao Regime Militar.



SNI – Serviço Nacional de Informações), em campanha pela eleição presidencial (indireta), prega a continuação da abertura política “numa andadura lenta, gradual e segura”. Após ser eleito, promete fazer do país uma democracia, com justiça social, prometendo reações contra os que não aceitassem a abertura. Entre as medidas decretadas pelo presidente eleito destacam-se: a aprovação da lei de anistia, o restabelecimento do pluripartidarismo e das eleições diretas para governadores de estado.

De acordo com a análise de Kucinski (1982), era uma anistia pela metade, pois foram anistiados os que praticaram crimes políticos, mas não os condenados por crimes de sequestro, assalto e atentado pessoal, mesmo quando essas ações tinham finalidade estritamente política; foram anistiados os servidores públicos e militares punidos com atos institucionais e complementares, mas seu retorno aos cargos que possuíam dependia de aprovação das autoridades de cada setor e da existência de vagas. Os cassados por atos institucionais, demitidos de sindicatos e processados pela Lei de Segurança Nacional – mesmo ainda não julgados – continuavam inelegíveis, porque o governo não revogava a lei das inelegibilidades. Criou-se um procedimento pelo qual os parentes dos desaparecidos podiam obter uma “declaração de ausência”, que substituiu a certidão de óbito. Poderíamos dizer que foi um projeto de anistia irrestrita para os torturadores, mas muito restrita para os militantes da esquerda.

As transformações culturais

Entretanto, foi no campo cultural (na música, no teatro, no cinema, nas artes em geral), dentro do qual algumas pessoas já vinham afrontando os mecanismos da censura desde o período mais negro da ditadura, que pudemos perceber uma maior visibilidade e um maior impacto imediato dessas transformações, principalmente no que diz respeito à homossexualidade. Com influência dos movimentos da con-

tracultura dos anos sessenta (ocorridos principalmente nos Estados Unidos), surge, no Brasil, com uma década de atraso, o fenômeno que Trevisan chama de “desbun guei”⁶.

O autor centra sua análise a partir de três núcleos que teriam iniciado esse acontecimento no início dos anos setenta: o cantor Caetano Veloso, o grupo teatral Dzi Croquetes e o cantor Ney Matogrosso. Caetano Veloso, que logo se tornou um símbolo de contradição e ambiguidade, expressas em suas ideias, suas músicas, no seu visual e nos seus shows, onde se apresentava com a boca pintada de batom vermelho e fantasia de baiana. A intervenção dos Dzi Croquetes iniciou no Brasil um importante debate de política sexual, ao colocar em xeque os papéis sexuais instaurados. Em suas apresentações, homens de barba e bigode, usavam vestes femininas, sutiãs em seus peitos peludos, meias de futebol e cílios postiços, debochando dos papéis sexuais convencionais. Foram eles que trouxeram ao Brasil o que de mais contemporâneo e questionador havia no movimento homossexual internacional (americano). Ney Matogrosso surgiu como vocalista dos Secos e Molhados, com um visual inspirado numa estética **glitter** dos grupos ingleses da época, rebolando e cantando com uma voz de contralto, muitas vezes assumindo uma postura de afronta sexual, jamais escondendo sua homossexualidade e defendendo os seus direitos (Trevisan, 2000)⁷. Para Fry e MacRae (1983), Caetano Veloso, os Dzi Croquetes e Ney Matogrosso ao colocarem em questão o rígido



6. “Desbunde” ou “desbund” foi uma das palavras chaves do período. Conforme Trevisan, alguém desbundava quando mandava às favas os compromissos com a direita e a esquerda militarizadas da época, para mergulhar numa liberação individual, baseada na solidariedade não partidária e muitas vezes associada ao consumo de drogas ou à homossexualidade (Trevisan, 2000, p. 284).

7. James N. Green (2000, p. 391-416) faz uma análise semelhante, chamando a atenção também para a explosão de novos lugares de encontro e vivência homossexuais nas grandes cidades: boates e discotecas (que hoje seriam chamadas de casas GLS, pois tinham entre seu público também heterossexuais simpatizantes); cinemas que oportunizavam encontros eróticos e saunas (algumas de nível internacional), além de bares e restaurantes.



afastamento entre masculino e feminino também estavam questionando a separação entre política e vida cotidiana.

Apesar da censura do governo durante os anos setenta, informações sobre o surgimento e o crescimento do movimento internacional de gays e lésbicas começaram a encontrar espaço na imprensa brasileira. Principalmente na chamada imprensa alternativa. Conforme Green (2000), embora os artigos sobre a homossexualidade no Brasil variassem entre a hostilidade e a simpatia, dependendo do jornal, as notícias internacionais tendiam a apresentar um retrato positivo dos movimentos de gays e lésbicas em outras partes do mundo.

Em 1978, a despeito de já existir um movimento feminista, surgiram o Movimento Negro Unificado e os primeiros núcleos do movimento homossexual no Brasil, cujo marco de origem é o grupo *Somos*⁸. São os novos movimentos sociais, desvinculados tanto da esquerda quanto da direita, buscando autonomia e independência, e que se ocupavam de problemáticas antes relegadas ao segundo plano, uma vez que o que importava era somente a luta de classes.

Em abril do mesmo ano, surgiu, no Rio de Janeiro, o jornal *LAMPÍÃO da Esquina*, o qual abordava de forma positiva a questão homossexual, do negro, do movimento feminista e da ecologia, nos seus aspectos políticos, culturais e existenciais.

É possível fazer uma analogia entre o processo político de estabelecimento da democracia no Brasil e a luta pelos direitos dos homossexuais. Ambos iniciaram no mesmo período; trinta e seis anos se passaram, muitas conquistas foram alcançadas, porém acreditamos que ainda não chegamos a uma democracia efetiva e abrangente e a um reconhecimento pleno da homossexualidade.

8. Sobre o grupo *Somos*, ver MacRae (1990) e Trevisan (2000, p. 335-51). Em setembro de 1979, existiam quatro grupos homossexuais no Brasil: o *Eros*, o *Somos* e o *Libertos*, em São Paulo, e o Grupo de Atuação e Afirmação Gay, no Grande Rio (Cfe. *LAMPÍÃO da Esquina*, ano 2, nº 16, p. 7-9, set. 1979).

A imprensa alternativa durante o regime militar

Como vimos, no Brasil daquela época, movimentos de contracultura começam a desgastar os alicerces do comportamento social vigente, abrindo espaço para uma rebeldia nos costumes. Com a ditadura militar, houve uma miscigenação entre esses movimentos e os ideais políticos-democráticos e populares. Nesse contexto, surge uma imprensa alternativa ou imprensa nanica⁹, que tinha como fundamento comum a oposição acirrada ao regime militar. De acordo com Lima (2001), nos primeiros quinze anos de ditadura, entre 1964 e 1980, foram criados e deixaram de existir cerca de 150 periódicos circulando na periferia do subsistema editorial.

Como vimos, no Brasil daquela época, movimentos de contracultura começam a desgastar os alicerces do comportamento social vigente, abrindo espaço para uma rebeldia nos costumes. Com a ditadura militar, houve uma miscigenação entre esses movimentos e os ideais políticos-democráticos e populares. Nesse contexto, surge uma imprensa alternativa ou imprensa nanica, que tinha como fundamento comum a oposição acirrada ao regime militar. De acordo com Lima (2001), nos primeiros quinze anos de ditadura, entre 1964 e 1980, foram criados e deixaram de existir cerca de 150 periódicos circulando na periferia do subsistema editorial.

A imprensa alternativa conseguia, de certa forma, burlar a censura; criticava a ditadura militar e escolhia como público-alvo estudantes,

9. Conforme Kucinski (1991), a palavra "nanica" foi inspirada no formato tabloide adotado pela maioria dos jornais alternativos e enfatizava uma pequenez atribuída pelo sistema a partir de sua escala de valores e não dos valores intrínsecos à imprensa alternativa. Já o radical "alternativa" contém quatro dos significados essenciais dessa imprensa: o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos sessenta e setenta de protagonizar as transformações sociais que pregavam.





intelectuais e jovens de modo geral, informando-os sobre as mudanças políticas e culturais que aconteciam no Brasil e no mundo. Contudo, como no caso da grande imprensa, as referências à homossexualidade eram esparsas e pouco regulares (exceto se as publicações eram voltadas especificamente ao público homossexual).

Conforme Lima (2001) surgiram jornais alternativos de caráter pedagógico e dogmático, que eram predominantemente políticos e baseados, principalmente, nos ideais de valorização nacional e popular dos anos cinquenta e no marxismo difundido nos meios estudantis dos anos sessenta. Porém, jornalistas que rejeitavam a primazia do discurso ideológico-militar criaram novos jornais, os quais estavam mais voltados, segundo Kucinski (1991), à crítica dos costumes e à ruptura cultural, com raízes nos movimentos de contracultura norte-americanos. Esses periódicos investiam contra o autoritarismo na esfera dos costumes e no alegado moralismo da classe média. Como exemplo, podemos citar *O Pasquim*, que ao lado de suas raízes nacionais populares, instituiu o culto da cultura underground norte-americana, e ainda detonou um movimento próprio de contracultura, transformando as linguagens do jornalismo e da publicidade, a até a linguagem coloquial. Conforme Kucinski (1991), *O Pasquim* mudou hábitos e valores, empolgando jovens e adolescentes nos anos setenta, em especial nas cidades interioranas que haviam florescido durante o milagre econômico, fechadas dentro de uma moral provinciana.

Porém, segundo Kucinski (1991), apesar desses jornais alternativos possuírem origens mais existencialistas do que marxistas, não significa que não atuassem no plano político; ao contrário, também faziam oposição ao regime vigente, muitas vezes até mais visceralmente. Destacava-se, dentro de cada publicação, a figura do líder, jornalista-alma do projeto. Esses protagonistas, muitos deles antigos militantes, apenas haviam adotado o existencialismo como alternativa ao dogmatismo das esquerdas e como forma de se opor à realidade opressiva vigente. Assim:

O que identificava toda a imprensa alternativa era a contingência do combate político-ideológico à ditadura, na tradição de lutas por mudanças estruturais e de crítica ortodoxa a um capitalismo periférico e ao imperialismo, dos quais a ditadura era vista como uma representação (Kucinski, 1991, p. xvi, grifo do autor).



Na origem de cada projeto alternativo havia, quase que invariavelmente, um episódio de fechamento de espaços na grande imprensa, que empurrava um grupo de jornalistas em direção a uma alternativa. Conforme Kucinski (1991), do universo de cerca de 150 jornais, um em cada dois não chegava a completar um ano de existência, e vários ficaram apenas nos primeiros dois ou três números. Podemos citar, além de *O Pasquim*, *Opinião*, *Pif-Paf*, *Versus*, *Resistência*, *Coojornal*, *Opinião*, *Bondinho*, *Movimento*, *Amanhã*, *Informação*, *Repórter*, *Batente*, entre outros.

A imprensa “homossexual” brasileira

Antes de falar do LAMPIÃO da Esquina, precisamos tecer alguns comentários sobre seus antecessores¹⁰.

Editado a partir de 1963 por Agildo Guimarães (sob o pseudônimo de Gilka Dantas), *O Snob* pode ser considerado uma das primeiras publicações para homossexuais masculinos no Brasil. Pode-se dizer que o jornal teve vida longa, com 99 números regulares e uma edição “retrospectiva”. O periódico era distribuído na Cinelândia e em Copacabana, gratuitamente ou mediante alguma contribuição. Circulou de julho de 1963 a junho de 1969, ano em que o endurecimento do

10. Os dados que apresentamos a seguir sobre a imprensa homossexual brasileira foram compilados do artigo publicado por Lima (2001), dos livros de MacRae (1990), Trevisan (2000), Green (2000), Green & Polito (2006), além do próprio jornal *LAMPIÃO da Esquina*.



regime militar levou à sua extinção. Inicialmente modesto, com poucas páginas, mimeografado e com desenhos de modelos femininos, o jornal foi se sofisticando, chegando a atingir de 30 a 40 páginas, divulgando ilustrações mais elaboradas, colunas de fofocas, concursos de contos e entrevistas com os travestis mais famosos do período. Conforme Green & Polito (2006), se nos primeiros números as matérias eram mais leves, brincadeiras entre gays, aos poucos o jornal foi se politizando e passou a discutir problemas relativos à realidade brasileira, mas, principalmente, abordou questões referentes à homossexualidade masculina no Brasil em seus aspectos internos e em suas interações com a sociedade mais ampla. Seu surgimento motivou a publicação de cerca de outros 30 jornais semelhantes pelo Brasil afora, inclusive o próprio *LAMPIÃO da Esquina*.

Lima (2001) cita que entre os anos sessenta e início dos setenta circularam no Rio de Janeiro mais de quinze títulos, além de *O Snob*, tais como, *Le Femme*, *Subúrbio à noite*, *Gente Gay*, *Aliança de Ativistas Homossexuais*, *Eros*, *La Saison*, *O Centauro*, *O Vic*, *O Grupo*, *Darling*, *Gay Press Magazine*, *20 de Abril*, *O Centro* e *O Galo*. Em Niterói, surgem *Os Felinos*, *Opinião*, *O Mito* e *Le Sophistique*. Ainda de acordo com Lima (2001), fora do Rio de Janeiro, o mais ativo jornalista homossexual foi o baiano Waldeilton di Paula, que editou, entre outros: *Fatos e Fofocas* (1963), publicação quinzenal, de exemplar único que circulava de mão em mão até voltar ao ponto de origem e que durou até 1967; *Zéfiro* (1967), datilografado; *Baby* (1968), também datilografado, com 50 exemplares reproduzidos por cópias xerox; *Little Darling* (1970), com tiragem de cem exemplares e que se diferenciava dos demais por apresentar, além das fofocas da comunidade homossexual baiana, crítica de cinema e teatro, e acontecimentos homossexuais fora da Bahia, passando a se chamar *Ello*, a partir de 1978. Nesse mesmo período, outro jornalista, Frederico Jorge Dantas, tentava impor um novo conceito à imprensa homossexual, editando e distribuindo informalmente os cadernos *Eros* (com 150 exemplares), e *Entender*.

Entre 1962 e 1964, chegou a existir uma Associação Brasileira de Imprensa Gay, dirigida por Agildo Guimarães e Anuar Farah, no Rio de Janeiro, a qual foi fechada pelo regime militar.

Conforme Lima (2001), em 1976, começa a ser publicada, diariamente, a *Coluna do Meio*, do jornalista Celso Curi no jornal *Última Hora*, de São Paulo. Nessa coluna, de cunho informativo, social e cômico, Curi brincava com personagens de criação própria, contava piadas, noticiava acontecimentos sociais e publicava um *Correio Elegante*, dirigido aos homossexuais. Em torno de quarenta cartas chegavam à redação diariamente, de todas as partes do país, onde os leitores enviavam opiniões gerais, às vezes agradeciam pelo espaço conquistado. Porém, outras cartas traziam ameaças ou partiam para a agressão direta. A coluna acabou recuando no progresso alcançado, tendo em vista a pressão de anunciantes, leitores e, ainda, um processo penal que o jornalista teve de enfrentar por atentado ao pudor. Durou até novembro do ano seguinte, quando foi extinta pela própria direção do jornal.

De acordo com Lima (2001), o jornal *Beijo* (de 1977 e com apenas seis edições) teria sido o primeiro jornal como o tema principal voltado para a homossexualidade, lançando o primeiro grande ataque contra o preconceito com que esse assunto era tratado, principalmente na mídia; também privilegiava a temática do prazer, a qual não foi bem recebida pelos outros alternativos.

É, portanto, dentro desse contexto, que surge no Brasil, aquele que podemos considerar como o primeiro veículo de comunicação de massa voltado diretamente para a discussão franca e aberta da homossexualidade e que procurou abranger também a defesa dos direitos das minorias (negros, índios, mulheres): o jornal *LÂMPIÃO da Esquina*.

O lâmpião se acende ... e a luz se espalha





Conforme Trevisan (2002), o encontro de jornalistas, intelectuais e artistas na casa do pintor Darcy Penteado em São Paulo, foi o momento de fomentação do novo jornal, que antes mesmo de seu surgimento, já tinha virado notícia. A revista *Isto é* de 28 de dezembro de 1977, apresentou uma reportagem de capa com o título *O poder homossexual*, onde encontramos uma entrevista com Aguinaldo Silva, um dos futuros editores do *LAMPIÃO*.

Quanto ao jornal que estamos fazendo, queria dar algumas informações a respeito: ele vai ser nacional – tablóide, 32 páginas, 10 mil exemplares – e provavelmente vai comprar, no primeiro número a briga do Celso Cury (“Coluna do Meio”), a briga de Leda Flora (aquela que denunciou no Congresso a discriminação sexual) e a briga dos negros brasileiros que as multinacionais do disco-dance querem transformar em blackie brothers.

Como vocês vêem, nossa ambição tem limites: tanto que pretendemos mandar o Antônio Chrysóstomo cobrir a convenção da Arena e apresentar, depois, nossa versão dos fatos. O nome do jornal? Há uma lista imensa, mas o que me agrada é Lampião: primeiro porque subverte, de saída, a coisa machista (um jornal de bicha com nome de cangaceiro?); segundo, pela idéia de luz, caminho, etc.; e terceiro, pelo fato de ter sido Lampião um personagem até hoje não suficientemente explicado (olha aí outro que não saiu das sombras) (ano 2, n. 53, p. 14, 28 dez. 1977)¹¹.

A edição experimental saiu em abril de 1978 e foi enviada a um número restrito de pessoas (cerca de cinco mil), conforme o próprio jornal, “sem distinção de credo, raça ou preferência sexual”. Das reportagens anunciadas por Aguinaldo Silva, apenas aquela sobre Celso Cury foi publicada em seu número de lançamento.

O nome inicial acabou sendo *LAMPIÃO*, e fazia referência à figura do rei do cangaço no Brasil, porém teve que ser registrado como *LAMPIÃO da Esquina*, pois já existia o nome *LAMPIÃO* patentea-

11. Nas transcrições dos trechos do jornal *LAMPIÃO da Esquina* foi mantida a ortografia vigente na época, conforme a publicação original.

do. Assim, a denominação *LAMPIÃO da Esquina* referia-se também à vida gay de rua, além de estar associada à editora do jornal que se chamava *Esquina*. O lançamento do jornal contou com um coquetel na Livraria Cultura de São Paulo e outros eventos em restaurantes e casas noturnas paulistanas.

Com edição mensal e tiragem média de 20 mil exemplares, circularam 37 números (mais a edição experimental), até junho de 1981. É possível afirmar, através da seção de cartas denominada *Cartas na Mesa*, que o mesmo exemplar do jornal era lido por mais de uma pessoa, o que aumenta a sua abrangência. Em sua curta existência, o periódico sofreu a perseguição do Estado brasileiro, que desde 1978 vinha investigando suas ações. O jornal foi acusado de ofender “a moral e os bons costumes” e sofreu um inquérito policial que acabou indiciando e qualificando os responsáveis pelo jornal, após prestarem depoimento¹². Houve uma ampla mobilização de intelectuais, de artistas e da ABI (Associação Brasileira de Imprensa) e o inquérito foi arquivado em novembro de 1979, após 12 meses de investigações. A edição número 18, de novembro de 1979, publica na íntegra, o pedido de arquivamento do inquérito feito pelo Procurador da República, Dr. Sérgio Ribeiro da Costa. Abaixo, um trecho do mesmo.

[...] Em conclusão, devemos, para considerar típica a ação dos indiciados, analisar o conceito de moral pública e bons costumes de que trata a lei.

Filosoficamente moral e bons costumes se confundem, porque a moral é a parte da filosofia que trata dos costumes ou dos deveres do homem. Já a moral pública tem um conceito absoluto, vale dizer, é a conclusão moral que o público tira de uma determinada conduta.

Simplificando, há fatos que pelo seu conteúdo ofendem a moral de todos e outros que ofendem a moral de alguns. A Lei visa, tão-somente, punir os fatos que ofendem a moral de todos – a moral absoluta – e não a moral de alguns – a moral relativa.

12. Inquérito policial movido pelo DPF identificado pelo código IPL 25/7-DOPS (Cfe. *LAMPIÃO da Esquina*, ano 2, n. 15, p.5, ago. 1979).





No caso em exame, a publicação inquinada de ofensiva à moral pública pode ofender a moral de alguém, mas não de todos. Portanto, é relativo e não absoluto o conceito de moral daquele que condena essas publicações. Com efeito, as matérias publicadas no referido jornal referem-se a teses homossexuais, poesias ligadas a temas homossexuais, notícias ligadas ao mundo da homossexualidade, porém, todas elas escritas num vocabulário que não atenta à moral pública (ano 2, n. 18, p. 2, nov. 1979).

Foi, portanto, diante do constrangimento e preconceito que um grupo de jornalistas percebeu a ocasião certa para fazer valer seus ideais democráticos, num período em que a discussão a respeito da sexualidade passou a fazer parte do panorama cultural e político, onde sopravam os novos ares da redemocratização e chegava ao fim a censura prévia. Essa época de rupturas influenciou o nascimento de uma imprensa altamente especializada, segmentada e de caráter militante, a qual foi plenamente representada pelo jornal *LAMPIÃO da Esquina*.

Reproduzimos, na íntegra, o editorial publicado em abril de 1978 na segunda página do número zero do jornal, intitulado “Saindo do Gueto”, e assinado pelo conselho editorial:

Brasil, março de 1978. Ventos favoráveis sopram no rumo de uma certa liberalização do quadro nacional: em ano eleitoral, a imprensa noticia promessas de um Executivo menos rígido, fala-se da criação de novos partidos, de anistia; uma investigação das alternativas propostas faz até que se fareje uma “abertura” do discurso brasileiro. Mas um jornal homossexual, para quê?

A resposta mais fácil é aquela que nos mostrará empunhando uma bandeira exótica ou “compreensível”, cavando mais fundo as muralhas do gueto, endossando – ao “assumir” – a posição isolada que a Grande Consciência Homossexual reservou aos que não rezam pela sua cartilha, e que convém à sua perpetuação e ao seu funcionamento. Nossa resposta, no entanto, é esta: é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara sua preferência homossexual como uma espécie de maldição, que é dado aos ademanes e que sempre esbarra, em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, neste fator capital: seu sexo não é aquele que

ele desejaria ter.

Para acabar com essa imagem-padrão, *O Lampião* não pretende soluçar a opressão nossa de cada dia, nem pressionar válvulas de escape. Apenas lembrará que uma parte estatisticamente definível da população brasileira, por carregar nas costas o estigma da não-reprodutividade numa sociedade petrificada na mitologia hebraico-cristã, deve ser caracterizada como uma minoria oprimida. E uma minoria, é elementar nos dias de hoje, precisa de voz.

A essa minoria não interessam posições como as dos que, aderindo ao sistema – do qual se tornam apenas “bobos da corte” –, declaram-se, por ledor engano, livres de toda discriminação e com acesso a amplas oportunidades; o que *O Lampião* reivindica em nome dessa minoria é não apenas se assumir e ser aceito – o que nós queremos é resgatar essa condição que todas as sociedades construídas em bases machistas lhes negou: o fato de que os homossexuais são seres humanos e que, portanto, têm todo o direito de lutar por sua plena realização enquanto tal.

Para isso, estaremos mensalmente em todas as bancas do País, falando da atualidade e procurando esclarecer sobre a experiência homossexual em todos os campos da sociedade e da criatividade humana. Nós pretendemos, também, ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados – dos negros, índios, mulheres, às minorias étnicas do Curdistão: abaixo os guetos e o sistema (disfarçado) de parias.

Falando da discriminação, do medo, dos interditos ou do silêncio, vamos soltar a fala da sexualidade no que ela tem de positivo e criador, tentar apontá-la para questões que desembocam todas nesta realidade

muito concreta: a vida de (possivelmente) milhões de pessoas.

Mostrando que o homossexual recusa para si e para as demais minorias a pecha de casta, acima ou abaixo das camadas sociais; que ele não quer viver em guetos, nem erguer bandeiras que o estigmatizem; que ele não é um eleito nem um maldito; e que sua preferência sexual deve ser vista dentro do contexto psicossocial de uma humanidade como um dos muitos traços que um caráter pode ter, *O Lampião* deixa bem claro o que vai orientar a sua luta: nós nos empenharemos em desmoralizar esse conceito que alguns nos querem impor – que a nossa preferência sexual possa interferir negativamente em nossa atuação dentro do mundo em que vivemos (ano 1, n. 0, p.2, abr. 1978, grifos no original).

O jornal era publicado em tamanho tabloide e impresso em preto e branco, embora algumas de suas capas fossem coloridas. Suas reportagens variavam sobre diversos assuntos (meio ambiente, violên-





cia urbana, por exemplo), e procuravam englobar todas as minorias (homossexuais, mulheres, negros e índios). Também eram publicadas entrevistas com personalidades, independente da sua sexualidade. O periódico publicava também contos e críticas literárias, de teatro e cinema. A seção *Cartas na Mesa* talvez tenha sido o grande destaque do jornal, tornando-se um espaço de discussão, de afirmação e visibilidade para a comunidade. Seguidamente, eram publicadas notas atacando veementemente a homofobia e protestando contra atos preconceituosos praticados contra os homossexuais.

A circulação do jornal se deu numa época em que a homossexualidade começou a ser assumida e aceita no Rio de Janeiro e em outras grandes capitais do Brasil. Assim como os jornais femininos que surgiram na época, seus jornalistas foram se constituindo num grupo ativista específico, embora sem um consenso entre eles. O período coincide também com certa explosão pornográfica no país, em decorrência da distensão política, do fim da censura formal, e motivada por uma demanda reprimida por pornografia.

No segundo ano de existência o jornal já apresentava sinais de esgotamento. Seus aspectos homossexuais afugentavam os segmentos heterossexuais. As questões da militância política também refletiam divergências entre o conselho editorial e o movimento homossexual organizado. Conforme MacRae (1990), estes problemas acabaram ocasionando um racha dentro da redação, dividindo os editores, e o jornal passou a ficar cada vez mais a cargo de Aguinaldo Silva e Francisco Bittencourt. Além disso, a inflação, a falta de anunciantes, a recusa das grandes distribuidoras em trabalhar com o periódico, fizeram com que o mesmo perdesse espaço para outras publicações de cunho mais erótico ou pornográfico. Embora, no início, resistente a qualquer apelo pornográfico ou simplesmente mais erótico, nos números finais, o jornal começou a publicar fotos eróticas de rapazes. Conforme Kucinski (1991), o *LAMPIÃO da Esquina* “começou elegante e terminou pornográfico”. Com essa mudança de enfoque, o periódico perdeu a

credibilidade junto ao seu público. Por todos esses motivos, o jornal acabou sucumbindo e publicou sua última edição em julho de 1981.

Muito embora a proposta de aglutinar as minorias em torno de um objetivo comum não tenha alcançado o resultado esperado, não podemos simplesmente dizer que o jornal fracassou ao dar voz a esses grupos discriminados. Enxergamos este veículo de comunicação como um porta-voz das minorias, o qual contribuiu à sua maneira para as diversas lutas das mesmas, e principalmente, para sua visibilidade e maior aceitação na sociedade. O espaço dado jornal a esses grupos teve uma importância significativa na divulgação de suas propostas específicas, e contribuiu para uma maior organização de seus movimentos.

O fato de o jornal não estar ligado abertamente a nenhum grupo ou partido político e não pertencer a nenhuma instituição oficial, não impediu que o seu discurso fosse político, no sentido de permitir que as pessoas assumissem suas identidades; admitissem e conhecessem o próprio corpo e o prazer que ele pode proporcionar. Essa condição, aparentemente de conotação sexual, passa pela liberdade de escolha como princípio de vida em sociedade.

Acreditamos que a luz do *LÂMPIÃO da Esquina* brilhou muito e continua acesa até hoje. Ao divulgar, em quase todos os cantos do país, ideias e opiniões que fizeram com que pessoas se reconhecessem e, de alguma forma, se organizassem para lutar pelos seus direitos, tornou a publicação fundamental e uma referência para os estudos sobre a sexualidade, e principalmente, sobre a homossexualidade, no Brasil. Não restam dúvidas a respeito da importância do jornal para a época e, no nosso entender, seu valor permanece, quando o assunto é “sair do armário”, ou seja, assumir a homossexualidade.





Referências

- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 10. ed. São Paulo: EDUSP, 2002.
- FRY, Peter. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- FRY, Peter; MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GREEN, James Naylor. *Além do carnaval*. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- GREEN, James Naylor; POLITO, Ronald. *Frescos trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.
- KUCINSKI, Bernardo. *Abertura, a história de uma crise*. São Paulo: Brasil Debates, 1982.
- _____. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Página Aberta/Scritta Editorial, 1991.
- LAMPIÃO da Esquina, Rio de Janeiro: Lampião, editora de livros revistas e jornais; 1978-1981.
- LIMA, Marcus Antônio Assis. Breve histórico da imprensa homossexual no Brasil. *Biblioteca Online de Ciências da Informação*, 2001. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/lima-marcus-assis-IMPRENSA-HOMOSSEXUAL-BRASIL.pdf>>. Acesso em: 30/03/2014.
- MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e*

política no Brasil da “abertura”. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

O PODER homossexual. *Isto é*, São Paulo: Encontro Editorial Ltda, ano 2, n. 53, p.14, 28 dez. 1977.



REPORTAGEM (sobre os grupos homossexuais). *LAMPIÃO da Esquina*, Rio de Janeiro: Lampião, editora de livros revistas e jornais, ano 2, n. 16, p. 7-9, set. 1979.

SAINDO do Gueto. *LAMPIÃO da Esquina*, Rio de Janeiro: Lampião, editora de livros revistas e jornais, ano 1, n. 0, p. 2, abr. 1978.

SILVA, Aguinaldo. Pra que tanto medo? *LAMPIÃO da Esquina*, Rio de Janeiro: Lampião, editora de livros revistas e jornais, ano 2, n. 15, p. 5, ago. 1979.

SOMOS todos inocentes. *LAMPIÃO da Esquina*, Rio de Janeiro: Lampião, editora de livros revistas e jornais, ano 2, n. 18, p. 2, nov. 1979.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso*: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.



“Por detrás do muro”

Igor Rodrigues¹

Diovana Paula²

Samuel Marcenes³

João Daniel⁴

Palavras-chave: segregação sócio-espacial, divisão urbana, sociologia urbana.

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar o fenômeno social da segregação espacial a partir de sua dimensão simbólica. O “muro” – aqui é tomado no metafórico sentido de divisão – remonta a dramaturgia da ordem social, reproduzindo física, analítica e ideologicamente as desigualdades estruturais, principalmente diante das tensões de classe.

1. Mestrando, bolsista Capes- DS pelo Programa de Pós- graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), advogado pelo Instituto Vianna Júnior, no momento de envio do artigo (agosto/2013). E-mail: ir.rodriguesvj@yahoo.com.br

2. Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Educação pela UFJF, cientista social pela UFJF, no momento de envio do artigo.

3. Mestrando, bolsista Capes- DS pelo Programa de Pós- graduação em Ciências Sociais pela UFJF, cientista social pela UFJF, no momento de envio do artigo.

4. Cientista social pela UFJF, no momento de envio do artigo.

Introdução

"Esse é tempo de partido,
tempo de homens partidos (...)"

Carlos Drummond de Andrade

"O que está por detrás do muro?" essa é a pergunta mote que norteia este trabalho; ela deve ser entendida como uma busca pelo significado do simbólico do muro, perceber que a divisão espacial se trata, antes de tudo, de uma reprodução física das desigualdades estruturais. Neste sentido, o objetivo principal é discutir o espaço, mas não como uma categoria analítica que explica a própria segregação espacial, ou seja, o espaço não justifica o espaço: "Quem define o valor da terra?" "Quem define onde é lugar de rico e lugar de pobre?" "Por que há essa divisão?" "O que justifica lugares tão próximos serem dois mundos tão distantes?"

A relevância deste trabalho está na desconstrução da naturalização do espaço, isto é, como se a divisão entre uma classe e outra fosse normal, mas que isso, entender como classe é um pressuposto básico de separação. Reportando as construções cotidianas para sugerir como há uma espécie de *apartheid* geográfico social no Brasil, montado sobre a variável classe. O que queremos colocar em discussão é a respeito da condução por uma nova ordem sócio espacial que traz uma estrutura de organização espacial visivelmente fragmentada; a cidade não é uma unidade, há uma parcela desejável e outra intolerável. Busca-se desconstruir abordagens que vem relacionando a segregação espacial a seu aspecto material, isto é, como se o que garantisse esta ruptura espacial fosse uma questão meramente física e outros que tratem do problema como algo natural, como se uma construção do espaço baseada em classes sociais fosse algo dado ou inerente à própria organização social.





Sinapses urbanas

O contexto do surgimento das cidades, seja no período do século XVIII no continente Europeu ou no século XX de modo mais intenso no restante do mundo, trouxe a tona um novo modo de organização espacial dos indivíduos, de relações sociais e arranjos políticos. Weber é um dos principais autores que procurou compreender de que forma as cidades estavam se configurando a partir de uma nova realidade imperativa, pensada a partir da liberdade em relação aos laços da dominação senhorial:

Os cidadãos urbanos usurparam o direito de dissolver os laços da dominação senhorial – e esta foi a grande inovação, de fato, a inovação revolucionária das cidades medievais do Ocidente em face de todas as outras- a quebra do direito senhorial. Nas cidades centro e norte europeias originou-se o conhecido dito: “o ar da cidade liberta”. (WEBER, apud RIBEIRO, p. 43)

Atualmente cidade é marcada por inúmeros conflitos, o maior deles é a luta entre classes. Ribeiro e Junior, em artigo intitulado “Democracia e segregação urbana: reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira” diz que a dinâmica urbana atual não apenas reflete a estrutura social de uma dada sociedade, como também se constitui mecanismos de reprodução das desigualdades ao participar na distribuição da riqueza gerada na sociedade. Adicionalmente, utilizaram também da ideia de “espoliação urbana” (KOWARICK, 1980, passim), onde processos político territoriais e sócio territoriais de distribuição perversa da riqueza se fundamentavam justamente na baixa efetividade da democracia dentro do contexto urbano.

Nos anos 80 e 90 a exclusão social no Brasil se processa atrelada ao crescimento das cidades, do processo migratório, do desemprego estrutural e por um aumento do estado penal para combater o menos estado social, gerando tensões e rupturas na ordem social. Esse modo de viver e de conviver tem configurado o que Simmel chamou de in-

sociável sociabilidade, limitando a interação entre os diferentes grupos sociais (SIMMEL, 2006).

Pastana, por exemplo, coloca como um novo paradigma de segregação espacial as transformações urbanas das duas últimas décadas, provenientes deste estado de alarme social, que geraram novas estratégias de proteção e reação que estabelecem diferenças, impõe divisões, constroem separações e restringem movimentos. A autora, posteriormente vai assinalando como essa questão pode ser percebida dentro do contexto urbano da cidade de São Paulo:

São Paulo reflete a dinâmica presente nesse novo arranjo urbano onde as diferenças não devem ser postas de lado, tomadas como irrelevantes, negligenciadas. Nem devem também ser disfarçadas para sustentar ideologias de igualdade universal ou de pluralismo cultural. Observou-se, ao contrário, que a capital paulista reforça e valoriza a desigualdade e a separação e é, portanto, uma cidade repleta de espaços não democráticos (PASTANA, 2011, p. 1)

A nova fragmentação das grandes cidades brasileiras separa os indivíduos entre incluídos e excluídos socialmente e gera situações adversas, ou seja, a divisões urbanas do espaço são marcadas pelo conflito entre as classes, são não só de separação, mas relações “nervosas”, onde o espaço é ideologicamente construído e reconstruído para reproduzir as dimensões mais capilares da violência simbólica. Há uma produção no plano ideológico do que significa um “lugar seguro” (e este lugar de certo é afastado das classes mais pobres), do valor da terra, o lugar de rico e o lugar de pobre – que não devem e não podem ocupar o mesmo lugar. Ribeiro e Junior também versaram desse tema:

(...) dimensão imaterial da segregação urbana, relacionada com empoderamento ou des-empoderamento dos grupos e classes sociais em razão da sua localização no espaço urbano. Por outras palavras, a estrutura urbana também releva e reproduz as desigualdades no que concerne a distribuição do poder social na sociedade. (RIBEIRO, SANTOS JUNIOR, 2003, p. 6)





A segregação não é só uma questão de separação do espaço, mas também uma tentativa de isolamento e confinamento social, isto é, de uma classe mais abastar evitar a classe precarizada. Uma notícia divulgada pelo Jornal Valor Econômico, no dia 06 de dezembro de 2012, disse que logo após a ocupação da Rocinha por militares, movimento chamado de “pacificação”, a empreiteira João Fortes lançou um residencial com serviços chamado de “Vintage Way Residence and Service”, num terreno próximo à favela. Com valor geral de vendas de R\$ 180 milhões, foram vendidas 90% das 252 unidades com apartamentos. O metro quadrado custou por volta de R\$ 8,5 mil. Os únicos imóveis que não foram vendidos foram aqueles com todas as vistas para a favela.

Pensar a produção social acerca da segregação do espaço urbano é voltar, antes de tudo, nas distinções sociais que solidificam na mente dos indivíduos uma noção do que o que ocorre é “natural”. Faz parte fundamental do processo de segregação do espaço a legitimação dessa ideologia, tal como sua implicação no valor da terra e a ideia de que esse valor é ligado às próprias características da terra.

Esse fenômeno só é possível devido à construção simbólica que extrapola os limites do físico. O poder simbólico emerge assim como todo o poder que logra sucesso ao impor significados legitimamente aceitos, é o poder de construção da realidade social. Dessa forma, constituem o instrumento de excelência na dominação social. A culpa da criminalidade, os criminosos, a violência, por exemplo, são problemas impostos aos moradores do “lado excluído”, “lado pobre” ou até “lado perigoso”, já que os excluídos socialmente formam as classes perigosas da pré-modernidade e os desviantes da modernidade, como ressaltou Becker (1956), Goffman (1958) Young (2002), Violante (1985) e Oliven (1982).

Tensões nervosas

A separação visa, num primeiro momento, deixar os indesejáveis de “fora”, como num condomínio fechado, fortalezas e muralhas erguidas evidenciam este fato. Entretanto isso não diz muito, na verdade quase nada, o mais importante é entender quem são os indesejáveis, por que são e como se tornam⁵.

No Brasil, a pobreza é constantemente associada à criminalidade. O rótulo periculosidade assume segmentos marginalizados. Associa-se ao desemprego, a desigualdade, a pobreza, a pessoas com situação de vulnerabilidade social. O rótulo criminoso/perigoso não depende de prática de crime, ele é uma responsabilidade imposta a um segmento da população⁶. “Na história brasileira a criminalização da cultura popular sempre esteve presente como uma das principais formas de criminalização dos pobres.” (JUSTIÇA GLOBAL et. al., 2009: p.22) – criminalização do funk, do rapper, do grafite, do mendigo, são exemplos disso.

Entende-se por “marginalidade” a inserção destes indivíduos na mistificadora “divisão social do trabalho” (VIOLANTE, 1981: p.185). Marginal é a forma como a ralé (SOUZA, 2011), parte integrante do sistema, reproduz suas condições materiais, culturais e sociais de sobrevivência (*idem*).

Rubem Oliven conclui em um estudo intitulado “Violência e cultura no Brasil”, publicado em 1982, que quando os meios de comunicação de massa e alguns políticos falam em “violência urbana” estão se referindo quase que exclusivamente à delinquência de classe baixa,

5. Em *Outsiders*, Howard Becker, chamou atenção para o fato de que o desviante, o indesejável, o criminoso, são categorias sociais flexíveis definidas a partir de um processo de etiquetamento ou rotulação.

6. Cf. RODRIGUES, Igor. *A dinâmica de forças do crime*. Juiz de Fora: Instituto Vianna Júnior, 2012.





minimizando o arbítrio policial e omitindo que, na realidade, são os acidentes de trabalho, a desnutrição e a nossa miséria que vitimam um número muito maior de habitantes de nossas cidades – retratando a violência simbólica e física sofrida pelas populações mais pobres.

Neste ínterim, é possível compreender o porquê, no espaço dividido, os indivíduos constroem suas próprias barreiras ou defesas em nome da proteção e afastamento de “criminosos e dos despossuídos”. Layne Amaral observou que nas metrópoles, a origem do crime está frequentemente associada às periferias e os criminosos são vistos como pessoas que vêm desses espaços marginais, que supostamente lhe dão origem (2010, p.35) – a favela, por exemplo, torna-se não só um lugar perigoso, mas o “lugar de onde o crime vem”:

Com a construção da associação entre tráfico e crime, favela e tráfico, e com a dissociação entre tráfico e comércio ilícito, o nexos que está sendo proposto aos moradores da cidade é entre a favela e toda sorte de violência que acontece no Rio de Janeiro. (AMARAL, 2010, p. 36).

Esse é o imaginário sobre as cidades que legitima a adoção de medidas de segurança privada, através de colocação de cercas, muros, contratação de guardas particulares e a construção de “enclaves fortificados”. Em um estudo sobre o crime na cidade de São Paulo, Teresa Caldeira observou que:

o principal instrumento desse novo padrão de segregação espacial é o que eu chamo de ‘enclaves fortificados’. Trata-se de espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. A sua principal justificação é o medo do crime violento. (CALDEIRA, 2000, p. 211).

Segundo Amaral (2010, p.39), tais enclaves são lugares extremamente semelhantes em sua organização do espaço. Shoppings, escolas, hospitais, escritórios e condomínios de luxo possuem várias características em comum. São espaços públicos, isolados por muros e grades, com detalhes arquitetônicos e extrema organização. Suas



entradas e saídas são protegidas por guardas, que não só cuidam da segurança de quem está dentro, mas também controlam o acesso de quem vem de fora. Crachás, câmeras de vigilância, interfones e portões são instrumentos cada vez mais comuns nos portais de acesso a esses novos espaços.

“Do lado de fora” dessas fortalezas e barreiras construídas, encontra-se a maioria dos indivíduos, marginalizados e isolados espacialmente, que sem opção, são rotulados como criminosos, perigosos, convivem com o crime/criminalidade, com o poder não oficial (as milícias) e seu sofrimento não interessa, pois “já estão acostumados com o crime” (VAZ *apud* AMARAL, 2010, p. 37).

Neste cenário excludente, fragmentado e segregado, com uma “privação relativa” de acesso aos bens e serviços e uma tensão social, os segmentos marginalizados precisam ser controlados e disciplinados, sobretudo pelo uso do poder e da violência simbólica – que equivale à força física – justificando-se pelo discurso de penalizar e afastar os desviantes, inimigos, “homens de mau” dos “homens de bem”. Os indivíduos de comportamento distinto ao do que se maniqueísticamente convencionou chamar de ‘normalidade’ ou ‘padrão’ devem ser afastados do convívio social, mesmo que seja em “macro prisões urbanas”, devem sofrer estigmas, rótulos, restrições aos bens e fins culturais e até a liberdade (como destacamos anteriormente).

De acordo com Bauman (1999), a sociedade punitiva tem a marca da intolerância face à diferença. Por isso é necessário isolar e banir. A preocupação com a “lei e ordem” segrega e exclui os considerados “fora da lei”, ainda que essa consideração seja em relação a uma identidade social, e não aquele que viola a lei (é o que Howard Becker e Erving Goffman concluíram nos estudos em Chicago, respectivamente *Outsiders* e *Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*). A divisão do espaço transparece a separação entre ricos e pobres, elite e povo, incluídos e excluídos... Os que têm trânsito livre e aqueles que estão isolados em guetos. Aliás, os guetos caminham



junto à criminalização da pobreza, são eles e as prisões que mantêm os indesejáveis fora, uma espécie de castração, de imobilização e isolamento social, não só pelo isolamento físico, mas simbólico criado.

Henri Lefèvre trouxe importantes contribuições para essa discussão. Para ele, a segregação espacial é uma forma extrema de diferenciação, que tem por objetivo quebrar a totalidade e espedaçar o urbano, impedindo a comunicação entre as diferenças (LEFÈVRE, 1968).

As instituições públicas e privadas, inclusive as de controle, passam a agir de acordo com essa distinção: “será que a forma de abordagem policial em um baile funk na Rocinha seria o mesmo em uma boate na Gávea?”. Ruben Oliven diz que, em verdade, a violência e a tortura com que a polícia tem tradicionalmente tratado as classes populares, longe de se constituírem numa “distorção” devido ao “despreparo” do aparelho do aparelho de repressão, “tem uma função eminentemente política” – no sentido de contribuir para preservar a hegemonia das classes dominantes e assegurar a participação ilusória das classes médias nos ganhos da organização política baseada nessa repressão. (OLIVEN, 1982, p 14).

Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, o poder público, meses antes dos jogos Pan Americanos, instalou uma espécie de tapume que impedia a visão para várias favelas da cidade, uma delas o chamado Complexo do Alemão. Esse tapume, que virou alvo de muitas charges é muito mais do que uma divisão ou mureta, é a tentativa de legitimação de do domínio da cidade pelas classes mais abastardas e de exclusão e marginalização da pobreza, do subúrbio, de jogar para de baixo do tapete o fenómeno social urbano das favelas.

Conclusão

A cidade não respira ares de liberdade – se é que um dia respirou. O cenário urbano atualmente é um constante processo de sufocamento e tensões nervosas, principalmente nas sinapses que contém uma



proximidade física e uma distância econômica, cultural e social.

São cada vez mais visíveis as tentativas de impor limites e restrições à convivência, ao diálogo entre classes, ao movimento dentro da cidade. Assim, assistimos hoje a uma situação de valorização do isolamento, da naturalização do confinamento a medida em que se proliferam e institucionalizam ilhas urbanas, também no contexto dos próprios espaços públicos.

A cidade demonstra ser, notadamente, o local de predominância da diferença, em suas muitas nuances manifestada sobre o fenômeno da segregação espacial. Além de refletir as condições objetivas da produção desigual do espaço urbano, tentou-se aqui, de forma reflexiva, desvelar o maior dos muros e peça chave na sua compreensão.

A divisão extrapola a esfera do concreto, sedimentando ideológica e simbolicamente os pressupostos essenciais para a manutenção de toda e qualquer forma de dominação e de desigualdade, sobretudo a de classes. O muro é ideológico; o muro é simbólico; o muro é mecanismo de distinção social; o muro cria e reproduz estigmas, impondo rótulos ao sujeito (perigoso, criminoso, bandido, vagabundo); o muro agrava a violência; o muro é, sobretudo, parte de um processo segregacionista para a exclusão dos indesejáveis.

Referências

AMARAL, Layne. O Imaginário do Medo: violência urbana e segregação espacial na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: *Revista Contemporânea* – UERJ, 2010.

BARCELLOS, Tanya M. de; e MAMMARELLA, Rosetta. *O Significado dos Condomínios Fechados no Processo de Segregação Espacial nas Metrópoles*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2007

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de



Anthropos, Paris, 1968.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1983.

_____. *A ideologia alemã*. Feuerbach – a contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista. Trad. Frank Müller. São Paulo: Martin Claret, 2005.

OLIVEN, Ruben George. *Violência e cultura no Brasil*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

PASTANA, Débora Regina. Medo, controle e segregação espacial: reflexões sobre a configuração urbana da cidade de São Paulo no atual estágio da modernidade. In: *Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais*. Espírito Santo: UFES. 2011.

SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira*: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *Cidade e Cidadania*: Inclusão urbana e justiça social. São Paulo, v. 56, n. 2 abr./jun. 2004.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz, SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. *Democracia e segregação urbana*: reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira. EURE, 2003, vol.29, n.88, pp. 79-95.

VIOLANTE, Maria Lucia. *O dilema do decente malandro*. 4.ed. São Paulo: Cortez 1981.

ZALUAR, Alba. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil” In. SCHWARCZ, L. M.(org.) *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 4 São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BECKER, Howard. *Outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, P. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. In: ORTIZ, Renato Org. *Pierre Bourdieu Sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção*. Crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. *Cidade de Muros*. Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. São Paulo: 34/Edusp. 2000.

FRANÇA, Marlene Helena de Oliveira; DINIZ, Ariosvaldo da Silva. *Sistema penal*. espaço de confinamento e segregação espacial dos excluídos sociais. PERNANBUCO: Programa de Pós-graduação de Sociologia da UFPB, [s.l].

GOFFAMAN, Erving. *Estigma - notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC. 1988.

JUSTIÇA GLOBAL et. al.. *A CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA – Relatório sobre as Causas Econômicas, Sociais e Culturais da Tortura e de Outras Formas de Violência no Brasil*: Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Organização das Nações Unidas, 2009.

KOWARICK, L. (1980). *Espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LEFEBVRE, Henri; *Le droit à la ville*, 1, Société et Urbanisme, Ed.





Violência policial no Estado de Goiás, até quando?

Géssica Barreto Silva¹

Palavras-chave: violência policial, segurança pública, confiabilidade.

Resumo: Pretende-se realizar uma análise sobre a violência exercida por oficiais da Segurança Pública no Estado de Goiás caracterizada por 'violência policial', salientando a discussão quanto às práticas negligentes exercidas por estes agentes que consequentemente, no exercício de suas funções, chegam a ignorar os direitos humanos e o estado de direito dos cidadãos. Para tal foram utilizadas publicações jornalísticas locais (2011-2013) e relatórios de instituições engajadas no combate à violência policial no Estado, além de autores que suscitam e analisam o referido assunto. Objetiva-se instigar discussões sobre tais ações ocorridas no Estado de Goiás, que, consequentemente, propiciam o desenvolvimento do sentimento de insegurança nos cidadãos, e a falta de ações eficazes pelas autoridades locais para inibir estas práticas exercidas por alguns destes agentes.

1. Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás, no momento de envio do artigo, em julho de 2013. E-mail: gessik.bs@gmail.com

Introdução

Conviver em sociedade torna-se praticamente impossível sem a implementação de leis que regem, determinam e estabelecem normas sociais. Tem-se tal necessidade como forma de garantia de direitos sociais, sejam individuais ou coletivos, que vão desde à questões básicas como educação, saúde e moradia à determinações de deveres à todo e qualquer indivíduo, assim como o estabelecimento de normas políticas relacionadas à organização estatal, defensorias e fiscalizações, como as estabelecidas em nossa Constituição Federal de 1988.

Desta forma, assim como destacado por César (1997), sem leis seria impossível a vida social permitindo que o interesse individual sobrepujasse ao coletivo, sendo assim necessária para “paliar a cegueira e a inconstância dos homens, especialmente dos homens de Estado [...]” (p. 29). Assim como há a necessidade de sua aplicação também tem-se a necessidade de estabelecer como esta será imposta e quem/ou qual órgão será responsável por garantir sua implementação. Para tal as Instituições de Segurança Pública possuem como uma de suas funções esta garantia, função que está prescrita na Constituição Federal, mencionada acima, e em seus próprios Códigos de Conduta de 1979.

Para o exercício deste dever tais instituições possuem a legitimidade do uso da força, garantida pelo Estado, fazendo tal uso quando necessária no cumprimento de suas funções, obtendo como prioridade

[...] cumprir o dever que a lei lhes impõe, servindo a comunidade e protegendo **todas**¹ as pessoas contra atos ilegais, [...] [respeitando e protegendo] a dignidade humana [...]. Os funcionários responsáveis pela aplicação da lei devem respeitar a lei e este Código [...] evitar e opor-se com rigor a quaisquer violações da lei e deste Código².

1. Grifo meu.

2. Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei” adotado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1979 através da resolução nº 34/169.





A partir de tal destaque pode-se perceber que as funções destes agentes está para além da garantia da segurança aos cidadãos, estes também estão incumbidos de exercer auxílios à comunidade e trabalhos de conscientização (COSTA, 2004).

Sinalizando quanto a esta questão, a Secretaria de Segurança Pública e Justiça do Estado de Goiás (SSPJ/GO), passou a divulgar pelo site, no Relatório Estatístico de Proatividade, informações quanto as atividades comunitárias dos agentes de segurança que envolvem ‘visita comunitária’, ‘visita a escola’ e ‘visita solidária’. Em 2013 Goiânia obteve respectivamente 10.4581, 14.743, 3.863 registros destas ações. Encontra-se também no site dados estatísticos do número de ocorrências registradas em Goiânia, Entorno de Brasília e Aparecida de Goiânia, além de estabelecer um quadro geral das ocorrências no Estado.

O problema se encontra quando agentes, no exercício de suas funções, deixam de exercer suas atividades em conformidade com o que está prescrito em lei, abalando assim as garantias quanto aos direitos dos cidadãos, a confiabilidade em relação a segurança e a credibilidade na própria instituição.

A questão é que este quadro tornou-se realidade nos centros urbanos, principalmente periféricos, no Estado de Goiás, quando verificados publicações jornalísticas locais que destacam tais acontecimentos.

Estas ações, fora da normalidade e do esperado, tendo em vista que estas devem/deveriam ser regidas pelas normas estabelecidas constitucionalmente, tornam-se um problema patológico em meio a sociedade que deve ser salientado e discutido destacando o quão emergente é a análise sobre tal fato.

Este questionamento constitui-se como tema central da discussão no presente trabalho, para tal recorre-se à publicações jornalísticas locais datadas de 2011 à 2013 e relatórios de instituições engajadas no combate à violência policial no Estado.

Violência Policial (VP) no Estado de Goiás

No Brasil, assim como em muitos outros países da América Latina, há um enorme *gap* entre o que está escrito na lei e a realidade brutal da aplicação da lei (PINHEIRO, 1997, p. 43).

O referido destaque trata-se da disparidade entre dever e prática das funcionalidades e ações dos agentes de segurança no Brasil sendo configuradas como VP como uma herança do controle das “elites contra as não elites” (p. 44), que, apesar de salientada a mais de 10 anos pelo autor, ainda é reproduzida cotidianamente.

Transparecendo melhor esta realidade, o relatório titulado “Insegurança Pública em Goiás: Anacronismo e Caos” (2012), elaborado pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Goiás (CDH), juntamente com o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) demonstram um quadro em que há indícios do envolvimento de Policiais Militares (PM), Civis (PC) e das Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas (ROTAM) do Estado envolvidos em torturas, ameaças, assassinatos, desaparecimentos forçados, abusos de autoridade e afins no período entre 2005 à 2012, salientando a falta de medidas consistentes capazes de inibir/coibir a reprodução de tais crimes no Estado.

Tais discussões também são remetidas em várias reportagens publicadas pelo Jornal O Popular na qual uma delas, mais especificamente em agosto de 2013, salienta o envolvimento de policiais em casos, situações suspeitas e de violações destacando o desaparecimento de 43 indivíduos após abordagens policiais desde 2000 no Estado de Goiás salientando o drama dos familiares dos desaparecidos por não obterem um desfecho satisfatório das investigações.

Um exemplo de prática negligente é o ocorrido em junho de 2010, na qual PM's à procura do acusado de estuprar as irmãs T., de 18 anos, e D. de 17, confundiu um servente de pedreiro com o praticante





do crime, torturando-o antes de levá-lo para ser reconhecido pelas vítimas, este

[...] foi submetido a sete horas de terror [...] momentos depois de ter sido abordado e arrebatado na porta de casa por uma equipe de militares sem farda e que não se identificou. O rapaz [...] foi colocado em um veículo e levado até o Batalhão da PM, em Trindade [³]. Na unidade [...] permaneceu por cerca de sete horas. Neste período, oito militares teriam se revezado e espancado o rapaz. M.[⁴] disse ainda que na sequência foi encapuzado e colocado no porta-malas de outro carro e levado para a margem de um rio, onde foi torturado novamente. O servente foi levado para a Delegacia da Mulher, onde não foi reconhecido por D. a garota que sobreviveu ao crime. O chefe de Assessoria de Comunicação Social da PM informou ao O POPULAR que os acusados de torturar M. devem ser identificados no decorrer das investigações (SILVA apud MNDH, CDH 2012, p. 23).

Após dois anos o inquérito ainda não havia sido concluído nem pela PM nem pela PC. Provavelmente a morosidade na resolução dos casos, como observado pela Comissão Especial de Defesa da Cidadania, esteja diretamente relacionado ao fato de haver a suspeita do envolvimento de policiais, estes processos ou são arquivados, parados ou simplesmente não registra-se o Boletim de Ocorrência (OLIVEIRA, 2013), dificultando a conclusão dos processos.

Devido uma série de publicações realizadas pelo Jornal este sofreu intimidação dos oficiais da ROTAM em março de 2011. Oito veículos das Rondas Ostensivas Táticas Metropolitana passaram em frente a sede da empresa com seus giroflex ligados dando voltas no quarteirão com os agentes olhando fixamente para a sede (MNDH. CDH, 2012, p. 26).

3. Cidade próxima à Goiânia.

4. Servente confundido.

Segundo o relatório elaborado pela Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Goiás e Movimento Nacional de Direitos Humanos (2012) muitos dos oficiais investigados pelo possível envolvimento com ações criminais, ao invés de sofrerem penalizações pelas violações cometidas, recebem tratamento contrário. São premiados e condecorados por seus superiores mesmo no período em que ocorrem as investigações.

Tal fato proporciona um transparecimento de permissividade destas ações pelas autoridades competentes em fiscalizar e combater estas negligências. A impunidade reforça o comportamento arbitrário do policial, dando a impressão de apoio e aceitação de ações que afetam a Constituição e os próprios Códigos de Conduta destes agentes. Vale ressaltar que praticar ações que ferem a Constituição Federal configuram-se como crime, portanto cabe a aplicação de medidas punitivas afim inibir a perpetuação de tais práticas. A partir do momento em que tais preceitos são ignorados nos encontramos em uma situação de descontrole institucional, que inevitavelmente acarreta no desenvolvimento do sentimento de insegurança entre os cidadãos (BROCHADO, 1997).

Apesar do reconhecimento formal dos direitos individuais, como direito à vida, à liberdade individual, dentre outros, serem reconhecidas constitucionalmente a violência ainda se perpetua, (PINHEIRO, 1997), p. 43, sendo esta física ou psicológica, como apontaram as investigações da Operação Resgate⁵ em Goianira em 2013.

Este quadro transmite um aparente descontrole das Instituições de Segurança podendo afetar diretamente a credibilidade que se tem à estes órgãos. O fato dos agentes não estarem cientes ao ponto de identificar como ilegais e desviantes suas ações no momento do ato

5. Operação deflagrada pela Polícia Federal (PF) na qual investigou o envolvimento de oficiais em Grupo de Extermínio denominado Motoqueiro Fantasma em Goianira, cidade próxima a Goiânia, no Estado de Goiás, que atuava a mais de dez anos na região.





ou evitar praticá-los mesmo obtendo este conhecimento, permite o questionamento quanto sua atuação profissional suscitando, inevitavelmente, mudanças emergentes no sistema de segurança pública capazes de inibir comportamentos desviantes dos agentes de segurança, o que permitiria resgatar a confiabilidade e credibilidade dos cidadãos para com estas instituições.

Não se justifica adotar tais posturas em nome do ‘estabelecimento da ordem pública’, na verdade torna-se contraditório tal fato, pois, como salientado na Constituição, a lei é reguladora do funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública afim de “garantir a eficiência de suas atividades”, porém se as práticas dos agentes não são regidas pelas leis não há controle e normatização das ações dos oficiais que as praticam, portanto estamos em situação de vulnerabilidade, sem garantias de um efetivo controle e eficiência no combate a criminalidade e na ordem social.

Não cabe aqui realizar generalização, porém é fato que a postura desviante de alguns oficiais abala a credibilidade da instituição de segurança pública como um todo.

Agentes de segurança pública e suas funções

As instituições possuem papéis fundamentais no convívio social, seja individual ou coletivo, influenciando nas ações e práticas dos indivíduos. Cada uma está incumbida de determinadas funções na produção e reprodução de variados conhecimentos, hábitos, afins, que são coercitivos, seja fisicamente ou simbolicamente, que regem a vida dos sujeitos cotidianamente (STRAUSS, 1999).

As instituições de segurança pública não são diferentes, esta ordem social é imposta coercitivamente através dos métodos utilizados por estes órgãos. Estas são munidas de autoridades legitimadas pelo Estado para o uso da força, armas de fogo e imposições quando estritamente necessário no exercício de suas funções.

Desta forma, como sinalizado anteriormente, os agentes de segurança pública estão incumbidos constitucionalmente de garantir a aplicação das leis à todos os indivíduos, órgãos e situações que exijam tal aplicabilidade afim de garantir o estabelecimento da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio. A sociedade confia a responsabilidade do controle da criminalidade a estes agentes e o combate à violência está intrinsecamente ligada a estas funcionalidades.

Por esta razão percebe-se o quão importante é o aparato policial para a ordem e convívio social, pois em uma sociedade dita democrática tais leis são aplicadas a todos os sujeitos de maneira igualitária independente de gênero, classe social, religião, dentre outros.

Neto (1997), destaca que a dificuldade se encontra a partir desta legitimidade da autoridade dos agentes. Por haver a permissividade do uso da força há a dificuldade em estabelecer oficialmente o abuso de seu poder no exercício de suas funções, e por esta razão a dificuldade em caracterizar oficialmente a violência policial.

Outro fator que também dificulta é a difusão do ‘medo’ no convívio social. Realidade esta bem salientada no trabalho de Souza (2011), na qual esta verificou o sentimento de insegurança de moradores de algumas cidades do Estado devido a criminalidade em alguns regiões concluindo o “altíssimo percentual” com a afirmação “ninguém está seguro em lugar algum”, destacando a preocupação quanto a este ‘sentimento de insegurança’ para que “[...] não destrua as liberdades civis, a possibilidade de convivência no espaço público e até mesmo o sentido de existir no mundo.”, p. 28.

Este fator auxilia na elaboração de um quadro em que o uso abusivo da violência pelos agentes sejam “permissíveis” para uma seletiva camada social, geralmente as que não sofrem esta violência, (PINHEIRO 1998. CARVALHO, 2001), sendo utilizadas como sinônimo de “justiça” para assegurar a preservação da “paz” através da violência, (NETO, 1997).





A questão é que, como estabelecido constitucionalmente, todos os indivíduos, sem exceção, que atuem contrariamente às leis devem sofrer penalidades cabíveis aos crimes cometidos, e os agentes de segurança pública estão incumbidos de aplicar as medidas necessárias para tais fins, porém estamos nos deparando com uma inconformidade da aplicabilidade destas leis. Como demonstrado no presente trabalho, a confiabilidade de que oficiais de segurança pública também são/serão penalizados quando violado/violam as leis está abalada.

Se o combate a criminalidade na própria instituição policial não está assegurada configurando-se na desigualdade quanto a aplicabilidade das leis, como confiar que os direitos individuais e coletivos serão respeitados, tendo em vista que os agentes que atuam/atuarão negligencialmente neste quesito ficam/ficaram impunes (MNDH. CDH, 2012; PINHEIRO, 1997).

O transparecimento de um possível déficit e/ou conivência das instituições responsáveis por fiscalizar, investigar e punir os agentes envolvidos com ações criminais traz como consequência um sentimento de “desproteção absoluta”, (BROCHADO, 1997), a uma parte relativa dos cidadãos, pois estes possuem a

[...] consciência do seu desamparo, não acredita nos órgãos que deveriam resguarda-lo, protegê-lo ou socorrê-lo e os imagina definitivamente incapazes e obsoletos; teme a polícia e reconhece o colapso completo da justiça criminal [...] (BROCHADO, 1997, p. 38).

Em relação a suspeitas de envolvimento dos oficiais com práticas criminais houve em setembro de 2012 e início de 2013 reuniões extraordinárias no Estado com a presença da Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário Nunes, reforçando a necessidade de uma rigorosa apuração das investigações nos casos da possível participação dos agentes suscitando maior empenho das autoridades locais quanto as investigações.

Não se pode negar a importância do aparato policial para garan-

tia da aplicabilidade da lei o que pode assegurar um melhor convívio social, como mencionado no presente trabalho, porém, juntamente a esta questão, necessita-se que esta aplicabilidade seja realizada de forma igualitária, pois como destacado por Edemundo Dias⁶ em entrevista ao Jornal Opção em 2011 “[...] Toda polícia tem de ter a polícia da polícia, porque nossa atividade é muito suscetível a desmandos, principalmente quando o policial sente que não está sendo observado por um órgão”. É emergente o fato da necessidade da mudança quanto os métodos da ação policial quanto ao enfrentamento destas questões, (ZALUAR, 2002), afim de coibir, ao menos inibir práticas negligenciais na ação policial.

Conclusão

A Comissão Especial de Defesa da Cidadania foi criada logo após a deflagração da Operação Sexto Mandamento⁷ em 2011 no intuito de demonstrar que o Estado não está “alheio às ações criminosas cometidas pelas forças policiais” (OLIVEIRA, 2013).

Porém, vale ressaltar, que ainda não foi implantado no Estado um Observatório da Segurança Pública que poderia contribuir para uma melhor gestão e gerenciamento das atividades realizadas pela instituição, tal feito contribuiria para um maior grau de confiabilidade à instituição por permitir melhor acompanhamento das atividades realizadas devido a transparência que consequentemente seria proporcionada, lembrando que no Relatório Estatístico de Proatividade, divulgado pela Secretaria de Segurança Pública por meio de sua página

6. Atual titular da Secretaria de Administração Penitenciária e Justiça do Estado de Goiás, (Sapejus).

7. Operação deflagrada pela Polícia Federal em 2011 para investigar oficiais da PM, PC e ROTAM no envolvimento de crimes como abusos de autoridade, execuções sumárias, agressões, tortura, ocultação de cadáver, roubo, extorsão, desaparecimentos forçados, dentre outros.





via web, os Autos de Resistências não são contabilizados como “Homicídio Doloso”, estes são identificados como “mortes em confronto policial” e seus dados não estão divulgados no referido relatório.

É de extrema importância a existência da confiabilidade nas Instituições de Segurança Pública, pois no combater a criminalidade a instituição policial deve expressar confiança e respeito social, (GUIMARÃES, TORRES e FARIA, 2005), o uso da força física não impõe respeito, pelo contrário instaura o medo na população, e não resolve os problemas sociais decorrentes da falta e déficits de políticas públicas.

A sociedade civil se preocupa quanto as garantias e confiabilidade em relação a segurança no convívio social. A exemplo de tal preocupação foi o I Seminário de Direitos Humanos, Justiça e Federalização das Investigações Criminais, realizado dia 06 de Julho de 2013 na Universidade Federal de Goiás.

Foram discutidos no referido evento não somente a federalização das investigações dos crimes, mas também o fato dos Direitos Humanos e o Estado de Direito muitas vezes não serem respeitados pelos próprios agentes no exercício de suas funções, salientado também a preocupação quanto a confiabilidade ao sistema de segurança pública, devido aos sucessivos episódios que ocorreram já mencionados no presente trabalho, juntamente com relatos de representantes de instituições sobre a vitimização da VP, principalmente de moradores de rua, além de estudantes que presenciaram situações abusivas e ameaçadoras a integridade pelos agentes de segurança.

Cobranças quanto as responsabilidades não exercidas eficazmente por estas instituições e das autoridades locais para com esta situação tecnicamente não deveriam ocorrer, pois é dever destas garantir a fiscalização e as ações necessárias para coibir estas práticas. A forma pela qual deve proceder o exercício destas funções já estão estabelecidos teoricamente, seja pela Constituição ou pelos Códigos de Conduta para os Funcionários Responsáveis Pela Aplicação da Lei, o que pre-

cisa ser feito é o óbvio, respeitar as leis estabelecidas, exigência sobre todos os sujeitos, e visar a aproximação com a sociedade civil no intuito de estabelecer “pontes” de comunicação entre ambas, os agentes de segurança tecnicamente “zelam” pelo bem estar do cidadão, logo, estes devem buscar uma relação amistosa com estes, o respeito ao cidadão, à seus direitos, e a transparência de suas atividades é um dos meios que auxilia para se chegar a estes fins.

Referências

ALMEIDA, Cleomar. *Na mira da investigação*. O Popular. Goiânia, 16 de junho de 2013.

ALMEIDA, Cleomar. MELO, Rosana. *Uma lista que nunca diminui: os nossos Amarildos*. O Popular. Desaparecidos. Goiânia, 11 de agosto de 2013.

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. *Código de conduta para os funcionários responsáveis pela aplicação da lei*. Disponível em: <http://www.mp.ma.gov.br/arquivos/COCOM/arquivos/centros_de_apoio/cao_direitos_humanos/direitos_humanos/trabalho_e_emprego/codConduta.htm>. Acesso dia 27/06/2014.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 28/06/2014.

BROCHADO, João Manuel Simch. *“Socorro ...! Polícia” Opiniões e reflexões sobre a segurança pública*. 2º ed. Brasília: Iniversa, 1997.

CÉSAR, Terezinha Constança M. (trad.). *Os filósofos através dos textos: de Platão a Sartre*. São Paulo: Paulus, 1997.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão. *Entre a Lei e a Ordem: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.





COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE GOIÁS. MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. *Insegurança Pública em Goiás: Anacronismo e Caos*. Agosto 2012. Disponível em: <<http://maurorubem.com.br/phocadownload/relatoriofinal200812.pdf>>. Acesso dia 27/06/2014.

DURKHEIM, ÉMILE. *As Regras do Método Sociológico*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GUIMARÃES, Juliany Gonçalves. TORRES, Ana Raquel Rosas. FARIA, Margareth R. G.V. *Democracia e violência policial: o caso da polícia militar*. Psicologia em estudo, Maringá, v. 10, n. 2. Mai./ago. 2005. p. 263 – 271.

MERGULHÃO, Alfredo. *14 anos de ações sob investigação*. O Popular. Goiânia, 19 de maio de 2013.

NETO, Paulo Mesquita. *Violência Policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle*. Disponível em: <<http://www.comunidade-segura.org/files/violenciapolicialnobrasilabordagensteoricasepraticasdecontrolepaulomesquitaneo.pdf>>. Acesso em 28/05/2014.

OLIVEIRA, Dijaci David. A Cor do Medo: medo da cor. In _____ *A cor do medo*. (Orgs) OLIVEIRA, Dijaci David. GERALDES, Elen Cristina. SANTOS, Sales Augusto. Brasília: Editora da UNB; Goiânia: Editora UFG, 1998. p. 37-60.

_____. Violência Contra Jovens no Estado de Goiás: a ação dos grupos de extermínio. In _____ *Juventude no Século XXI dilemas e perspectivas*. (Orgs) BEZERRA, Heloisa Dias. OLIVEIRA, Sandra Maria de. Goiânia: Canône Editorial, 2013. p. 177-197.

OLIVEIRA, Dijaci David. TOSTA, Tania Ludmila Dias. Abuso de autoridade: fronteiras entre a segurança e a agressão. In _____ *Violência Policial: Tolerância Zero?* (Orgs) OLIVEIRA, Dijaci David. SANTOS, Sales Augusto dos. SILVA, Valéria Getulio de Brito e. Goiânia: Editora da UFG; Brasília: MNDH, 2011.

OLIVEIRA FILHO, Edmundo dias. *O Brasil se tornou o país mais violento do mundo*. Jornal Opção. Edição 1895 de 30 de out. à 5 de Nov. de 2011.

O popular. *PC indica 17 policiais militares na Operação Resgate*. Cidades, 08 jul. 2013. Cidades. Disponível em: <<http://www.opopular.com.br/editorias/cidades/pc-indicia-17-policiais-militares-na-opera%C3%A7%C3%A3o-resgate-1.354942>>. Acesso dia: 11/07/2013.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Violência, Crime e Sistemas Policiais em Países de Novas Democracias*. Tempo Social; Ver. Sociol. USP, S. Paulo, 9 (1): 43-52, maio de 1997.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA GERÊNCIA DE ANÁLISE DE INFORMAÇÕES. *Relatório Estatístico de Ocorrências de Alta Prioridade e Produtividade dezembro de 2013*. Disponível em <<http://www.ssp.go.gov.br/wp-content/uploads/2012/12/relatorio-de-oc-de-alta-prioridade-2013.pdf>>. Acesso em : 25/05/2014.

SOUZA, Dalva Borges (Org.). *Violência Urbana em Goiás práticas e representações*. Goiânia: Ed. UFG: Cênone Editorial, 2011.

ZALUAR, Alba. *Oito Temas Para Debate: violência e segurança pública*. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n38/n38a02.pdf>>. Acesso em 28/04/2014.





Reforma Pereira Passos: momento de transformações urbanística e social da cidade do Rio de Janeiro

Marcia Cristina de Oliveira Dias¹

Palavras-chave: progresso, reformas, favelas.

Resumo: O início do século XX foi marcado por grandes reformas urbanísticas e estruturais que visavam o embelezamento e o saneamento da então capital federal – atual município do Rio de Janeiro. Em 1903, Pereira Passos assumiu a prefeitura da capital federal e, inspirado pelas reformas urbanas que Haussmann realizara em Paris, e apoiado no Decreto n.º 1101/1903 – que lhe dava plenos poderes no que fosse necessário ao início e agilidade das obras – deu início a uma série de reformas que modificaram a estrutura da cidade, o modo de vida de seus moradores (Benchimol, 1992a, p. 270) e contribuíram a disseminação das favelas. A demolição de prédios, para dar lugar à abertura e/ou alargamento de ruas, ocasionou o desalojamento de muitos moradores – que se deslocaram para outras áreas da cidade ou subiram os morros do entorno. Se por um lado a cidade foi embelezada e higienizada, por outro, surgiram novos problemas como a mobilidade urbana e a carestia – em decorrência da valorização e especulação do solo. O objetivo deste trabalho é mostrar as consequências sociais da Reforma Pereira Passos não como crítica, mas como incentivo a uma reflexão sobre a ideia de progresso, capitalismo e modernidade.

1. Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), no momento de envio do artigo, em agosto de 2013. E-mail: marcia.cristina1964@gmail.com

Introdução

Hoje, quando olhamos para o Rio de Janeiro vemos um lugar com uma boa infraestrutura, um polo turístico, onde é encontrada uma das sete maravilhas do mundo – o Cristo Redentor. Uma cidade situada entre a floresta tropical e as praias, considerada uma das mais belas cidades do mundo. Contudo, a cidade passou nas últimas décadas por algumas intervenções feitas pelo poder público, tomando medidas que interferiram profundamente na vida da população, tanto na higiene quanto na moradia, e que de certa forma, acabou consolidando um dos aspectos de maior debate na cidade do Rio: a favela².

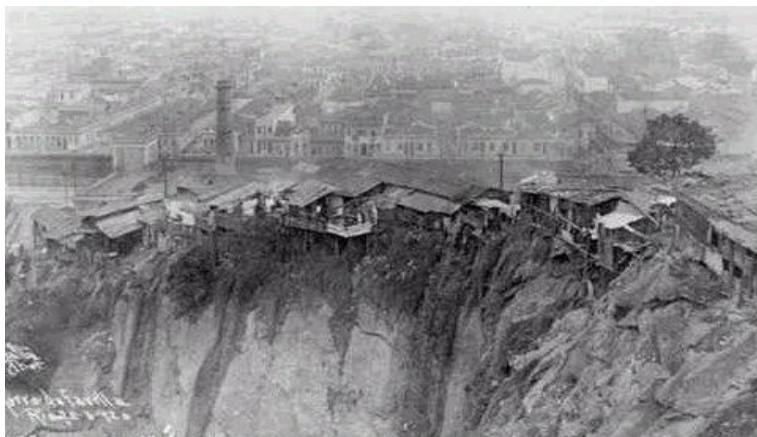


Figura 1 - **Morro da providência no início de sua ocupação.** Disponível em: <<http://portalarquitetonico.com.br/a-reforma-urbana-de-pereira-passos-no-rio-de-janeiro/>>

2. Tanto a origem do nome Favela quanto Providência remetem à Guerra de Canudos, travada entre tropas republicanas e seguidores de Antônio Conselheiro no sertão baiano. Favela era o nome de um morro que ficava nas proximidades de Canudos e serviu de base e acampamento para os soldados republicanos. Faveleiro é também o nome de um arbusto típico do sertão nordestino. Já o nome Providência, que passou a ser usado a partir dos anos 20 e 30, seria uma referência a um rio nas proximidades de Canudos (Favela é isso aí).



No início do século XX o município do Rio de Janeiro, passou por grandes transformações urbanísticas e estruturais. Durante o governo de Rodrigues Alves, Pereira Passos assumiu a prefeitura do Rio de Janeiro sonhando transformar o então Distrito Federal numa nova Paris. Apoiado num discurso higienista, Pereira Passos derrubou vários cortiços do centro, onde morava boa parte da população pobre da cidade – em evento que ficou conhecido como bota abaixo – e que ensejou a migração destes moradores para outras partes da cidade ou para morros próximos.

Iniciamos o século XX com reformas na área de saúde, habitação, urbanização, porem nenhuma preocupação com os problemas sociais gerados e/ou agravados por tais reformas. As reformas, que tanto embelezaram o Rio, acabaram por contribuir para a disseminação das favelas além de aumentar a população de rua. É preciso considerar as consequências destas reformas a curto e longo prazo, pois “uma cidade constitui-se na soma dos seus efeitos que ultrapassam o seu imediatismo” (SIMMEL, 2005, p. 586).

Século XX: o século das reformas



Figura 2: **Cortiço no centro do Rio.** Disponível em: <<http://www.arquitetonico.ufsc.br/wp-content/uploads/Corti%C3%A7o-no-Centro-do-Rio.png>>



A paisagem urbana do Rio de Janeiro é reflexo das grandes reformas urbanas pelas quais passou. A primeira e mais drástica destas reformas foi consequência indireta das decisões de Napoleão Bonaparte. A invasão de Portugal pelas tropas francesas, em 1807, culminou com a fuga da corte portuguesa para o Brasil, mais especificamente para a cidade do Rio de Janeiro dando início as primeiras desapropriações e expulsão de moradores. Onde haveriam de serem alocadas as cerca de 15 mil pessoas que acompanharam a fuga de D. João para o Brasil? (BENCHIMOL, 1992b, p. 22). A solução encontrada foi simples, mas indigesta para a população carioca: o confisco de residências. Escreviam PR, de Príncipe Regente, nas casas que seriam confiscadas. Então, a população arranhou outro sentido para a sigla: ponha-se na rua.

Os cortiços do centro, onde morava boa parte da população pobre da cidade, foram alvo do discurso higienista, que misturava prescrições da ciência médica e padrões morais de convivência urbana. Por ter demolido vários cortiços e aberto largas avenidas, a reforma realizada pelo prefeito Pereira Passos ficou conhecida como **bota-abaixo**. Sob a égide do discurso higienista, os antigos moradores dos cortiços foram desalojados, migrando então em duas direções: para os morros próximos e para a periferia – locais afastados do centro do então Distrito Federal. Segundo Vainer³ “A reforma Pereira Passos organizou a cidade do ponto de vista de uma organização de classes, dividindo os espaços de acordo com critérios de classe”, (ALBERGARIA, 2010).

Sobre a reforma do prefeito Pereira Passos, Azevedo defende um ponto de vista divergente do consenso historiográfico sobre o tema, que se cristalizou desde a década de 1970. Para ele, a reforma Pereira Passos não foi excludente, mas realizou um projeto de inclusão social conservador. Azevedo afirma que

3. Carlos Vainer é professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e foi citado por Danilo Albergaria (2010).



A reforma urbana municipal estava menos preocupada com o tipo de progresso material que Rodrigues Alves buscava e mais centrada na ideia de civilização: Pereira Passos queria civilizar o Rio de Janeiro. Assim, ele convoca a população para se incluir, tomar contato com o Teatro Municipal e com a Escola de Belas-Artes, por exemplo (AZEVEDO, 2003a, p. 18).

Segundo essa visão, o ápice da civilização humana era a cultura europeia. As Reformas empreendidas no Rio de Janeiro tiveram como referência as realizadas em Paris pelo Barão de Haussmann. “O projeto urbanístico de remodelação da cidade inclui o de civilização, de homogeneização das condutas sociais, segundo o *ethos* burguês, moderno e civilizado da época, que tem na Europa a referência” (AZEVEDO, 2003b, p. 21).

Durante sua vida acadêmica Pereira Passos havia residido em Paris entre 1857 e 1860, justamente no auge das reformas urbanas de Haussmann. Nunca mais lhe desapareceu da memória o aspecto da derrubada de ruas inteiras, a aluvião do pó que subia ao céu, ante o protesto dos parisienses comodistas e zombeteiros. Ele mesmo participou das discussões abertas entre engenheiros, em torno dos planos e projetos de Alphand, braço direito de Haussmann, e de outros encarregados do grande empreendimento (AZEVEDO, 2003c).

Giddens traz uma importante contribuição para entendermos como o ritmo e o alcance das transformações sociais nas sociedades modernas se tornaram tão velozes e interconectados. Segundo ele “na medida em que áreas diferentes do globo são postas em interconexão umas com as outras, ondas de transformação social atingem virtualmente toda a superfície da terra” (GIDDENS, 1991, p.12).

O contato que Pereira Passos teve em um tempo e espaço específico gerou mudanças em suas estruturas internas, no modo como ele concebia modernismo e civilização. Essas mudanças internas acabaram por desencadear transformações em outro espaço e tempo,

ou seja, de Paris para o Rio de Janeiro, de 1860 para 1903.

Para Pereira Passos, Paris passou a ser o modelo de cidade moderna e serviria de referência para a transformação do Rio de Janeiro na virada do século XX. Para tal, ele propôs uma grande intervenção na cidade, cujo núcleo era a construção de um moderno centro urbano. Para isso, a cidade deveria se submeter a um plano rigoroso de saneamento com eliminação das habitações coletivas, abertura de ruas retilíneas, aumento da circulação viária e demolição de centenas de construções antigas. O projeto de modernização implicava o afastamento de inúmeras famílias, em sua maioria de trabalhadores, para outras áreas da cidade.

A ideia de modernizar a cidade coincidia com valores como os de ordem e progresso. A modernização estruturou-se sobre duas grandes obras: a reforma do Porto e a construção da Avenida Central. Complementando essas grandes intervenções, o Plano de Melhoramentos do prefeito Pereira Passos previa também o alargamento de outras ruas e a abertura de avenidas como a Beira-Mar, a Mem de Sá, a Salvador de Sá e a Avenida Passos (esta última inaugurada ainda em 1903 e assim denominada em homenagem ao prefeito).

Muitos dos prédios demolidos durante a reforma Pereira Passos eram habitações coletivas, consideradas pelas autoridades sanitárias como focos epidêmicos, sendo assim recomendada, pura e simplesmente, a sua derrubada. Milhares de habitantes viram suas vidas serem desmanteladas pelas obras na cidade, agravando ainda mais a crise habitacional e as diferenças sociais. O **bota-abaixo** não só pôs fim a prédios coloniais da cidade e afetou a vida de famílias inteiras, como também abalou profundamente antigos alicerces culturais, abrindo espaços para a importação em larga escala de uma cultura estrangeira. Além da substituição do carnaval pela Batalha das Flores – desfile das elites em carruagens e automóveis ricamente decorados com flores –, o candomblé, a boemia e as serenatas foram perseguidos e hostilizados (BENCHIMOL, 1992c, p. 284-285).





Para as autoridades da época, a reforma da cidade ficaria incompleta senão houvesse também uma mudança de costumes. Por isso, a administração de Pereira Passos recuperou uma série de antigas posturas municipais e criou novas com o intuito de disciplinar os hábitos da população. Outro aspecto importante é que algumas dessas posturas implicavam pagamento de impostos e a cobrança de multas, o que acabou proporcionando um aumento significativo da receita municipal.

Uma dessas posturas visava diretamente os carregadores que usavam "carrinhos de mão" sobre os trilhos de ferro das companhias de bondes, provocando um barulho ensurdecedor. Na mesma época, também não foram mais permitidos vendedores ambulantes circulando sem licença pelas ruas da cidade, nem tampouco os vendedores ambulantes de leite que ordenhavam suas vacas nas vias públicas, assim como a "praga dos vendedores ambulantes de bilhetes de loteria que, por toda parte, perseguiam a população incomodando-a com infernal grita", ou ainda a venda de miúdos de reses em tabuleiros à mostra nas ruas do Rio (KOK, 2005, p. 46).

A reforma urbana do prefeito Pereira Passos mudou muitos hábitos dos cariocas, sobretudo quanto ao uso do espaço público. Enquanto boa parte da população pobre precisou refazer sua vida nos subúrbios e morros, onde efervescia a cultura popular, as elites, moldadas pelos costumes franceses, passaram a frequentar intensamente as ruas do centro da cidade. Suas lojas de artigos importados, seus modernos restaurantes, seu **glamour** trariam a Europa ainda mais para dentro do país.

A expansão das favelas e as políticas de remoção

As obras de demolição iniciadas por Pereira Passos desabrigaram grande parcela da população e ocasionaram o povoamento dos sub-

úrbios e, principalmente, dos morros, localizados no centro ou nos bairros mais próximos das zonas norte e sul, locais mais próximos do mercado de trabalho.

Durante a primeira metade do século XX a cidade se expandiu e em seu interior as favelas foram sendo disseminadas. Era possível observar um crescimento vertical (prédios) no centro e na zona sul, enquanto que nos bairros da zona norte e dos subúrbios a expansão deu-se através da construção horizontal, principalmente de casas unifamiliares (FERREIRA, 2009a).

Nas décadas de 1940-1950 e seguintes já havia forte pressão para a remoção das favelas e a população de baixa renda que optava por não sofrer esse tipo de risco, tinha como alternativa as localidades mais distantes do centro administrativo, político e financeiro da cidade, onde se multiplicaram os loteamentos populares. “Assim, na produção dos novos espaços, destacava-se o binômio loteamentos populares e autoconstrução, e em menor grau, a produção de conjuntos residenciais pelo Estado” (VAZ, 1998a).



Figura 3: Início das obras de abertura da avenida Central, hoje Rio Branco, em direção à praça Mauá, região central do Rio. Disponível em: <<http://i1.r7.com/data/files/2C92/94A4/28D0/10A5/0128/D64D/79DC/54E3/obras-rio-branco-hg.png>>





Nos anos 1960 e 1970, a produção de conjuntos habitacionais esteve associada à política de remoção de favelas⁴. Nesse período, muitos moradores de favelas foram transferidos para assentamentos distantes do núcleo, que na maioria das vezes não contava com comércio e nem com sistema de transportes coletivos que propiciasse boas condições de deslocamento para essas pessoas. Boa parte das áreas de onde foram removidas as favelas foi ocupada por grandes empreendimentos imobiliários que se destinavam à construção de conjuntos de edifícios de apartamentos de alto luxo.

O Prefeito Pereira Passos, através do Decreto 39, de 10/02/1903, criou uma série de normas para construção como, por exemplo, a proibição de cortiços e coqueiras na área central da cidade, o que dificultava ainda mais a construção de habitações populares nos subúrbios. Assim, a tentativa de organização espacial acabou por contribuir para a formação de favelas por toda cidade – inclusive naquelas áreas mais periféricas, que teoricamente seriam destinados aos pobres – e, ainda, incentivou a promoção de loteamentos irregulares na Baixada Fluminense, ou seja, para além do território do, à época, Distrito Federal. É nessa conjuntura de transformação sócio espacial do Rio de Janeiro que se define os subúrbios ferroviários como o lugar do proletariado (VAZ, 1998b).

Ainda hoje, no Rio de Janeiro, é comum o uso de expressões como: subúrbio da Leopoldina (referindo-se aos bairros servidos pela Estrada de Ferro da Leopoldina) e subúrbio da Central (tratando-se

4. Inicialmente foram construídos três conjuntos habitacionais para abrigar os removidos das favelas. Para a Cidade de Deus (6.658 casas) foram transferidos os moradores das favelas da zona sul do Rio e logo depois, parte dos desabrigados na enchente de 1966; para os Conjuntos da Vila Kennedy (5.509 casas) e Vila Aliança (464 casas) foram transferidos os moradores de favelas de outras zonas do Rio. Na Cidade de Deus não havia iluminação pública nem meios de transporte eficazes (Revista de História da Biblioteca Nacional)

dos bairros servidos pela Estrada de Ferro da Central do Brasil)⁵.

O conceito carioca de subúrbio é uma representação que sintetiza um discurso ideológico sobre o lugar dos pobres na cidade do Rio de Janeiro. Para Fernandes, tal conceito significa o tipo de cidadania reservada para a maioria de sua população, já que

predomina, entre nós, a ideia de um espaço (suburbano) subordinado e sem história, sem criação, sem cultura, carente de valores estéticos em seus homens e sua natureza (subúrbio é quase sempre feio e sem atrativos), ausente de participação política e cultural. No máximo, concede-se ao subúrbio o lugar da reprodução (FERNANDES, 1995, p.3).

A partir dessa leitura, constatamos que o padrão de segregação que se reproduz através do conceito carioca de subúrbio, reifica o subúrbio enquanto ideologia, o que acaba por legitimar não só os discursos que fazem apologia ao status quo como aqueles que se opõem a ele e o denunciam; isto porque não vão além da forma, ou seja, classificam as aparências, mas não as explicam e ao não fazê-lo reificam as práticas sociais a partir da ideologia dominante. Portanto, repete-se um dos fundamentos das ideologias que é a negação e/ou omissão do processo histórico. É a naturalização do real e sua redução ao presente, onde o passado existe para ratificá-lo (FERREIRA, 2009b).

Conclusão

O Brasil e mais especificamente o estado do Rio de Janeiro, tem um histórico de reformas urbanas baseado na exclusão social e so-

5. Esta afirmação consta do livro *Um Século de Favela*, da antropóloga Alba Zaluar e mostra como o preconceito em torno das favelas e de seus moradores se fixou tristemente na sociedade brasileira. Alba Zaluar é professora de Antropologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e autora de *Condomínio do Diabo*, Rio de Janeiro: Editora da UFRJ e Revan, 1994.





mente a sociedade organizada poderá mudar este quadro de apatia e inoperância do Estado. Iniciativas que privilegiam uma parte da população em detrimento de outra não podem ser consideradas progresso.

O verdadeiro progresso vem acompanhado de melhorias para todos os moradores do local e seu entorno. Pereira Passos vislumbrava apenas o progresso material e o rompimento com o sistema colonial, no entanto, se por um lado a Reforma Pereira Passos embelezou e higienizou a cidade, contribuiu para a eliminação de algumas doenças, como a febre amarela, além de conter o crescimento desordenado da cidade, por outro, também fomentou a segregação socioespacial ao deslocar para os morros ou para áreas longes do centro a camada mais pobre da população – que teve suas moradias derrubadas ou que não podia mais arcar com os altos custos da vida no centro da cidade – pois com a modernidade vieram também a especulação imobiliária, o aumento de impostos e uma série de restrições ao uso do espaço público.



Figura 4: **Morro da Providência em 2011.** Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/wp-content/uploads/2012/12/Favela.jpg>>

A reforma urbanística de Pereira Passos agravou a desigualdade social e impulsionou o processo de favelização no Rio de Janeiro. No decorrer do século XX e XXI a pobreza, o déficit habitacional, as migrações de regiões rurais e do nordeste e as novas reformas urbanas contribuíram para a ampliação do número de favelas, pois apesar de a cidade do Rio de Janeiro possuir uma sociedade diversa daquela do início do século XX, a produção e ocupação do espaço urbano continua sendo definido por relações hierárquicas de poder onde o capital prevalece sobre o social.



Referências

ALBERGARIA, Danilo. Motivações e consequências sociais das reformas urbanas no Rio. *Revista Com Ciência*, Campinas, Labjor Unicamp, ed.118. mai 2010.

AZEVEDO, André. *Da Monarquia à República*: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906. 2003. 327 f.. Tese (Doutorado em História) – Pontífice Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2003.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: Um Haussmann Tropical*: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. 1ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992. 358 p.

FAVELA É ISSO AÍ. *Favela: a origem e os nomes*. Disponível em <<http://www.favelaeissoai.com.br/noticias.php?cod=14>>. Acesso em: 30 ago. 2013.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. *O Rapto ideológico da categoria subúrbio*: Rio de Janeiro (1858-1945), 1995. 132 f.. Dissertação (Mes-



trado em Geografia) – Departamento de Geografia – IGEO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

FERREIRA, Alvaro. Favelas no Rio de Janeiro: nascimento, expansão, remoção e, agora, exclusão através de muros. *Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, v. XIV, n. 828, 2009. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-828.htm>>. Acesso em: 30 ago. 2013.

GIDDENS, Anthony. *Consequências da modernidade*. 1ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 1991. 180 p.

KOK, Glória. *Rio de Janeiro na época da Av. Central*. 1ª ed. São Paulo: Bei Comunicação, 2005. 112 p.

PORTAL SÃO FRANCISCO. *D.João VI e a família real portuguesa no Brasil (1808)*. Disponível em <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/corte-portuguesa-do-brasil/corte-portuguesa-no-brasil-3.php>>. Acesso em: 30 ago. 2013.

REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Cidade de Deus e condomínio do diabo. Disponível em <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/cidade-de-deus-e-condominio-do-diabo>>. Acesso em: 30 ago. 2013.

SIMMEL, Georges. 2005. As Grandes Cidades e a Vida do Espírito. *Mana*. Rio de Janeiro, v.11 n. 2, Out-2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132005000200010>. Acesso em: 30 ago. 2013.

VAZ, Lilian Fessler. 1998. Novas questões sobre a habitação no Rio de Janeiro: o esvaziamento da cidade formal e o adensamento da cidade informal. In *Anais do XXI International Congress Latin American Studies Association*, Chicago, 1998. CD-Rom.

ZALUAR, Alba e ALVINO, Marcos (Org.). *Um século de favela*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, 372 f.





Bastidores

Sob os olhos da tradição: um relato pessoal de um pequeno convívio com mulheres afegãs

Adriana Rafaela Antunes Tchalian¹

“É melhor que eu não tenha consciência plena dos meus direitos como mulher, senão verei o quão longe estamos disso.”

Ouvi essa frase de uma mulher afegã de nome Farzana², enquanto conversávamos sobre Direitos Humanos numa das maiores cidades do Afeganistão; no período em que estive como voluntária numa Organização Não Governamental.

Há oito anos tenho me dedicado ao trabalho social na parceria com algumas organizações não governamentais que atuam na cidade do Rio de Janeiro. E através do trabalho em equipes, com diferentes formas de intervenções, o objetivo sempre foi promover mudanças intencionais junto a indivíduos de contextos sociais diversos por meio de espaços criados para diálogo e reflexão, produções de alternativas, e potencialização de novas oportunidades. Movimentos estes que não se limitaram somente ao Rio de Janeiro, mas que foram se estendendo a outros Estados e também países.

A partir dessas iniciativas, (que já aconteciam antes do meu envolvimento), projetos na área de educação, economia e saúde foram se estendendo para países também da Ásia Central. E sob essa mesma visão me integrei em uma equipe que tem há doze

1. Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), no momento de envio do relato, em agosto de 2013. E-mail: adriana_rafaela@hotmail.com

2. Os nomes mencionados foram alterados para preservação das próprias.





anos trabalhado diretamente no Afeganistão dentro dessas áreas já citadas. Me comprometi com um novo projeto na área de direitos para mulheres, que se encontra hoje na formação de equipe e identificação de competências. Nesse processo de entender meu espaço e papel na equipe optei por uma primeira incursão ao país, pra identificação do cenário, melhor conhecimento da cultura e possíveis levantamentos de informações.

Desse modo, o objetivo desse trabalho é relatar experiências e percepções adquiridas por mim durante esse tempo. Através de uma pequena e limitada pesquisa participativa em tempo integral com moradores locais, pretendo trazer para o leitor histórias de mulheres reais que tive a oportunidade de conviver.

Inicialmente meu tempo no país foi observar o cotidiano das mulheres, sua relação com o meio, direitos conquistados e necessidades ainda não supridas. Durante os trinta dias em que fiquei no país vivi experiências singulares: emoções intensas como medo, pelos inúmeros pontos de controle e fiscalização da polícia afegã em que passei, pelos rostos cobertos que me impedia saber com quem estava lidando, relatos de mortes e ataques terroristas em regiões próximas a que eu estava; alegria, pelas inúmeras amigas em que fiz, pelas danças que presenciei, pela hospitalidade oferecida pelo povo; tristeza e raiva, pelos momentos de privação que sofri como mulher, pela falta de atenção por parte do Governo local no que diz respeito a questões fundamentais não atendidas como saneamento básico, condições dignas de moradia e acesso à educação, além da experiência do estranhamento em que eu percebia o quão estereotipado era aquele povo por mim. Foi um tempo de trocas de experiências, onde mais aprendi que ensinei; mas uma coisa em específico me chamou a atenção nesse contexto em que vivi: o número de mulheres que são presas por crimes morais.

Centenas de mulheres e meninas afegãs são presas, sendo os crimes mais comuns conhecidos como “**Running away**” e “**Zina**”.

Mulheres e meninas afegãs são punidas pela família e pelo governo local por deixarem suas casas sem permissão.

Segundo um dossiê feito pela “Humans Right Watch”, uma organização não governamental dedicada à defesa e proteção dos direitos humanos, “**Running away**” é crime, mesmo em casos de mulheres que saem de suas casas por terem sofrido algum tipo de abuso doméstico ou em alguns casos como promessas de casamento feito pela família. O crime é cometido todas as vezes que uma mulher foge para um “estranho” ou em oposição à família ou cônjuge; sendo estas mulheres julgadas por crime de adultério e prostituição; princípios que ferem a Lei Islâmica.

De acordo com a Suprema Corte a mulher que foge de casa se coloca em posição de risco, se tornando vulnerável, sem supervisão da família, levando ao crime de “**Zina**”; ou seja, ela se torna vulnerável a se relacionar sexualmente com outra pessoa, mesmo com consentimento próprio.

A Lei afegã faz de “**Zina**” um crime sem explicações. E esta indefinição faz com que pais, irmãos ou ex-maridos irritados com a mulher aleguem que ela tenha passado um tempo na companhia de outro homem.

Os casos de abusos sexuais, muitas vezes são tratados como crimes de “**Zina**”, onde a vítima também é presa juntamente com o autor do crime, considerando o consentimento sexual por parte da mulher, levando estas, muitas vezes a não se queixarem de estupros, e violência doméstica por medo de serem presas.

Conversei com Samira, a primeira esposa de uma família de nove pessoas. Enquanto ela assava pães, me relatou que não estudou porque o marido não permitiu, e que a incomodava o uso da burca; sem esta não poderia sair de casa (ressalto aqui que o uso da burca para algumas mulheres é opcional, e uma maneira de se sentirem protegidas nas ruas).

Andando pelas cidades e convivendo com essas mulheres, percebi





violações na vida cotidiana, de elementos de uma violência simbólica. Demonstrado através da posição das mulheres em Instituições Públicas e na maneira de andar e de lidar com seus pares. Violações que se impõe de forma “legítima” como comportamentos justificados pela cultura, através de relações de “dominação”, em que os discursos nos quais o gênero feminino é essencialmente impudico, criam outros discursos e estão constantemente conectados ao poder, e as situações passam a ser tratadas como naturais e muitas vezes inevitáveis (FOCAULT 1977).

Uma disciplina interiorizada muitas vezes relacionada ao medo, onde o Estado por meio do exército afegão, líderes religiosos e até mesmo a família, formam uma rede que se estabelecem numa atitude de modelo “Panóptico”³ como observadores e vigilantes da conduta feminina (1975).

Admito minhas pressuposições influenciadas pelo modo de viver ocidental; não tenho a intenção de criar uma oposição entre ocidentais e orientais; entre mulheres que usam minissaias e mulheres que andam sob uma burca. Pretendo trazer à discussão situações como o casamento de crianças com adultos, que tem também explicações nas sucessivas guerras, massacres e pobreza gerada em todos esses anos no país, em que muitos pais se veem sem opção de sustento e optam por essa prática; sobre a violência doméstica e abuso sexual que são usados como práticas culturais pra justificar o domínio, no qual, se não há submissão a esses “princípios”, mulheres são presas podendo ir à morte; e da falta de políticas públicas direcionadas a essas mulheres após o cumprimento de pena nas prisões.

Falo sobre o direito de escolha diante da violência simbólica e de uma sociedade de controle. Falo de mulheres como Faró que durante

3. Panóptico – projeto de prisão modelo desenhado por Jeremy Bentham, um sistema de vigilância que observava as pessoas. O termo é utilizado por Michel Foucault para tratar as sociedades de controle.

o período Talibã subia aos vilarejos com livros didáticos escondidos debaixo da burca, lutando contra uma “lei” que impedia mulheres e meninas de estudar. Falo sobre essa força feminina que pede por segurança para trabalhar, acesso a educação, andar dignamente dentro de suas comunidades, e viver sua cultura e suas crenças de forma livre, incluindo a escolha de usar ou não a burca da forma que quiserem.

Diante desses fatos, minha proposta de trabalho junto à ONG, estava começando a ser desenhada: trabalhar em respeito e consideração às expectativas dessas mulheres, com projetos não organizados em cima de uma violência estrutural e de controle disciplinador, mas um projeto que potencialize forças e valores que já existem, como o de Faró, e que possibilite que a voz dessas mulheres seja ouvida.

Em um dos Vilarejos em que estive as mulheres locais nos pediam por ambulatório e atendimento médico; pois nada havia ali que fosse relacionado à área da saúde pra atendimento à comunidade. O vilarejo era formado por algumas casas, uma Mesquita e uma Escola para meninos.

A maioria das mulheres tinha acima de quatro filhos; aquelas que tiveram “sorte” deram a luz na cidade vizinha, outras conceberam seus filhos no próprio vilarejo. Fui informada mais tarde, que os homens da vila dispensaram atendimento médico oferecido por uma Organização Não Governamental por não permitirem que suas mulheres tirassem seus véus e burcas diante de outro homem.

O Afeganistão hoje tem alto índice de mortalidade feminina por problemas relacionados à gravidez, que por uma questão econômica e também cultural deixam de receber acompanhamento e tratamento adequado. Esse tipo de violação ao corpo é só mais um que se junta a outros na vida cotidiana da mulher afegã, que não podem ser trazidos somente como histórias a ser contadas; mas sim, como disse anteriormente, como oportunidade de repensar o respeito à diferença cultural sem aceitar com passividade a violação de direitos





fundamentais.

Quero deixar claro que minha “amostra” é muito pequena e não tive oportunidade de ouvir muitas mulheres, seria injusto e tendencioso generalizar aqui necessidades a partir dos poucos relatos que ouvi. Talvez minhas observações estejam enviesadas por um olhar ocidental e salvacionista, mas essas experiências foram somente um rascunho do que tenho pela frente. O estranhamento do outro e de mim mesma tem a partir de então me ajudado a lidar com minhas pressuposições sobre a mulher afegã, entender com mais profundidade não só como ela é pensada, mas o que ela pensa sobre si mesma.

“Meus pais vem todas as semanas em dia de visita. Toda vez me dizem que vão logo pagar aos funcionários da prisão pra que me devolvam a eles, então eles me matarão.” Khalida P., 17, condenada por três anos de prisão depois de fugir de um sogro que a estuprou. (Humans Rights Watch 2012, p.94, grifo do autor)

Referências

ABU-LUGHOD, L. *As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre o relativismo seus Outros*, Estados Unidos, v. 104, n.3, p. 783-790, 2002.

BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difusão editorial, 1989. 313 p.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977, Cap. III e IV, 158 p.p.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir, história das violências nas prisões*, 40ª edição, Petrópolis, Ed. Vozes, 2009, 264 p.

HUMANS RIGHT WATCH, *I had to run away*, The Imprisonment of

Women and Girls for “Moral Crimes” in Afghanistan. United States of America, Humans Right Watch, 2012, p. 1-119.

HUMAN RIGHT, Acesso em Julho, 28 de 2013 disponível em:
<<http://www.un.org/en/rights/>>

